

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**  
**ATA N.º 03/2019**  
**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL**

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 1.ª Sessão Ordinária  
22 de fevereiro de 2019** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:**
- *A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima Sequeira e Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:*
  - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
  - *Orlando Ferreira Pires*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *José Miguel Romão Cunha*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito bom dia. Dado verificar-se quórum vamos dar início à 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Não contamos ainda com a presença da Senhora Presidente mas temos presente a Senhora Vice-presidente a quem peço que assuma o lugar de representante do Executivo e vamos começar os nossos trabalhos.

Trata-se de um dia simbólico esta nossa Sessão, porque é exatamente no dia seguinte à comemoração dos 45 anos do 25 de abril... esse simbolismo que não será indiferente a ninguém e que espero, para o próximo ano podermos proporcionar uma Sessão Solene da Assembleia Municipal no dia das comemorações. Este ano ainda não pôde acontecer, exatamente pela proximidade desta reunião, que seria demasiado desgastante para todos vós.

Vamos de imediato proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais para registar as presenças. É uma metodologia que estamos a adotar, nova, aqui, mas que é comum em todas as Assembleias do País. A quem falta é-lhe já registada essa falta, que é para tentarmos assim que haja alguma ordem na chegada e conforme cada atrasado chegar, com a devida justificação esta falta será retificada. Portanto, eu pedia à Senhora Secretária para avançar já com a chamada por favor.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Secretário, Senhora Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público. Bom dia a todos.

Procedo então à chamada... Finda a chamada passo às habituais informações sobre o expediente e as substituições. No que concerne ao expediente vou voltar a referir que ele se encontra, como é habitual, junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade dizer-vos que o Senhor Deputado *Rui Pacheco* foi substituído pela Senhora Deputada *Daniela Rodrigues*, a Senhora Deputada *Débora Pereira* foi substituída pelo Senhor Deputado Pedro Santos, a Senhora Deputada *Leticia Salvador* foi substituída pelo Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*, a Senhora Deputada *Lidia Noura* foi substituída pelo Senhor Deputado *Miguel Portugal*, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas foi substituído por outro elemento do Executivo da Junta, o Senhor Deputado *Manuel Gomes* e também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas, também foi substituído por outro elemento do Executivo da Junta pelo Senhor Deputado *Hélder Castelo*. Temos a ausência do Senhor Deputado *Jorge Pires*, por motivos de doença, a sua falta está devidamente justificada. Temos também a ausência do Senhor Deputado *José Manuel Pavão*.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Só um segundo. Penso que o Senhor Deputado *António Figueiredo* não está zangado connosco, pois não?

Uma figura habitual de primeira fila... venha para ao pé de nós... Não está presente como Deputado? Pronto, fica o esclarecimento. Muito obrigado. Eu estranhei, de facto. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhora Deputada Eduarda Neiva, quer dizer alguma coisa à Mesa? Muito bem. Falta a chamada dos Presidentes de Junta que estava aqui em separado. Passo então aos Senhores Deputados em representação das Juntas de Freguesia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Deputado *António Figueiredo*, mais uma vez a referência, eu peço desculpa, mas estava aqui a verificar que respondeu à chamada como Deputado. Respondendo à chamada como Deputado, tem necessariamente que estar na ala dos Deputados. Deixe-me pedir aqui ao 2.º Secretário, especialista nas questões legais sobre a Assembleia que faça o respetivo esclarecimento.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Bom dia a todos. Acima de tudo uma pequena clarificação da posição do Senhor Deputado *António Figueiredo*, em que mencionou quando questionado pelo Senhor Presidente da Mesa que, se bem entendemos, que nesta fase dos trabalhos estaria na condição de Público e que mais tarde assumiria a sua condição de Deputado Municipal. Ora ninguém nesta sala pode vestir dois “casacos” em simultâneo depois de abertos os trabalhos. O Senhor Deputado *António Figueiredo* é um cidadão, com certeza, mas é um cidadão investido em funções, logo não pode assumir aqui dois papéis. Pedir a palavra enquanto Público e depois posteriormente sentar-se na sua bancada e pedir a palavra enquanto Deputado. Veja se todos nós, ou metade de nós, o fizéssemos a cacofonia que não seria em termos regimentais, legais e até éticos, em termos de prestação política. O Senhor Deputado está nesta sala e está investido em funções e é nessa qualidade que lhe é conferida a palavra, quantas vezes a solicitar. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pode-se dirigir aqui à Mesa a ver se nos entendemos. Faz favor senhor Deputado. Até porque, eu penso que não há nada que não possa dizer como Deputado e possa dizer como elemento do Público.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, meus Caros Deputados Municipais, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

A minha função é muito simples, tem a ver com interesse profissional. E a Senhora Presidente uma vez disse-me e aqui alertou-me que não devia trazer para esta Assembleia Municipal interesses de ordem profissional. Se é de ordem profissional eu tenho o direito de falar deles, não como eleito, não como eleito, penso eu isso, e foi isso que ela me disse: que estava sempre a falar de problemas de arquitetura, de problemas de arquitetura que tinham a ver com as minhas funções. Ora se tem a ver com as minhas funções, eu neste caso, sou Público, e mesmo a Senhora Presidente o disse aqui. Agora eu tenho um jurista e o jurista disse-me que eu podia falar e depois podia integrar a Assembleia Municipal. Qualquer um deles pode fazer isso. Portanto, é uma situação que me cabe legalmente, em termos de Lei, de Lei, Lei, Lei, L E I para eu falar como Deputado, ou melhor como pessoa a título profissional, profissional, porque isto não estamos numa Assembleia da República, não é? Não lhe chamo Assembleia da República, chamo-lhe Assembleia das bananas, quando existe Assembleia da República. Nós estamos numa Assembleia Municipal, em que há uma Ordem de Interesse Público, não está lá entre aspas, nem está no Regimento essa situação que o Senhor 2.º Secretário falou e mencionou. Procure-me qualquer artigo, uma articulação que esteja no Regimento que me faça essa proibição. Não encontra nenhuma.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Pois Senhor Deputado, sabe que quando as Leis não têm qualquer coisa, não significa que se possa fazer...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, não significa...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** É a grande diferença...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas é omissivo, é omissivo... Se é omissivo, tinha que lá estar...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado, a grande diferença do que retiramos do espírito da Lei, por exemplo nós portugueses e os alemães é muito, muito diferente e sabe qual é a diferença? É que nós pensamos que aquilo que não está na Lei é porque o podemos fazer. Fale com qualquer alemão, aquilo que não está na Lei é porque o não posso fazer.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Pronto, mas isso é o espírito...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Claro que nem Regimento, nem a Lei podia prever que o Deputado assumisse duas condições na mesma Assembleia...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Ó Senhor Secretário...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** É uma questão de razoabilidade...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Ó Senhor Secretário, nós somos latinos não somos nórdicos. Eu gostava até de ser nórdico e não ser latino. Porque os latinos são uns tralfulhas e os nórdicos não são.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Acabou de dizer tudo...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pronto, vamos acabar com esta celeuma e da seguinte forma, até porque cabe à Mesa resolver estas situações. Primeiro o Senhor Deputado pode exercer o direito de faltar e ficar no Público nesta Sessão. Segundo, mesmo como Público e aí a Lei é muito clara, não serão assuntos profissionais para aqui chamados, são assuntos de interesse do Município, não de arquitetura. Possivelmente o assunto não encaixará numa intervenção como Público...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Encaixa...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Há esse risco, de maneira que eu faço-lhe a pergunta: quer exercer, hoje, a ação como Deputado ou como Público?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, eu quero exercer as duas funções...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Mas a Mesa não lhe vai permitir.  
Senhor Deputado *Agostinho Beça*, peço-lhe que não interrompa...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Desculpe lá, então eu deixo um requerimento à Mesa e quero que a Mesa ou daqui faço uma votação à Mesa e quero que a Mesa, quero que a Mesa, investigue esse procedimento...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** E vamos fazê-lo...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Se é legal, ou se não é legal e todas as consequências que daí advenham... Dessa responsabilidade...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Exatamente, assumiremos isso...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** A Mesa terá essa obrigação...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Com certeza que sim...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** A Mesa terá essa obrigação... De ser penalizada...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Com certeza que sim, Senhor Deputado. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não vamos prolongar esta questão Senhor Deputado *Agostinho Beça*. Está sanada, o Senhor Deputado *António Figueiredo*, assumiu e pediu-nos responsabilidades de uma forma ordeira, que eu lhe agradeço, não vamos portanto prolongar mais isso. Terminou esta questão. Muito obrigado Senhores Deputados.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Posto isto, passamos, então, ao ponto 1 - Atas - Leitura, discussão e votação da ata da 1.ª Sessão Ordinária de 22 de fevereiro de 2019.

### **1 - Atas - Leitura, discussão e votação da ata da 1.ª Sessão Ordinária de 22 de fevereiro de 2019.**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Sobre este ponto, pergunto, se alguém se quer inscrever para intervir?  
Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Há uma coisa que eu quero retificar: eu falei em 180 mil milhões, isso foi descabido da minha parte e quando vi lá isso ri-me... é errado, é mentira e eu não gosto da mentira. Para mim a mentira não existe. Pelo menos eu penso que não minto. E o que eu quis dizer era que, de acordo com os dados, que contam no BTP STAT, referentes às intervenções Públicas de apoio não são 180 mil milhões, mas sim 19,923 mil milhões de euros é o que eu tenho aqui.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, em função do exposto, será retificada naturalmente a ata. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Não havendo, então, mais inscrições relativamente ao Ponto 1, Atas, passo à votação da mesma.  
Votos contra?  
Abstenções?  
A ata foi aprovada por unanimidade.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da 1.ª Sessão Ordinária de 22 de fevereiro de 2019.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Passo, então, ao ponto 2 - 1.º Período de Intervenção do Público.  
Pergunto se existe alguém do Público que se queira inscrever para intervir?

## 1.º Período de Intervenção do Público

### 2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Muito bem, não havendo intervenções do Público pelo que passo ao ponto 3 - Período Antes da Ordem do Dia.

## Antes da Ordem do Dia

### 3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Relativamente a este ponto pergunto se há Deputados que se queiram inscrever para intervir?  
Muito bem. Passo a confirmar as inscrições: da bancada do PSD o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o Senhor Deputado *Rui Sá*, a Senhora Deputada *Otilia Raquel*. Mais alguém da bancada do PSD? O Senhor Deputado *Paulo Pontes* e o Senhor Deputado *António Figueiredo*.  
Da bancada do PS, temos as inscrições do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, o Senhor Deputado *José Manuel Trovisco*, o Senhor Deputado *Hélder Castelo* e o Senhor Deputado *Vítor Correia*.

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse: E a Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: A Senhora Deputada *Patrícia Bernardo* e o Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*.  
Da bancada da CDU, o Senhor Deputado *Jorge Humberto*.  
Por último da bancada do CDS, o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*. Confirma, então?  
Passo a chamar os Senhores Deputados pela ordem e passo a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Muito bom dia. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Membros desta Assembleia, Público em geral e Comunicação Social presente.  
Voto de louvor e pesar a *Amândio Acácio Pires*.  
No passado dia 30 de março, o senhor *Amândio Acácio Pires* deixou o nosso convívio e a terra que há 70 anos abraçara como sua.  
Macedence de nascimento e Mirandense de adoção e coração, deu-se a Mirandela como um dos seus melhores filhos, de vida intensa e bastante partilhada.  
Tendo inicialmente exercido a sua atividade profissional no Complexo Agro-industrial do Cachão, onde se deu a conhecer às gentes de Mirandela, por ter lutado junto daqueles que melhor o construíam, tornando-se posteriormente funcionário da Direção Regional Agricultura e Pescas do Norte, onde foi um funcionário zeloso, trabalhador e competente.  
Do tempo que sempre lhe sobrava, deu-se de corpo e alma a inúmeras instituições e iniciativas da nossa cidade e concelho. Serviu o movimento associativo tendo sido fundador e dirigente de diversas associações na sua terra.  
Na Confraria da N. S. Amparo, foi somente mais um, a contribuir para as festas da cidade, continuem no tempo, a ser a maior romaria da região.  
Na APPCDM, entre outras, como por exemplo, na Associação Nacional de Deficientes das Forças Armadas, quer âmbito Distrital, quer Nacional, aprimorou a sua profunda sensibilidade social traduzida na busca de apoios pessoais e materiais por causas nobres, em favor dos mais vulneráveis e desprotegidos.  
Nas diversas comissões organizadoras de eventos, foi seu membro ativo e incansável, impondo sempre o seu dinamismo, mas com simpatia e simplicidade.  
Já doente, teve força suficiente, para ser sócio fundador da associação “AMIR, desejo há muito perseguido para a sua constituição, e para os fins anunciados, que em vida viu concretizado.  
Não dizia não a um desafio, pelo interesse deste concelho e pela sua gente, pelo que se tornou muito conhecido e respeitado, tal o espírito de companheirismo e camaradagem que norteava as suas ações, traços indeléveis da sua personalidade.

Homem de causas coletivas, também na administração local autárquica, foi corajoso o suficiente para arriscar, humilde o bastante para aprender, e enorme na dedicação, solidariedade e generosidade e para granjear o nosso apreço e amizade. O PSD, perdeu um militante que teve no passado recente um papel muito importante na vida partidária local, e outros perderam um amigo, porque tinha a capacidade de não misturar relações pessoais com as questões da política.

Amândio Pires, um homem que dedicou a sua vida à sua família, deixa 3 filhos, que sentiram bem nestes dias de dor e perda, o carinho e admiração, que muitos amigos nutriam pelo seu querido pai.

O Grupo Municipal do PSD, quer associar-se a esta homenagem, propondo nesta Assembleia Municipal de Mirandela:

1. Um minuto de silêncio pelo falecimento de Amândio Acácio Pires.
2. Que este voto de pesar seja enviado, à viúva e filhos, com as condolências dos membros da Assembleia Municipal de Mirandela.
3. Que seja publicado num jornal local.

O Grupo Municipal do PSD.

Eu agradeça, Senhor Presidente, se fosse possível, pôr à votação, e se algum Grupo deseja associar a este Voto de Louvor e Pesar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Vamos fazê-lo de imediato, até pela importância e nobreza da proposta. Alguém vê inconveniente nesta Assembleia em que se propõe que se faça este voto de pesar e louvor?

Não?

Assim sendo, a Mesa tem a dizer que se associa a esta homenagem e vamos de imediato fazer o minuto de silêncio pelo nosso companheiro falecido.

(minuto de silêncio)

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhores Deputados. Se alguém se quiser associar a esta homenagem... Não é comum, mas eu acho que o ato em si o merece, pelo que se alguém quiser acrescentar mais alguma coisa ao que o líder da bancada do PSD já disse, faça favor de se pronunciar. A Senhora Presidente da Câmara vai falar.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Bom dia a todos. Este voto de louvor e pesar, significa também a grande homenagem que todos fazemos ao colega amigo *Amândio Pires*, apesar de todas as diferenças políticas foi uma pessoa respeitada e é uma pessoa que vamos ter saudade, quer pela grande grandeza como pessoa e também pela forma como politicamente se posicionou. Também deixar um voto ao nosso colaborador do Município *Ricardo Pires*, de facto o Senhor *Amândio Pires* na área agrícola e na área pecuária, tudo aquilo que ele fez por este concelho deixa-nos muitas saudades. Recordo que recentemente ele fundou a Associação dos Amigos de Mirandela (AMIR) e com ele tivemos algumas reuniões. Foi um processo longo, duro, de uma doença difícil e por isso é mais do que justa a homenagem, julgo que todos nos devemos associar a este momento de dor e saudade. Apesar de todas as diferenças políticas, houve sempre um respeito muito grande entre todos e ele soube dar esse respeito e, por isso, julgo que é mais do que justo este voto e também vamos com toda certeza homenageá-lo sempre na vida política deste concelho e também nesta Assembleia Municipal. Por isso, agradecer o voto e dizer que todos estamos associados a este voto. Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Presidente, muito obrigada também ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Passo então a palavra a Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Peço desculpa Senhor Deputado *Agostinho Beça* e à restante Bancada, estamos aqui com um pequeno esclarecimento em relação a horários e apontes para conjugarmos as coisas de forma a que tudo funcione um pouco melhor e assim sendo podemos então dar continuidade à nossa sessão. Faça o favor de começar senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e Secretários, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, cumprimento, também, a Senhora Presidente e Vereadores, caros Mirandelenses.

**Ninguém escolhe a família em que nasce!**

E eu, do lado materno, nasci numa família tradicional transmontana que pode considerar-se numerosa!

Os Avós tiveram dez filhos, com as mais diversas atividades profissionais, mas um dos quais havia de ter sido padre...!

Em questões ideológicas devo referir que o Avô – professor primário e guarda-livros – era um **Salazarista convicto**... mas, alguns dos tios, **progressistas assumidamente de esquerda**, tendo até, um deles, participado na fundação, no Porto, do clandestino **MUD** (Movimento de União Democrática) ...

Aprendi, assim, a conviver de perto com uma grande diversidade de maneiras de ser e de estar, diferentes sensibilidades, ideias e filosofias revolucionárias, com medos de polícias políticas e anseios de melhores vidas...!

Mas aprendi, também, **valores morais que jamais esquecerei** e procurei transmitir aos meus filhos... percebi o que é ter dignidade... ética... e aprendi sobretudo a honrar compromissos!

E foi neste “cadinho” que se moldou o meu carácter...!

Nunca poderei deixar de ser misericordioso e acudir à desgraça alheia, sem qualquer rancor, mesmo com motivos para isso...!

Órfão de Pai aos seis anos de idade e co-herdeiro duma casa comercial, **cedo tive de aprender a tomar decisões** – bem ou mal – a lidar com clientes e fornecedores... com a Repartição de Finanças e a Caixa de Previdência e – mais importante – a **gerir pessoas** e delinear estratégias para garantir salários ...

*[Handwritten initials and marks]*

Ao longo da carreira profissional de mais de 37 anos, **exerci funções diversas, às vezes alheias à formação e vocação**, enfrentando desafios e superando receios próprios e limitações; tive de aprender a ser eclético e dominar diferentes áreas do saber, a estabelecer relações interpessoais, a lidar com a gestão do património público e aprovisionamento em grande escala, com questões jurídicas complexas e com os Códigos, como o do **Procedimento Administrativo**, tendo estado, nos últimos cinco anos, como **assessor do Diretor Regional de Agricultura** – um destacado membro do CDS-PP, como todos sabemos –, a quem **servi com lealdade até ao último minuto e sem qualquer reparo!**

**Fiz-me político por dever cívico!**

**Felizmente não preciso da “política” para ganhar a vida!**

Por tudo isto, não tive, nem tenho, nem nunca terei ambições de obter ganhos desmedidos, vantagens ou mais-valias, muito menos “tachos” (como já alguém quis insinuar...) a partir da atividade política...

Estou e estarei sempre disponível para desempenhar os **cargos ou missões** que me venham a ser solicitados ou confiados, em prol da defesa da qualidade de vida dos meus conterrâneos...

Prezo muito a **minha liberdade ideológica individual** e, sobretudo, lido mal com “cartilhas” ou “disciplina” partidária.

No entanto, com a maturidade, também aprendi a **estar disponível para retroceder nas minhas convicções mais profundas**, nas minhas teimosias, até a **mudar de opinião ou de posição** perante argumentos mais válidos que os meus... e considero-me especialmente sensível, recetivo, até permeável, ao que pensam os mais jovens...!

Bem sei que não fica muito bem falarmos tanto de nós próprios, e que devemos reconhecer as nossas limitações e defeitos...

... e peço desculpa por estar a maçar-vos assim, mas acontece que senti um grande impulso para clarificar publicamente estes aspetos da vida pessoal, profissional e política... há muito que tinha este texto preparado... **e não, não me esqueci do que disse no discurso a tomada de posse!**

...e confesso dificuldade em aceitar lições de **ética** ou **independência**, cuja **falta** poderia surgir no desempenho das minhas atuais funções, como aqui foi dito em Abril de 2018, conforme consta na pág 41 da ata n.º 2 desse ano.

...podem, então, ficar todos descansados, quanto aos receios de que eu não seja capaz – se for o caso – de **manifestar opinião oposta à do Executivo**, aliás como já fiz em diversas situações...

Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Membros da Mesa da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Hoje, 26 de abril, não podemos deixar de falar de ontem, o 25 de abril, para celebrar os 45 anos de Liberdade e Democracia, lembrando e saudando em primeiro lugar todos os que na sua construção participaram. Saudemos pois, todas as mulheres e todos os homens que durante tantos anos sonharam com a Liberdade e com a Democracia. Saudemos pois, todas as mulheres e todos os homens que sacrificaram as suas vidas pela Liberdade. Comemorar o 25 de abril é recordar que Mirandela também foi um alfofre de resistentes antifascistas. Como o *Arnaldo da Conceição Pereira*, o *João Galvão*, o seu irmão *António Galvão*, o *Manuel Barreira* que era meu avô, o *Joaquim Natal Figueiredo*, pai do Deputado *António Figueiredo*, o *Olímpio Resende*, o *Alexandre Sales*, o *Armindo Luciano Costa*, avô do Deputado e Membro da Mesa desta Assembleia Municipal, *José António*. Com isto saudar, também, estes homens e todos aqueles que lutaram e pagando muitas vezes com a sua vida para hoje estarmos aqui a exprimir as nossas diferenças.

A Revolução de Abril de 1974 foi um irreprimível ato de soberania protagonizado por um povo determinado a decidir livremente sobre o seu próprio destino. Liberto das amarras do fascismo Portugal rompeu com o isolamento internacional, a ditadura que o condenava. A constituição de Abril consagra um país soberano, aberto ao mundo, solidário com todos os povos, empenhado na construção da paz, do progresso, do direito à Saúde, à Educação, à Segurança Social, ao Salário Mínimo Nacional e ao trabalho com direitos. Contrariamente ao fascismo no qual a opressão e repressão internas eram inseparáveis da submissão externa. O Portugal Democrático necessitava, como necessita, ainda, de exercer plenamente a sua soberania, para se afirmar e desenvolver. Sem ela, aliás, não é possível empreender qualquer projeto soberano de desenvolvimento, progresso e justiça social. A Revolução de abril e o processo contrarrevolucionário mostraram-no claramente. Tomemos o exemplo do imperialismo norte-americano, que desde a inclusão de Portugal na NATO, 1949, passou a exercer grande influência económica, política e militar sobre o nosso país. Depois de sustentar o fascismo após a derrota dos seus aliados na 2.ª Guerra Mundial e de armar para travar as Guerras contra os povos africanos, empenhou-se em travar o rumo progressista da revolução, as conspirações da CIA, através do embaixador norte-americano em Portugal e em Lisboa *Frank Carlucci*, as manobras intimidatórias da NATO na costa portuguesa assim o demonstraram. Agora, como no verão quente de 1975, anda aí um tumulto de vozeria e ruído. É preciso que saibam, também, que não nos travam com campanhas difamatórias e de insinuações torpes. O Movimento Comunista foi vítima de boatos, hoje apelidados pelas *fake news* à escala mundial, décadas a fio, desde comer criancinhas ao pequeno-almoço, injeções atrás das orelhas aos velhinhos, o truque é velho, enfraquecer quem resiste e ficar de campo aberto para o ataque. Já não nos impressiona, nem nunca nos imobilizou. Também a integração do país na então Comunidade Económica Europeia, antecessora da atual União Europeia, serviu os objetivos das forças contra revolucionárias que viu nelas novas armas, novas forças e novos pretextos para a recuperação capitalista. A restauração do capitalismo monopolista e a liquidação das grandes conquistas democráticas da revolução de abril. A destruição da reforma agrária e a privatização do setor empresarial público criado com a revolução eram objetivos estratégicos da política de direita que a CEE e agora a atual União Europeia ajudou a concretizar.

Hoje, mais de 30 anos passados sobre a inserção do país no processo de integração capitalista da União Europeia e 20 anos sobre a adesão ao euro, os resultados estão à vista de todos. Portugal está mais pobre com taxas de crescimento residuais, desemprego estrutural e défices incompressíveis, quer no setor alimentar, quer no setor energético. Os constrangimentos impostos pela União Europeia e pelo Euro, ao serviço dos grandes monopólios e potências europeias, não permitem alterações de fundo, senão vejamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

- Desde a entrada de Portugal na CEE, a indústria passou de responsável por 27% da riqueza criada para apenas 13%. Portugal por dia recebe menos 10 mil milhões de euros de fundos da União Europeia, mas paga 20 milhões de euros só de juros da dívida. Termino já, só mais um minuto.
- A privatização e a entrega do capital estrangeiro a empresas do setor estratégico fizeram sair do país só no primeiro semestre de 2018, mais de 17 mil milhões de euros em dividendos.
- Temos a terceira maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia e importamos 70% do peixe que consumimos. Desde a nossa entrada na CEE, 1986, foi destruída 56% da nossa frota pesqueira.
- Nos 33 anos de PAC, Política Agrícola Comum e 40 anos de política de direita, perdemos mais de 400 mil explorações agrícolas e 550 mil empregos agrícolas, pessoas que trabalhavam no campo, com graves consequências no défice da balança agroalimentar, no abandono do mundo rural e na dimensão dos incêndios.
- Desde a adesão ao Euro que foram abandonados 700 mil hectares de produção agrícola...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, deixe-me interrompe-lo. Dado tratar-se de um assunto histórico extremamente importante, não é apenas político, é uma realidade do nosso país e assim sendo eu pedia-vos permissão para que o Deputado termine toda a sua leitura. Ninguém vê inconvenientes?

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** É só mais um minuto...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Sendo, assim, leve até ao fim esta exposição.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Muito obrigado.

- Desde a adesão ao Euro, foram abandonados 700 mil hectares de produções agrícolas.
  - O PIB agrícola desceu de cerca de 8% para 2,5%.
  - Desde a adesão ao euro, a nossa dívida pública, ultrapassou 50% para 125% do PIB.
- Há muito que o PCP e os seus aliados da CDU afirmam que o país precisa de se libertar das amarras que condicionam o direito ao desenvolvimento soberano, adaptado às suas condições. As eleições de 26 de maio para o Parlamento Europeu, são a oportunidade para dar mais força a este caminho. O que se inspira nos valores e conquistas de abril e os projetam no presente e no futuro do país.  
Comemorar hoje o 25 de abril, dia da Liberdade...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Agora já está a fazer campanha para as Europeias Senhor Deputado, vou ter que lhe cortar a palavra.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente são só mais dez segundos...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Só porque está a exceder o tempo. A parte histórica tudo bem...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** É só mais 2 segundos...  
Comemorar hoje o 25 de abril, dia da Liberdade, com a certeza porém de que, mais do que invocá-la é necessário praticá-la, renová-la e realizá-la.  
Viva o 25 de abril. Viva Portugal.  
Muito obrigado e peço desculpa por esta...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Com a permissão desta Assembleia Municipal que seguramente acolherá toda a compreensão, permita-me agradecer emocionado e honrado a citação por parte do Senhor Deputado Jorge Humberto do contributo entre outros Mirandelenses que o meu avô deu na luta à ditadura e na luta por um regime democrático ter pago com a prisão por diversas vezes esse seu papel. Por mais singelo que tenha sido esse seu papel, entre outros Mirandelenses, contribuiu para que eu hoje seja um Deputado eleito livre e democraticamente nesta Assembleia que acrescidamente me conferiu a honra e o privilégio de exercer funções de Membro desta Mesa. Tudo isto só possível com o contributo e a luta de muitos portugueses e portuguesas para que hoje vivêssemos neste quadro democrático politicamente.  
Muito obrigado a todos. Viva Mirandela. Viva Portugal. Viva os valores de Abril.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem. Continuando com o decurso das intervenções, passo, então, a palavra ao Senhor Deputado Virgílio Tavares.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Muito bom dia. Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, respetivos Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação social e Público em geral.  
A intervenção que eu vou fazer é breve e tem a ver com Mirandela, como é lógico, senão não viria aqui, e é baseada nas minhas vivências de dia-a-dia como cidadão que reside em Mirandela há mais de 30 anos, e, portanto, nos contactos que eu tenho com as pessoas de Mirandela, e tem a ver também com uma ideia que eu transmiti com a aprovação do último orçamento. Então,

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

versa de quê? Duas obras urgentes e necessárias para projetar o desenvolvimento de Mirandela, potenciando as suas atuais dinâmicas. A primeira é um espaço adequado para feiras. Não para a feira semanal, mas feiras como a da Alheira, por exemplo a Feira do Livro, de carácter comercial e industrial, do género da antiga Reginorde, mas modernizada e adaptada às expectativas futuras e outras. Espaço, esse, que tivesse também não só um espaço coberto, mas um espaço ao ar livre para se adaptar ao clima, ou seja, se fosse verão ou se viessem intempéries. Note-se que a última edição da Feira da Alheira mostrou que o espaço no Parque do Império já é exíguo, quer para o Público quer para os expositores. Muitos destes, com quem falei queixaram-se que os seus negócios e, ainda, podiam ser melhores se o espaço permitisse que o Público fizesse uma abordagem aos seus produtos, sem os empurrões, sem a confusão gerada pela multidão quer se amontoava em frente dos seus pavilhões, passando com dificuldade de um lado para o outro, visitando a feira.

Segundo: Pavilhão Gimnodesportivo Municipal. É urgente que Mirandela tenha um espaço destes para a prática e para as competições desportivas que já tem. Os que existem o do INATEL, o da Reginorde, o das escolas já não são suficientes há muito tempo, não é só de agora. A Dinâmica Associativa Desportiva de Mirandela, exige a existência do dito pavilhão municipal, adaptado à realidade atual e ao futuro que não tem. Ainda no 25 de Abril, ontem mesmo, no jogo de basquetebol feminino entre o Mirandela e o Vila Real pude constatar, no INATEL, a chuva a cair do teto e vários baldes espalhados, o que não dignifica, nem a cidade nem ninguém, nem permite a prática de desporto com as devidas condições. Por isso, eu sugeria, é evidente que os orçamentos por vezes não são suficientes para aquilo que é necessário, mas como nas nossas casas, temos que optar e porque não, começar já a pensar e a projetar. Se não pode ser as duas obras, uma. Mas também poderiam ser duas numa, ou seja, no mesmo espaço, no mesmo local, criar as duas situações. Isso é uma questão, pedia ao Senhor Presidente da Assembleia que fizesse alguma intervenção nesse sentido, junto da Câmara para que seja estudada e não se adie mais esta situação. Para além de outras realizações necessárias para Mirandela, acho que estas duas, eu contacto com as pessoas que falo essa necessidade. Mas já há muito tempo, não é só de agora. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Virgílio Tavares*. Passo agora a palavra ao Senhor Deputado *Rui Sá*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, restante Executivo, Caros Vereadores, Presidentes de Junta, Público e eventualmente Comunicação Social que possa estar presente.

Esta minha intervenção prende-se depois com duas propostas que falarei seguidamente, mas vou iniciá-la por dizer que, hoje é dia 26 de abril e naturalmente associo-me aos Ideais de Abril. Os Ideais de Abril como às vezes parece que é dito em vários palcos, em diversos púlpitos é que os ideais de Abril só são de Esquerda. Eu não considero que os ideais de Abril sejam de Esquerda ou sejam de Direita, porque eu sou do Centro, sou do PPD-PSD, sou do Centro. É no Centro que está a minha ideologia política, revejo-me plenamente nos ideais de Abril, não tenho problemas absolutamente nenhuns de pôr o cravo à lapela e de sentir orgulho de o ter. Sinto que Abril foi um bem para a Nação, foi um bem para o país, que pôs termo a 41 anos de ditadura, que penso que ninguém nesta sala se identificava com ela, portanto, todos somos de Abril, uns mais, outros menos, aquilo que aconteceu depois de Abril, se calhar é que nem todos nos revemos nele. Isto serve para dizer, eu sou do PPD-PSD, sou do Centro, nem sou de Direita, nem sou de Esquerda e Abril também é meu e, por isso, associo-me às comemorações sempre, do 25 de Abril. Isto também para fazer aqui uma introdução que Abril é todos os dias. Abril não terminou. Abril é todos os dias. Nesse pressuposto eu vou deixar aqui duas propostas ao Senhor Presidente da Assembleia que ponha à consideração da Assembleia o seguinte: Penso que nos tempos de hoje em que o *online*, o vídeo, o áudio, é cada vez mais uma realidade, nós não podemos, no meu entendimento, não podemos como Assembleia Municipal não querer ver esta realidade e a minha proposta vai no sentido de que o Senhor Presidente ponha à consideração da Assembleia que as sessões da Assembleia Municipal possam ser filmadas, quer em vídeo, quer em áudio e sejam transmitidas em direto num canal da MEO a criar, que qualquer um de nós o pode criar em nossa casa sem dificuldade nenhuma e as pessoas que não tiverem oportunidade de o ver em direto, sempre o poderão puxar nas boxes da MEO, ou qualquer outra operadora e ver as nossas intervenções da Assembleia Municipal. Eu penso que isto também é Abril, é a democracia a chegar às pessoas, estejam elas onde estiverem. A partir de um telemóvel podem estar perfeitamente a seguir a Sessão da Assembleia Municipal de Mirandela. Eu penso que todos ficamos a ganhar e a democracia que sai também a ganhar. Essa será uma proposta que eu, também, aqui, deixo ao Senhor Presidente da Assembleia.

Outra, vai no sentido de que pelo menos duas vezes por ano a Assembleia se possa reunir em qualquer uma Junta de Freguesia. O espaço teria que ser, obviamente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia em articulação com a Assembleia e com a Câmara Municipal a identificá-lo. Naturalmente que nem todas as Freguesias estarão dotadas dos meios, do espaço, onde as possamos fazer com alguma dignidade, porque isso também é importante, mas há certamente Freguesias que têm espaço convidativo e que pode, também, sempre a Câmara Municipal carregar para lá cadeiras, mesas e a logística necessária para que possamos fazer Sessões da Assembleia Municipal nas nossas Freguesias.

Eu proponha que pudessem ser pelo menos duas por ano, podia perfeitamente ser a de fevereiro e a de junho, são Assembleias que não têm orçamento, que não têm discussão de contas. Não sendo duas, poderia ser uma, e isto aqui também não se deve pôr aos Senhores Presidentes de Junta que a minha tem, a tua também, nem todos têm as mesmas condições e, naturalmente, no decorrer do mandato não tinha de se fazer nas Freguesias todas do Concelho.

Pronto, era esta proposta, que na verdade são duas: uma a da gravação do áudio e do som e a outra a realização de algumas Sessões nas Assembleias de Freguesia. Senhor Presidente era isto que eu tinha para dizer muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado. Deixe-me só perguntar-lhe: é uma proposta ou recomendação? Porque se for proposta vamos ter que votá-la. Como proposta em si faça-me um pequeno texto, mas deixe-me também levantar esta questão da recomendação e que é de todo oportuna, até porque são dois assuntos que nós na Comissão Permanente já ventilamos várias vezes. Em relação à primeira sobre as gravações áudio, temos no nosso distrito, já concelhos, que fazem esse trabalho. Podem-se ver as Sessões de Assembleia *online*. Bragança tem isto há cerca de um ano e eu acho que já o referi até inclusivamente, aqui na Assembleia. É claro que isto tem custos, têm que ser orçamentados e é um assunto que nós já começamos a negociar e haveremos de terminar.



*[Handwritten initials and marks]*

Como sabem quando há custos não orçamentados as coisas demoram mais tempo... Em relação à segunda proposta, nós já pensamos nisso, aliás, era um objetivo desta Mesa, inicial, descentralizar as Sessões de Assembleia. Não há muitas condições para o pôr em prática, porque temos que contar com 61 lugares, mais o Público, mais o Executivo... e as Freguesias não dispõem de instalações para o efeito. Poderíamos ter um caso ou dois, mas isso poderia levantar algumas interrogações das Juntas de Freguesia..., porque é que se faz ali e não se faz aqui. Aquilo que nós começamos já a fazer e vamos continuar a fazer, é deslocalizar as Sessões da Comissão Permanente da Assembleia Municipal. Por enquanto só ainda o fizemos na Torre de Dona Chama, auscultando problemas da própria Freguesia. Fizemos na Torre e outras se seguirão. Na Comissão Permanente somos menos e a nossa presença não deixará de surtir efeito porque cada líder de bancada levará aos restantes Membros tudo aquilo que captou. De qualquer modo, digo e repito, são questões importantes que nós vamos ter em consideração. Sim? Faça favor, então, se quer acrescentar qualquer coisa.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Atendendo a que o Senhor Presidente já fez as considerações que proferiu eu passaria à recomendação, efetivamente, não tem que ser uma proposta.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Exatamente, eu penso que sim, fica a recomendação, está registada e vamos tentar levá-la a bom porto. Muito obrigado Senhor Deputado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Rui Sá*. Passo a palavra ao Senhor Deputado Hélder Castelo.

----- **O Senhor Representante da Junta de Freguesia de Vale de Telhas Hélder Castelo (PS) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Bom dia.

No sábado de Aleluia, através de uma festa pagã, Vale de Telhas, ressuscitou, voltou à vida.

Um espetáculo de raiz popular, em que os atores foram os habitantes da aldeia, fez de Vale de Telhas e do Serrar a Belha, um marco importante na vida cultural do concelho.

O Serrar a Belha é o nome do Evento, permitiu-nos que tivéssemos visibilidade, que fossemos vistos. Não devemos gabar-nos a nós próprios, mas tenho que vos dizer que nos divertimos muito e que divertimos muito quem nos visitou. Foi a noite mais importante da nossa terra de há muitos anos a esta parte.

É altura de agradecermos a todos os habitantes da aldeia que se envolveram, empenharam e tanto trabalharam para este sucesso, MUITO OBRIGADO.

Em boa hora a Câmara Municipal de Mirandela decidiu apostar na sementeira orientada de eventos, mostrando a riqueza da cultura popular do nosso Concelho, do nosso Património Imaterial. Dinamiza as aldeias cultural, social e economicamente.

Claro que nós, o Vale Telhenses trabalhamos para o sucesso do Evento como só Deus sabe. No entanto, temos a consciência de que nada disto teria sido possível sem o aval, anímico, material e financeiro da Câmara Municipal.

É por isso, da mais elementar justiça em meu nome pessoal e de todo o elenco, agradecer à Excelentíssima Fernanda Ferreira, que com toda a sua paciência e sabedoria orientou o espetáculo.

Agradecer, como autarca e em nome da população de Vale de Telhas à Excelentíssima Senhora Vice-presidente, Dr.ª Vera Preto, pelo cuidado que pôs na supervisão geral do Evento, para que nada faltasse e que tudo estivesse no seu lugar à hora marcada.

Agradecer à Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Rodrigues, ilustríssima Presidente deste Município, que acreditou desde a primeira hora, aquando lhe comunicamos a intenção de ir para a frente com este Evento, contamos com o seu apoio e entusiasmo, como se um de nós fosse. E claro a todo o restante Executivo. Muito obrigado a todos.

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Hélder Castelo*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pontes*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Público e Comunicação Social.

Interpretem da forma que quiserem aquilo que eu vou dizer. Mas a minha experiência e a minha vida leva-me a estas confrontações. O Senhor Presidente da Assembleia, só porque estamos em Democracia e não fiquem a pensar de maneira nenhuma que eu sou contra o 25 de Abril, antes pelo contrário, posso-lhe dizer que o meu pai esteve preso, não por causa do 25 de Abril mas esteve preso porque foi emigrante e foi a “salto” para França e numa das vezes que foi, a primeira vez, portanto, foi preso e esteve preso em Bragança. Portanto, não é uma coisa direta do fascismo mas é indireta. O Senhor Presidente da Assembleia, só porque estamos em democracia, não é o “dono” disto. O Senhor Presidente da Assembleia tem que se submeter às regras que nós nos submetemos também. Quer o Senhor Presidente, quer os Secretários, quer o Executivo, quer quem aqui esteja. Para lhe dizer que eu pedi-lhe a palavra há bocado e portanto, o Senhor dá como terminado o assunto quando bem quer e lhe apetece e isto não é assim. Primeiro sinto-me lesado porque exatamente, já nesta legislatura, eu estive ali a ler um discurso que era um discurso local que dizia respeito à vida local e não à vida nacional e fui interrompido e fui proibido de o dizer até ao fim e com certeza gastaria menos tempo que gastou o Senhor Deputado para ler o discurso que ele tinha. Segundo até o Senhor Deputado em causa foi um dos que mais protestou pelo discurso que eu estava a fazer...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, vou ter que interromper...

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Interrompa... não é mentira...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O que o Senhor está a dizer ultrapassa todas as marcas. Olhe, primeiro deixe-me referir que não nos julgamos “donos disto tudo”, pelo contrário, nós na realidade somos os vossos “criados”, estamos aqui para vos servir, orientar e gerir da melhor forma esta Assembleia. Segundo, o Senhor pediu a palavra quando havia aqui uma pequena questão que a Mesa estava a resolver. Terceiro: há um Regimento e uma Lei 75/2013, que nos permite tomar decisões. Não é ser “dono”, é tomar decisões quando as questões estão mais complicadas e foi o que fizemos. Agora o Senhor está a acusar-me indevidamente. O Senhor pediu a palavra na altura certa?

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Pedi...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Entende mesmo que era a altura certa?

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Sim pedi...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado aquilo é uma altura certa? Pelo amor de “Deus”. Está a revelar não conhecer as regras. E eu não posso permitir sequer que continue com isso.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Não, desculpe...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O Senhor tem este momento, “Período Antes da Ordem do Dia” e tem em “Outros Assuntos de Interesse para o Município”, a oportunidade para expor todos os seus problemas de uma forma totalmente aberta. Agora vir aqui dizer que a Mesa, quer ser “dona disto tudo” porque não o deixou falar numa altura completamente indevida... Aliás, estavam dois Deputados a pedir a palavra e como verificou, o tratamento foi para si e para outro Deputado rigorosamente iguais. Interromper uma conversa entre o Deputado *António Figueiredo* e a Mesa quando estava a ser resolvida uma questão que acabou por se resolver aliás pacificamente, não teria qualquer cabimento. O Senhor queria interferir nessa discussão? Tenha paciência Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Vai-me desculpar, ainda nem falei sequer desse assunto. Estou a falar do assunto relativamente ao Senhor Deputado. Depois em relação ao segundo assunto, sim senhor, quero um esclarecimento da Mesa, porque e vários Membros desta Assembleia aqui estariam presentes e por acaso agora não sei, mas eu tenho memória, mas não sou capaz de perceber se foi nesta legislatura se foi na anterior. Só para que a Mesa me dê uma explicação que o Senhor Deputado *António Figueiredo*, isso é lá um problema dele e da Mesa, de facto, não pode no mesmo momento ou em momento alternado assumir o papel de Membro da Assembleia e de Público. Eu já vi aqui nesta Assembleia Municipal, não sei se por direito se não e era isso que eu queria dizer há bocado e o que o Senhor Presidente não permitiu. Eu já vi Vereadores do Executivo Municipal, já vi Vereadores estarem na Vereação e deixarem a Vereação e irem assumir o papel de Público. Portanto era o esclarecimento que eu queria pedir há bocado, que o Senhor não me deu oportunidade de fazer e que peço agora, se os Senhores Vereadores estão num plano diferente do que estão os Senhores Membros da Assembleia Municipal, era só isto está a ver?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Intervir Senhor Deputado..., Não confunda as coisas. O Senhor Deputado *António Figueiredo* propôs-se intervir como Público. Agora é claro que o Senhor da sua bancada pode ir para o Público quando entender, ao contrário, o Público é que não poderá ir para as bancadas dos deputados. Agora intervir como Público é diferente. Eu nunca vi nenhum Membro do Executivo ir intervir como Público? Já viu?

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** O Senhor Vereador em causa e não estou a levantar qualquer crítica, por acaso ainda é Vereador deste Executivo e ele então se lhe for permitido que diga, se não saiu do lugar de Vereador e não foi assumir o lugar de Público e intervir como Público? É só isto que lhe digo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado *Paulo Pontes*, o Senhor apresentou e eu peço imensa desculpa e com todo o respeito que o Senhor sabe que eu tenho por si, isso é uma não questão. Essencialmente partimos do princípio que o Senhor pediu a palavra num momento completamente inoportuno, em que estávamos a tentar resolver uma questão. Quando se intervém entre uma qualquer discussão entre um Deputado e Mesa..., foi o Deputado *Figueiredo* como podia ter sido o Senhor, é completamente inoportuno qualquer interrupção ou pedido de uso da palavra, portanto, não lhe dei a palavra e muito bem, agora não lha voltaria a dar e peço por favor que nem questione isso.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Isso as palavras e os atos ficam para quem...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Fica registado.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** E alguém há de julgar e averiguar quem é que toma as atitudes mais ou menos corretas. Portanto, não lhe permito a si sequer avaliar os meus procedimentos e as minhas atitudes. Permito sim ao Público e a quem assiste avaliar esses comportamentos e essas atitudes, não é o Senhor, só porque é Presidente da Assembleia que vai avaliar os meus comportamentos, isso lhe garanto eu a si. Mas se nós estávamos a discutir um assunto e...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Mas o Senhor avaliou-nos a nós primeiro, até disse que somos os “donos disto tudo”...

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** E continuo a avaliar...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Penso que não vale a pena aprofundarmos mais a questão. Estamos entendidos e o julgamento será feito por toda esta bancada...

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Exatamente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Não é preciso mais nada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a palavra ao Senhor Deputado Vítor Correia.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Mirandela Vítor Correia (PS) disse:** Bom dia a todos. Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia na pessoa do Senhor Luís Guimarães, o Executivo na pessoa da Senhora Presidente, Júlia Rodrigues, Caros Colegas, Público em Geral, Comunicação Social.

Na qualidade de representante das Freguesias do Concelho de Mirandela no Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal, eleito na Sessão do dia 29 de dezembro de 2017 desta Assembleia, venho informar que o Conselho Cinegético após Despacho do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), quanto aos seus representantes, tomou posse no passado dia 4 de abril de 2019. Saliento que o Conselho Cinegético não reunia desde o dia 8 de outubro de 2014, portanto, há quase 5 anos. A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Júlia Rodrigues, presidiu aos trabalhos salientando a importância deste Conselho e o papel que pode desempenhar na promoção turística da caça no Concelho. A reunião teve o propósito de dar a posse ao novo Conselho Cinegético, emitir parecer quanto à renovação da transferência da gestão da Zona de Caça Municipal de Pereira e debater outros assuntos de interesse. Foi deliberado, por unanimidade, dar parecer favorável à renovação da transferência da Zona de Caça Municipal de Pereira, com exclusão de alguns terrenos, conforme processo 6213. Os representantes dos caçadores e pescadores propuseram a organização de um Seminário em colaboração com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), abordando os temas da peste suína africana e da triquinelose em carne de caça maior. Foi, ainda, referida a necessidade de sensibilizar os pescadores desportivos para a época de desova e os condicionalismos ao ato de pesca no período da mesma. Outras intervenções foram feitas e poderão ser conhecidas através da consulta à respetiva ata que será disponibilizada no portal eletrónico do Município.

Ficou agendada para a reunião para o próximo dia 13 de maio, tendo como um dos pontos da ordem de trabalhos a referência aos planos anuais de exploração denominados (PAE) das Zonas de Caça Municipais do Concelho.

Tenho dito. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigada Senhor Deputado Vítor Correia. Passo a palavra agora à Senhora Deputada Otília Lima.

----- **A Senhora Deputada Municipal Otília Lima (PSD) disse:** Muito bom dia. Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Secretários. Como vou fazer uma intervenção muito breve, permitam-me que a faça daqui. Senhora Presidente da Câmara e restantes Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia, Público em Geral.

Esta pequena intervenção prende-se com uma solicitação que eu vou fazer ao Executivo na pessoa da Senhora Presidente que com certeza vai deliberar junto do Vereador que tem como responsabilidade estes assuntos e que é o seguinte: vou transmitir aqui o sentir de muitas pessoas que atravessam todos os dias a Ponte Açude, vulgarmente conhecida como Ponte Açude, portanto a última ponte construída cá em Mirandela onde existe uma mini hídrica, e todas as pessoas que atravessam todos os dias essa ponte, sentem os estragos decorrentes dessa travessia, como eu digo, todas as pessoas que moram do lado de lá, moram em Gaia, passo a expressão, portanto, atravessam essa ponte eu sou uma dessas pessoas que todos os dias para ir para o meu trabalho tenho que passar ali três ou quatro vezes e existem quatro lombas que não são nada agradáveis. Portanto, a minha solicitação prende-se no sentido de haver alguma diligência e brevidade na reconstrução do pavimento da ponte, no sentido de suavizar essas mesmas lombas para não haver tantos estragos nos carros das pessoas que a atravessam. Portanto, deixo aqui esse pedido e espero que seja correspondido com a brevidade necessária e possível. Muito obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Deputada Otília Lima. Passo a palavra, então, à Senhora Deputada Patrícia Bernardo.

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

----- **A Senhora Deputada Municipal *Patrícia Bernardo* (PS) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Deputados, Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público em Geral. Uma saudação cordial a todos.

Imbuída, ainda, do espírito de Abril interpelo, hoje, o Executivo Municipal com uma preocupação que julgo pautar a atuação de todos nós na Política - as Pessoas. As Pessoas da nossa Cidade, as Pessoas da nossa Vila e as Pessoas das nossas aldeias. Pese embora, já o tenha feito em intervenções anteriores a esta, recupero o discurso social que me acompanha. Certa que vivemos um tempo em que importa olhar para o passado para alicerçar o futuro, questiono o Executivo Camarário sobre as prioridades sociais para o biénio 2019/2021.

Quais as principais necessidades apuradas para intervir com os grupos sociais mais desfavorecidos?

Quais as especificidades com os grupos da Terceira Idade?

Há novidades de atuação no âmbito da habitação social?

Que apoios aos carenciados em matérias destas?

Em que ponto se encontra o Plano de Intervenção dos Grupos da Comunidade Cigana?

Alargando as preocupações sociais, como prevê o atual Executivo a sua atuação em termos de fixação de emprego? Sim, porque aquilo que realmente fixa a população a um determinado território, é a possibilidade de exercer a sua atividade profissional.

Quais adamares irão encetar no domínio do emprego e da qualificação profissional da população ativa do concelho?

Mais ainda, em relação aos mais jovens e aos adultos que ainda não terminaram o seu ciclo de estudos, ou até não consolidaram competências básicas de literacia, que programas visam consolidar nesta segunda fase do mandato?

Qual o balanço que fazem das iniciativas de voluntariado local já realizadas e quais as que preveem realizar futuramente?

O Banco de Voluntariado é já uma resposta social consolidada?

E porque a igualdade, a ausência de diferenças entre Membros de uma mesma Sociedade é um dos pilares da nossa Democracia, como prevê este Executivo cimentar este conceito e trabalhar em prol da não discriminação, da abolição da violência (entre pares, entre géneros, entre gerações) e cuidar destas vítimas?

Não nos esqueçamos, nunca, de como escreveu Victor Hugo “a primeira igualdade é a Justiça”.

Que o poder político seja capaz desta ousadia social.

Trago outro assunto, mais local, eu ontem tive a oportunidade de ficar com o meu carro danificado na Estrada que liga São Pedro Velho a Vilar de Ouro e também interpelo o Executivo se, de facto, já preveem a reparação, julgo que é da responsabilidade municipal e, portanto, já não sou a primeira pessoa a ficar com o carro em mau estado por passar por lá e aquela população merece tudo.

Muito obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, restantes Membros do Executivo, Deputados Municipais, Senhores Presidentes da Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Eu vou chamar isto “Barreira Invisível”. É um filme que eu adoro, que é de *Terrence Malick*, em que o *George Clooney* e o *Nick Nolton* e o *Sean Penn* fazem um papel espetacular. Então eu vou apresentar outros atores. *Mário Centeno*, tirou 2600.000,000€ à Economia em 2018. *Cavaco*, o que não tinha reforma, era uma miséria, diz que Portugal caminha para a lanterna vermelha da Europa. O diabo anda por aí. São *Centeno* disse: “que esta dívida Pública de 130.000.000€, dia 19 de abril, Portugal não tem futuro. Andou quatro anos a mentir aos portugueses.

A Câmara de Lisboa deve 904 milhões de euros, não contando com a Deloitte a verificar as contas das dívidas ocultas. A Procuradora *Cândida Vilar* defendeu a não cooperação entre Polícia Judiciária Militar e Polícia Judiciária.

O chumbo do PS, do Bloco e PCP aos estaleiros de Viana foram benéficos para os mesmos. Sabem porquê? Para que a grande festa no MS WORLD de Mário Ferreira estavam todos lá a... eu ia utilizar um termo talvez impróprio e não o utilizo, mas a..., pronto. A falta de senso do Presidente da República, selfies em funerais, para mim é falta de ética republicana. A campanha do PS às Europeias mostra que o Primeiro está preocupado com as sondagens e em princípio eram uma miragem para o Rio. O Rio galopou para as margens.

O Plano Ferroviário Nacional e com os 20 projetos apresentados pelo Ministro invisível que canta “sobe, sobe, balão sobe” o balão picou e Pedro Marques caiu.

O bombeiro *César*, o bombeiro *Costa e César* aparecem para apagar o fogo. Parece um candidato bombeiro às Europeias. Há atrasos de dois anos na atribuição de pensões pela Segurança Social. Já viu o Ministro *Vieira da Silva* pedir desculpa? E apresentou alguma solução?

Senhores Deputados Municipais se alguém sabe que levante o braço. Por acaso sabem Senhores Deputados Municipais? Têm de declarar este ano as contas *revolut* a partir de 2019, que eu já fiz isso, beneficiários efetivos, na sua declaração de IRS para 2019, para quê? Para pagar impostos. A sua reforma vai cair para dois terços do último salário. Portugal vai continuar com a terceira dívida mas alta da Zona Euro, não acredito, acredito no São *Centeno*, que é um Santo Milagroso.

O Governo prevê transferir para o Novo Banco mais de 1000 milhões de euros em 2020 e 2021, isto após as injeções de 1941 milhões de euros em 2018. E este ano, no âmbito do chamado mecanismo de capital contingente, quer dizer que a garantia Pública 3900 milhões de euros, concedida em 2017, aquando da venda do banco aos abutres da Lone Star vai contar ainda com um *plafond* de mil milhões de euros que poderá ser usada em 2026.

Não tenho tempo de ler tudo, estou a terminar, estou como o Senhor... e é para terminar mesmo. A soma, soma e segue, ajudas à Banca, já vão nos 19,992 mil milhões de euros. O povo é como dizia *Rafael Bordalo Pinheiro*, o povo é ele dizia: “burro” com orelhas de elefante.

Custo líquido acumulado desde a dinastia “*Sócrates*” o grande gastador, já vai em 9,3 do PIB, mostra dados do Tribunal de Contas.

Contribuintes deram aos bancos três meses depois desses impostos.

Se vocês lerem Guerra Junqueiro, de certeza que já sabem isto. Eu vou terminar. In Pátria 1896, um povo burro, incivilizado, uma burguesia cívica politicamente corrupta, corrupta até à medula. Disse. Isto não é o meu 25 de abril.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tivemos uma exposição histórica a que permitimos ultrapassar o tempo, agora tivemos uma exposição do presente, que também permitimos ultrapassar o tempo em compensação. De qualquer modo, quer uma, quer a outra, com pontos extremamente importantes e com algumas curiosidades, algumas até desconhecidas. Muito obrigado Senhores Deputados.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a palavra ao Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Frechas José Carlos Teixeira (PS) disse:** Bom dia. Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas Presidentes de Junta, Público em Geral, Comunicação Social.

Esta minha intervenção tem como propósito sensibilizar a Senhora Presidente para um problema que no meu entender é muito grave. Estou a referir-me ao controlo de velocidade dentro da localidade do Cachão. O anterior Executivo retirou os semáforos de controlo de velocidade, não perguntem porquê? Embora exista sinalização rodoviária de limite de velocidade, o que é um facto, é que os automobilistas não a respeitam, excedendo os limites de velocidade estabelecidos pondo em causa vidas humanas. A Junta de freguesia já solicitou ao IP várias soluções para este local e todas elas foram rejeitadas. Na última tentativa solicitamos autorização para a colocação de lombas, assumindo a Junta de Freguesia suportar os respetivos custos, porém a resposta foi a seguinte e passo a citar: “Na sequência da sua sugestão, a IP tem a informar que o troço da Nacional 213, não preenche os requisitos normativos à implantação de lombas atendendo que poderiam incrementar maiores riscos, nomeadamente aos veículos da emergência. E eu pergunto: Porque é que entre Chaves e Carrazeda de Ansiães e entre muitos outros locais, tem muitos controlos de velocidade e lombas.

Senhora Presidente, no sentido de evitar uma eventual tragédia, solicito que providencie, no sentido da colocação das referidas lombas, nem que para tal tivesse que desqualificar a Estrada Nacional 213, neste troço. Estou concretamente a referir-me aos dois cruzamentos do Cachão, para Estrada Municipal, isto no meu entender não se trata de um custo supérfluo, mas sim de uma grande utilidade e segurança para a população, evitando-se atempadamente uma eventual desgraça.

Termino aproveitando, ainda, para perguntar à Senhora Presidente que me informe o seguinte: para que fim foi construída uma obra realizada pelo anterior Executivo, uma muralha de betão com cerca de quatro metros de altura, numa lateral do cemitério de Frechas onde ficou cercado um arco romano. Tendo na minha posse o projeto do loteamento do São Miguel, onde nesse local, está projetada uma área verde de utilização coletiva, não entendo como pode ter sido construída esta muralha, neste local e para que finalidade? Solicito que me enquadre devidamente nesta questão.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Segue-se a última inscrição neste período antes da Ordem do Dia, a Senhora Deputada *Isabel Barreira*.

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Barreira (PS) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e demais presentes.

Assinalou-se ontem, como já aqui foi dito, o quadragésimo quinto aniversário da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, impõe-se-nos por isso, honrar o legado de todos que com a sua atuação destemida derrubaram os muros da Ditadura em defesa da Liberdade, contra a violência e opressão do Regime. Foi graças à ação desses homens e mulheres que pagaram com a sua própria Liberdade e submissão às imposições do Regime fascista que hoje nos é permitido viver em Democracia.

A Revolução, foi há 45 anos, mas a causa essa é intemporal. Abril trouxe-nos as Liberdades, mas impõe-se-nos que essa Liberdade seja exercida de forma consciente e responsável para que todos possamos usufruir desse espaço e dos Direitos conquistados. Afirmar a Democracia passa por combater todas as formas de desrespeito dos Direitos Fundamentais, os abusos de Poder e a corrupção que mina os alicerces das Instituições e abre a porta aos fenómenos populistas que sempre emergem das crises de valor, fazendo com que a Democracia se destrua a si própria. Estejamos, por isso, conscientes e vigilantes, aos sinais crescentes da emergência de forças descontroladas e ocultas, capazes de afetar o quotidiano de todo um país na tentativa de condicionar a atuação política em função dos interesses, não da maioria, mas dos que gritam mais alto, criando, assim as condições para que a Ditadura regresse e portanto, desta forma mais perversa que é pela via Democrática do voto. Enfrentemos as ameaças e mantenhamo-nos mobilizados em fazer do espaço da atuação política, um espaço de causas e não de casos, e assim consigamos manter o prestígio da Democracia e das conquistas de Abril.

Viva o 25 de Abril!

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito bem, com esta intervenção, estão esgotadas as participações das bancadas Municipais a encerrar este ponto Antes da Ordem do Dia dos nossos trabalhos. Vai tomar a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Deputado *Luís Guimarães*.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Ora bem, primeiro informar-vos que vamos ter dois pontos muito extensos. Extensos para apreciação nossa, com certeza todos vós trataram de estudar em casa, que é a Certificação Legal de Contas e a Prestação de Contas. A própria Mesa teve imensas dúvidas e entendeu por bem articular com o Executivo a respetiva clarificação. Então, pedimos mesmo ao Revisor Oficial de Contas (ROC) para vir esclarecer algumas questões e até se possível ao Vereador do pelouro.... Em relação à prestação de contas, solicitamos informações complementares e pormenorizadas e como tivemos que articular o tempo, porque a figura externa que nos vem aqui prestar esse esclarecimento também tem horários a cumprir, ficou agendado que seria por volta das 14h30, depois

*[Handwritten initials and marks]*

de almoço, vamos tentar conciliar assim as coisas. Eu, também, vou fazer aqui uma pequena intervenção que não estava prevista agora, seria mais oportuno mais à frente no debate desse ponto, mas dado que realmente disponho agora de um tempo, passo a usá-lo para o efeito.

Mas, antes ainda, deixem-me dizer-vos, em relação ao episódio a que acabamos de assistir tentando por em causa a metodologia e gestão da mesa..., que nós Mesa, não estamos aqui, nem nos propomos, a “agradar a Gregos e a Troianos”, porque isso é impossível. Também, não estamos aqui para agradar à bancada “A” ou à bancada “B”, somos demasiado verticais para entrarmos nesse jogo. Nós estamos aqui para ter uma prestação de serviço que agrade à generalidade da bancada e é isso que tentamos fazer, até porque, segundo o Regimento, no seu ponto número dois do artigo quarto, diz assim “ a Mesa é eleita pelo período do mandato, podendo os seus Membros ser destituídos, em qualquer altura por deliberação tomada pela maioria do número legal dos Membros da Assembleia, ou seja, quando 31 Membros desta Assembleia decidirem que nós não estamos a cumprir devidamente as nossas tarefas, devem exercer esse direito, somos nós mesmos que fazemos esse apelo. Agora a questão que me tinha proposto apresentar há momentos:

Há, por vezes, neste processo político, tomadas de posição que eventualmente podem ferir a dignidade da Assembleia. Nós Mesa e eu que a presido, sempre que isso acontece, devo necessariamente interferir e denunciar o que se entende como tal.

Sei e compreendo que o Executivo quando tem boas notícias para dar, quando faz bons contratos, ou toma decisões de agrado popular, que sinta a tentação de os colocar junto dos nossos Municípios imediatamente. Ora bem, isso pode interferir com a nossa ação democrática, essencialmente se são assuntos que têm que ter um tratamento final aqui. Eu não considero que..., não vou tão longe, seja um desrespeito à Assembleia, não, nada disso. Desrespeito é quando se fazem as coisas com intenção. Ora bem, há meses, e eu na altura nem referi aqui o assunto, o Executivo passou para a Comunicação Social de que haveria uma reunião de Assembleia no dia X e que o IMI e o IRS iriam descer..., acontece, que ainda nem os Deputados sabiam o dia em que ia ocorrer essa Assembleia... É claro que tive várias comunicações de imediato por parte de alguns deputados a perguntar se agora se sabiam as datas das reuniões das Assembleias pela Comunicação Social. Portanto, Senhora Presidente, há que ter alguma consideração por esta Assembleia nesse sentido.

No entanto pareceu-me um caso pontual... até que hoje, com um assunto apresentado para deliberação, se veio a verificar novamente uma antecipação de informação.

Estou a falar do Protocolo com a ACIM. Não tenho nada a ver com o Protocolo, nem vou pronunciar-me se ele é bom ou se é mau, isso teremos a altura própria aqui para o discutir querendo. Devo dizer que tenho pela ACIM a maior das considerações, acho que é uma Associação grande da nossa terra, que faz muita falta no Concelho e acho muito bem que o Executivo a apoie e ajude a conseguirem, ter sucesso nas suas pretensões. Agora, convocar uma conferência de imprensa Senhora Presidente e com o Presidente da ACIM ao lado, onde se apresentam os pontos de um protocolo ao pormenor para conhecimento geral, sobre os quais esta Assembleia que é o Órgão que deve determinar a sua aprovação ainda nem conhece..., repito que não vou considerar isto um desrespeito, mas chamar-lhe-ei porventura pouco elegante, porque como lhe digo, estou convencido, estou convicto, que não o fez com segundas intenções, mas não nos deixa num grande plano a nós Assembleia Municipal.

Imaginamos que essa proposta não é hoje aqui aprovada. Não haverá um constrangimento para o próprio Executivo? E de certo modo grave, por ter que dar o dito pelo não dito.

Imaginemos que hoje esta Assembleia decide vetar esse ponto..., não nos sentiremos todos nós comprometidos perante o Público e com certeza que até sujeitos a retaliações Públicas, porque não aprovamos algo que já estava no conhecimento geral e fomos, de facto, muito “mauzinhos” em não ajudar uma Associação com o cariz que tem a ACIM?

Perante isto eu venho apelar..., não, não é uma recomendação Senhora Presidente, é um apelo, que no futuro e em prol do bom relacionamento que primamos por ter, Assembleia e Executivo, tenham um pouquinho de atenção com este tipo de situações. Aquilo que é para ser discutido e votado aqui, devemos pacientemente aguardar pelo tempo próprio para divulgar.

É tudo, muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Posta a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao Período Antes da Ordem do Dia, toma a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para tecer as considerações e responder ao entretanto realizado durante este ponto. Muito obrigado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Permitam-me antes de responder a todas as questões que foram levantadas fazer um pequena intervenção relativa ao 25 de Abril.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores, Público presente, Comunicação Social.

Eu, Júlia Rodrigues, como cidadã eleita pelos Mirandelenses, se hoje estou aqui devo-o ao 25 de Abril de 1974. Cada um de nós está aqui, num belo ato Democrático porque há 45 anos aconteceu Abril. Estamos, aqui, porque o 25 de Abril abriu as portas da Liberdade e da Democracia.

Perante esta data histórica podemos exprimir livremente as nossas ideias e os nossos sentimentos. Sabemos que uns gostam muito, outros gostam menos, e até alguns detestam o 25 de Abril. Sabemos porque há liberdade, e mesmo os que são contra a Liberdade, o podem fazer livremente. Podem dizê-lo e defendê-lo. E tal facto deve-se ao 25 de Abril. Esta é a superioridade moral da Liberdade e da Democracia sobre as Ditaduras, sejam elas mais ou menos assumidas e mais ou menos populistas.

Um dos frutos mais belos do 25 de Abril é o Poder Local Democrático. Poder Local que nas Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais desenvolveu e desenvolve um trabalho notável pelo bem comum, pelo desenvolvimento e defesa das Terras e das pessoas. Manuel Alegre, num belo poema sobre o 25 de Abril disse:

“Viva Abril por fora,

Viva abril por dentro,

Abril já feito e ainda por fazer,

Temos o dever de nos interessar pelo que ainda falta fazer.

Ah! Ainda falta tanto,

Falta cumprir o direito ao bem comum de todos os portugueses.

Falta cumprir um emprego digno para todos,

Falta cumprir o valor da dignidade e da igualdade nas oportunidades.

Na Família, na Escola, no trabalho e nas vivências quotidianas.

Falta cumprir a solidariedade e a generosidade com os mais carenciados.

Falta cumprir o desenvolvimento nas infraestruturas básicas

Temos também o dever de reconhecer que Abril abriu as portas a um período fantástico de progresso, escolas, estradas, autoestradas, hospitais, equipamentos de Cultura, Desportivos e de Lazer, infraestruturas básicas.

Há quem diga que nos 900 anos de História, Portugal só teve um período semelhante em desenvolvimento, que foi o período dos Descobrimentos. Desenvolvimento que incluiu a abertura ao mundo e à Europa que o 25 de Abril proporcionou.

Sim! Se hoje podemos dizer que somos Europa, tal deve-se ao 25 de Abril. Estas são algumas das razões que me levam a afirmar:

- Muito obrigada Militares de Abril por terem escutado as vozes do Povo.

- Muito obrigada Mulheres e Homens do meu país pela Luta, pelo Trabalho, pela Dedicção Política ao Desenvolvimento Humano.

- Muito obrigada Autarcas eleitos de Mirandela, desde 1976, na Câmara, nas Juntas e na Assembleia Municipal pelo que fizeram pela nossa Terra.

É bom proclamar: Viva o 25 de Abril, pelo que foi feito. Viva o 25 de Abril pelo que falta fazer! Viva o 25 de Abril!

Muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhora Presidente da Câmara. Então, agora com certeza que querará comentar as intervenções do Período Antes da Ordem do Dia, para a qual eu peço a sua atenção.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Vou iniciar a resposta a todas as questões que foram colocadas, de uma forma resumida.

Vou começar pelo Senhor Deputado António Figueiredo que falou na qualidade de cidadão, de profissional no âmbito da arquitetura e dizer-lhe que relativamente a todas as questões técnicas que temos todo o gosto em o receber nos Serviços Técnicos, com os Técnicos responsáveis com a devida fundamentação e portanto basta agendar um dia para poder esclarecer todas as questões.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, reconhecer os valores pessoais, os valores profissionais e os valores políticos que regem a pessoa, o homem, o pai, o político, que tenho a honra de ser meu adjunto, mas também é Membro da Assembleia Municipal e também colega da Direção Regional.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, apreciei muito a intervenção, em particular a referência que fez aos nossos Conterrâneos que lutaram por Abril. Muitos são familiares de pessoas aqui presentes, portanto, dar os parabéns pela forma com que se referiu a eles, eu julgo que dignifica a nossa Assembleia e faz deste 25 de Abril em particular em Mirandela, um conhecimento real das pessoas que estiveram sempre presentes.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, dizer-lhe que apreciei as constatações que fez, de facto, nós não temos um pavilhão multiusos com um espaço dedicado para feiras diversas, são espaços cobertos e espaço ao ar livre. É uma das nossas prioridades e compromissos. De facto, os empresários sempre disseram que o Parque do Império era o local privilegiado onde queriam realizar a Feira da Alheira e, portanto, por uma questão de centralidade e o facto de as pessoas já saberem que é feita ali a Feira da Alheira. Apesar das condições não serem as melhores, este ano tentamos oferecer as melhores condições, oferecer melhor espaço, ter um espaço de restauração, e eu julgo que conseguimos, em conjunto com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, a MIRCOM, fazer um trabalho junto, também a colocação de tendas e da restauração para podermos ter uma Feira com mais dinâmica e mais tempo em que os visitantes ficariam no local. Não é a solução indicada, já houve outras tentativas em que a Câmara Municipal tentou promover a Feira da Alheira na Reginorde e não teve sucesso, ou seja, todas as Feiras ao ar livre, onde as pessoas comumente passam, são feiras que têm mais dinâmica e, portanto, foi consensual entre todos os empresários que o local indicado seria sempre o Parque do Império. Apesar do diagnóstico que necessitamos de um pavilhão multiusos, o local indicado poderia ser na Reginorde, mas este projeto ainda não existe, entrará com toda a certeza num projeto mais amplo que ligará também à questão do Vale da Azenha e dos caminhos-de-ferro. Já agora aproveito para informar todos que está pronto o Protocolo com a IP, no sentido de existir um comodato relativamente à Estação e em relação ao pavilhão desportivo municipal, concordo em absoluto com essa situação. Nós temos um INATEL que sofreu algumas obras de melhoramento, muito pontuais, por causa dos Jogos Salesianos, mas que necessita de uma intervenção de base. Nós estamos, como todos sabem, agora a rever o PDM por causa da obrigatoriedade até Junho de 2020, poder ser revisto e existe no PDM uma unidade operativa de planeamento e gestão já desde 2015 que aponta uma zona desportiva que é por exemplo a Quinta do Convento junto ao estádio de São Sebastião. Portanto, são decisões que julgo que têm que ser decisões técnicas e depois a decisão política ter-se-á que basear nas decisões técnicas mas, de facto, é uma oportunidade que nós vamos ter agora com a revisão do PDM e também com o facto de estarmos a elaborar o plano de urbanização, de criarmos novas zonas, quer para zonas industriais, como todos sabem nós temos agora um projeto de expansão da Zona Industrial, mas temos lotes muito pequenos, portanto se nós temos empresários, que temos, que querem lotes maiores, querem investir mais e querem ter terrenos maiores, que criem mais postos de trabalho, porque as áreas empresariais não permitem construir mais área a não ser o espaço que está loteado. Não temos para oferecer aos empresários esses espaços e, portanto, estamos a fazer um esforço para que este PDM já contemple algumas áreas de expansão industrial, mas também em áreas em que possamos construir pavilhões maiores. Eu alerto todos para que por exemplo a Faurecia em Bragança tem um espaço enorme de ocupação de um terreno que teve que ser afeto a uma área industrial e nós não temos esse espaço pensado, planeado, não é possível atrair investimentos se não temos áreas para eles investirem. Por isso, essa é uma das grandes limitações que nós temos na Câmara Municipal. É que temos investidores, mas não preparamos devidamente esta questão relacionada com os loteamentos com áreas de expansão industrial que terão obrigatoriamente que ter bons acessos, terão que estar obrigatoriamente perto do eixo da A4 e portanto esta é uma das questões que nos preocupa e é uma questão muito prioritária para Mirandela e para o investimento em Mirandela que elenca naturalmente com as questões de emprego, com a questão do investimento, com a questão dos empresários e temos muitos que querem investir em Mirandela.

*[Handwritten initials]*

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Rui Sá*, dizer-lhe que não posso concordar mais, de facto, existem aqui algumas limitações das Sessões da Assembleia mas mesmo Reuniões de Executivo a realizar em algumas Juntas de Freguesia poderá também passar por aí. Isto é uma situação que julgo que poderá passar também por uma Reunião com todo o Executivo para avaliar todas as situações, a proximidade com as pessoas, com os problemas, fazemo-lo, não com a profundidade que gostaríamos com os Senhores Presidentes de Junta através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, mas obviamente que há sempre questões, as necessidades das populações, cujo veículo é normalmente o Presidente de Junta, ou o Executivo de Junta, que nós gostaríamos de dar resposta de imediato apesar de não termos respostas imediatas para todos os problemas. Mas como todos sabem nós temos muitas aldeias, temos um concelho disperso, temos necessidades urgentes de rodovias de ligações entre Freguesias e dentro das Freguesias mas, de facto, os quadros comunitários que apoiavam rodovias já passaram e neste momento tudo o que é qualificações de estradas municipais tem que passar por um orçamento municipal, ou seja, tem que ser pagos por fundos do Município.

Relativamente ao Senhor Deputado *Hélder Castelo*, dizer-lhe que, de facto, foi um evento que muito surpreendeu tudo e todos, foi um evento que merece de todos o nosso aplauso e as felicitações para ao Executivo, para a Associação e principalmente para todos os habitantes de Vale de Telhas, mas também de todos aqueles que estiveram presentes e todos os que não estiveram presentes certamente que no próximo ano acorrerão a conhecer esta tradição secular que deve perpetuar as memórias, e eles têm feito um trabalho muito bom de divulgação, foi um trabalho muito intenso de divulgação em vários espaços, sem ser só no concelho de Mirandela e, portanto, esta divulgação tem efeitos imediatos e foi o que aconteceu. Portanto, felicitar, a Junta de Freguesia, a Associação, pelo evento que promoveram.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pontes*, julgo que foi uma questão que foi resolvida com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Relativamente ao Senhor Deputado *Vítor Correia*, dizer-lhe que este Conselho Cinegético Municipal que já não ocorria, realmente, há cinco anos é fundamental para o desenvolvimento integrado para o setor da caça e da pesca no concelho, tivemos horas de debate e discussão, o que também quer dizer que muito há para fazer dentro desta área muito ligada ao Turismo Cinegético, mas também à pesca desportiva. Foi uma reunião muito participada em que tomamos algumas decisões e estamos, em conjunto com os técnicos da Câmara Municipal, nesta área, a desenvolver todas as ações que tenho a certeza, no próximo dia 13 de maio já teremos algumas novidades. Este é um setor prioritário da atuação da Câmara Municipal, mas também, de todas as Associativas e Turísticas do nosso Concelho e servirá certamente para que possamos dar visibilidade a esta área que é fundamental, até sob o ponto de vista social, económico e financeiro de todas as Freguesias, porque quem vem caçar, normalmente também adquire produtos locais e também é uma forma de dar vida às nossas Freguesias. Portanto, contamos com a colaboração de todos, nós temos um representante, também, das zonas de Caça Associativa e também Turística, mas é fundamental também depois partilhar convosco todas as conclusões que vamos tendo. Neste caso o representante da Assembleia Municipal nesse Conselho Cinegético é o Senhor Deputado *Vítor Correia*, Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela e, portanto, saberá partilhar também aqui neste espaço todos os passos que vão sendo dados neste sentido.

Relativamente à Senhora Deputada *Otilia Raquel*, falou num assunto muito importante. Como todos sabem, foi anunciado aqui, nós estamos a fazer um levantamento das condições de segurança, estamos a abrir procedimento das condições de segurança e já fomos visitados por uma empresa que trabalha para as Infraestruturas de Portugal, de todas as pontes do Concelho. Algumas pontes já não são vistoriadas há décadas e dizer-lhe que relativamente a todas as pontes, são obras sensíveis e que nós não podemos mexer em piso, passeios, sem haver uma avaliação da infraestrutura e da segurança que existe, por isso, já tivemos cá a empresa, já foi aberto o procedimento é um investimento que vai ser assegurado por nós, porque a grande maioria, inclusivamente a Ponte *Machado Vaz*, ao contrário daquilo que nos diziam os Técnicos da Câmara, não é gestão da Infraestruturas de Portugal (IP), é responsabilidade do Município. Quando a IP, onde eu estive presente e também o Vereador *José Cunha*, soube que esta ponte e viram a infraestrutura e a obra de arte, disseram que isto era impossível, ser responsabilidade da Câmara, porque nós não temos Técnicos e metodologias para fazer essa avaliação e a monitorização. Desde a queda da ponte Entre-os-Rios, a IP tem uma plataforma de monitorização de todas as pontes. Nós ficamos de fazer a avaliação prévia, a vistoria de todas as pontes. Havia essencialmente a ideia que íamos fazer numa primeira fase as pontes maiores com mais risco, com mais calculado, que possa ser maior, mas decidimos fazer a todas as pontes do Concelho de Mirandela. Todas as intervenções que nós façamos em passeios, no piso, vão ter que ser sempre, após estas vistorias da empresa contratada para fazer as infraestruturas de base. Aquilo que combinamos relativamente à ponte *Machado Vaz* era que a IP ficaria responsável pelos pilares, pela segurança da ponte, e a Câmara ficaria responsável pelos passeios e pelo piso onde circulam os veículos e o mesmo relativamente à Ponte Açude. Em relação à Ponte Românica, a intervenção que foi feita, foi uma intervenção de segurança relativamente aos pilares, no entanto o piso que foi colocado é um piso muito pesado para a própria Ponte. Como não há circulação automóvel, também há ali uma proteção relativamente ao peso, mas como todos sabem, a Ponte *Machado Vaz* é a grande via de acesso a Mirandela e, portanto, apesar de serem investimento que podem não parecer prioritários a uma primeira vista, estas questões, são de facto, a grande, grande prioridade deste Executivo Municipal, porque não são custos, são investimentos que têm que se fazer obrigatoriamente.

Relativamente à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, e a preocupação com as pessoas, dizer-lhe que nós estamos, obviamente, preocupados com todas as nossas prioridades sociais. Tem havido um resultado muito positivo relativamente àquele protocolo que foi assinado com a Dignidade e com a Associação Nacional de Farmácias, em que todas as farmácias de Mirandela aderiram. Temos mais pessoas a receber medicação, temos mais agregados familiares, temos mais medicamentos comparticipados. Hoje em dia já não há *plafond* para as pessoas, já não têm os tais 200€ limite para a aquisição de medicamentos, não tem esse *plafond* e portanto a plataforma está a funcionar muito bem, graças também ao trabalho das nossas Técnicas da Ação Social, mas dizer-vos que foi um passo muito significativo, porque em primeiro lugar as pessoas preocupam-se com a saúde e com a possibilidade de comprar os medicamentos, em particular as pessoas mais idosas e as mais desfavorecidas. É um programa que está a decorrer muito bem e eu vou dando nota aqui e também em reunião de Executivo, até podemos numa reunião de Executivo levar os dados que neste momento já estão a ser apoiadas 310 pessoas, neste preciso momento. O ano passado foram apoiadas ao longo de todo o ano 200 pessoas, portanto, já estamos neste momento em abril, já temos mais 100 pessoas a serem, apoiadas. Temos outros Municípios a querer entrar no programa da Dignidade, tem estado a fazer a diferença na vida e na saúde de muitas pessoas.



*[Handwritten initials and marks]*

Relativamente à estrada que liga São Pedro Velho a Vilar de Ouro, de facto, esta estrada nunca foi considerada nos planos de investimento do Concelho, mas com toda a certeza que temos que a avaliar, estamos já numa fase, este ano, de avançar com a obra em Vale de Pereiro, a ligação a Vale de Pereiro, e outras que estão consideradas no plano plurianual de investimentos que todos votaram aqui. Não vamos conseguir fazer todas as estradas, obviamente, mas vamos fazer aquelas que consideramos que estão em pior estado e há muitas por esse Concelho fora que estão a necessitar, estou a ver ali o Presidente de Junta de Freguesia de Alvites que também tem lá uma situação complicada, mas eu vou pedir ao Vereador José Cunha para fazer a avaliação e orçamentação desta estrada para ver quanto é que pode custar aos cofres do Município.

Relativamente ao plano de desenvolvimento social, foi aprovado no CLAS, no passado dia 23 de abril, portanto, é muito recente, há quatro grandes eixos de intervenção: grupos sociais desfavorecidos, emprego e qualificação, educação e formação ao longo da vida, consolidação da rede social, com cinco sub-eixos: habitação, terceira idade, domínio da saúde e também, igualdade e voluntariado.

Relativamente à habitação social, como todos sabem existe o programa para intervir agora nas habitações sociais, em bairros sociais e que temos como grandes objetivos apoiar famílias em situação de carências económicas, fazer uns Censos da Comunidade Cigana. Essa é uma questão importante porque mesmo que nós queiramos fazer uma intervenção junto da Comunidade Cigana, temos que primeiro fazer o levantamento de todos aqueles que existem no Concelho e tentar saber as condições de vida de cada um deles. Nós sabemos que existem pessoas de Etnia Cigana que têm uma casa, concretamente em algumas Freguesias, mas que principalmente no tempo de verão acorrem para jardins da Cidade, pela proximidade com o rio. Este é um processo muito complicado, nunca foi resolvido. Têm hábitos sociais e de integração muito específicos e que merece a nossa atenção, mas tem que ser uma estratégia muito inclusiva, respeitando todas as tradições da Comunidade. Potenciar os programas para a terceira idade, também temos a questão da consolidação da Rede Social, ações da área de igualdade e criar o Gabinete de Apoio à Vítima. É óbvio que a Câmara Municipal não está sozinha neste processo, muitas outras entidades estão envolvidas na Rede Social e só em conjunto é que se consegue ter a Segurança Social, todas as IPSS com uma resposta integrada de todas as situações sob o ponto de vista social.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo* realçar que acabou dizendo, “isto não é o meu 25 de abril”, partilhar com ele algumas das preocupações e algumas da rede invisível, dos filmes, dá sempre uma nova vida aqui à nossa Assembleia Municipal da forma como apresenta as questões políticas.

Relativamente ao Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*, estimado Presidente da Junta de Frechas, dizer-lhe que temos outros problemas noutras situações. A IP que está sedeadada em Vila Real, nós tivemos há pouco tempo infelizmente um acidente mortal na estrada antes de Cabanelas e tivemos um contacto direto com o Técnico responsável por estas vias. Eu julgo que o ideal era nós e eu já pedi ao Serviço Municipal de Proteção Civil para me fazer o levantamento das áreas de risco, no interior das localidades, eles estão a entrar em contacto com a IP no sentido de avaliarmos estas áreas e tentarmos fazer uma resposta integrada. Foi solicitada à IP, a colocação de sinais de abrandamento que existem em algumas Freguesias e também noutros Concelhos, também, nessa Estrada Nacional, porque são Estradas Nacionais, não são Estradas Municipais, porque neste momento a Câmara Municipal, no âmbito do processo de descentralização não aceitou esta competência e, portanto, vamos ter que ter uma solução integrada para o Concelho todo, com a ajuda dos Sistemas de Informação Geográfica, assinalando todos os pontos críticos que existem em várias Estradas Municipais e também em Estradas Nacionais que percorrem muitas delas com bom piso, o que aumenta o risco e, portanto, “não há bela sem senão”, ou seja, muitos de nós se queixam do estado do piso mas às vezes também vai permitindo que a circulação se faça a mais baixas velocidades. Aquilo que me parece é que temos que em conjunto convosco avaliar com o Serviço Municipal de Proteção Civil estas áreas de risco e pensar as melhores soluções e apresentar à IP a nossa solução. Eles têm muitos concelhos, têm muitas outras preocupações mas o que eles me disseram é que após haver algum acidente, eles fazem algum tipo de avaliação de risco daquela situação, nós queremos é prevenir esses próprios acidentes e a nossa função também é essa, assegurar a segurança das pessoas, não só os peões, porque eu lembro-me que ali no Cachão temos dois cafés ali à beira da estrada, há muita circulação de pessoas e estamos a falar numa Estrada Nacional com muito movimento, camiões, e que aumenta o risco, obviamente, de haver um acidente. Felizmente, julgo que ainda não aconteceu nada de muito grave mas de qualquer forma é também de assinalar. Existirão outras situações, vamos trabalhar convosco no sentido de avaliar esses riscos e propor soluções. Eles evitam sempre as lombas por causa das ambulâncias do INEM que tem alguns riscos, podemos criar situações de sinais de luminosos, semáforos, de controlo de velocidade, mas existem essencialmente um fator que não controlamos que é a sensibilidade dos condutores e também a forma como conduzem no dia-a-dia. O risco zero nunca existe, ou seja, vai sempre haver alguns que ultrapassam os limites de velocidade, mas existem medidas que têm que ser implementadas que possam reduzir esse risco.

Relativamente à muralha de betão dizer-lhe que já está a ser questionada a questão de remover a muralha e coloca-la até no Largo do Pelourinho, mas tem que haver um parecer da Direção Regional da Cultura do Norte relativamente a esta questão, está a ser acompanhado pelo setor das obras municipais, não sei se tem conhecimento desta questão, mas já houve uma visita ao local para avaliar esta questão.

Relativamente à Senhora Deputada *Isabel Barreira* que falou na causa intemporal de Abril, realmente não posso concordar mais, vivemos a nossa Democracia e a Liberdade exercida de forma consciente e responsável. Daqui passo e julgo que está enquadrada a questão da Liberdade exercida de forma consciente e responsável, passo também a responder ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal quando fala na questão das propostas do Executivo serem conhecidas, na opinião do Senhor Presidente, antes daquilo que deveriam ser. O que é certo é que, obviamente, ninguém está para agradar a todos, nós tentamos fazer aquilo vai de encontro às expectativas das pessoas. Entendo perfeitamente o desagrado e a forma pouco elegante com que o Senhor Presidente falou da atuação do Executivo. Apesar de, também, nesta Liberdade consciente e responsável eu não poder concordar inteiramente com aquilo que foi dito, e porquê? Porque todo o Protocolo e todos os Protocolos assinados são responsabilidade do Executivo, é certo que têm que vir a votação na Assembleia Municipal, o que se passou foi que nós na reunião de Câmara aprovamos este Protocolo e logo a seguir à reunião de Câmara, ou imediatamente antes, até porque era Público que nós íamos discutir este Protocolo na Reunião de Câmara, uma vez que a agenda da Reunião de Câmara é publicada como todos sabem antes da própria Reunião e, portanto, a questão foi essencialmente sensibilizar, também, os empresários e também dar-lhes alguma tranquilidade no sentido de que nós, Câmara Municipal, apoiávamos, também, a Associação Comercial e Industrial de Mirandela e que estávamos disponíveis para num contrato que como todos sabem, porque vem aqui agora a votação, um Contrato Programa em que elencávamos uma série de serviços que a Associação Comercial e Industrial

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

vai promover junto de todo o Concelho, alguns deles há décadas que são aguardados, como o processo de certificação da Couve Penca de Carvalhais, outros, ainda, que têm a ver com situações ligadas ao desenvolvimento turístico outros que têm a ver com o Gabinete de Apoio ao Empresário e ao Empreendedorismo que já estão a ser trabalhados e, portanto, aquilo que fizemos foi realmente conscientes, o contrato poderá não merecer a vossa aprovação aquilo que apresentamos foi a proposta do Contrato Programa à Comunicação Social. Quando nós falamos de termos esta proximidade com as pessoas certamente que também temos a Liberdade de comunicar e dar a conhecer todas as nossas intenções, ou seja, a proximidade com os cidadãos e julgo que haverá duas grandes formas de comunicar que é através da Rádio Terra Quente e também através do conhecimento que todos nós temos uns dos outros com as próprias Juntas de Freguesia, no seio dos empresários. Este contrato já está a ser trabalhado há muito tempo, já foi discutido aqui a nulidade do anterior Protocolo, foi um tema polémico e aquilo que tentamos fazer foi dar a conhecer algumas situações numa relação institucional que existe, com todas as instituições do concelho, ou seja, neste caso, com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, onde nós temos uma parceria já há muitos anos com a MIRCOM e, portanto, mais não foi do que dar a conhecer no que estávamos a trabalhar, obviamente, sujeitos à votação e à forma como o processo vai decorrer aqui. Não foi uma forma de pressionar, obviamente, que não é acho que cada um dos Senhores Deputados votará conforme achar mais correto, é assim sempre, mas foi uma forma de dar a conhecer o que estávamos a fazer junto dos empresários, dos industriais, e também uma forma de incentivara a Associação Comercial e Industrial que passa por tempos difíceis, de uma nova etapa de vida que eles próprios vão ter que fazer. Este é um ponto que vamos falar a seguir e, portanto, não vou, obviamente, fazer mais considerações sobre ele. Dizer apenas que, também, faz parte desta forma de comunicar a Liberdade, e em Democracia nós também teremos que saber respeitar a forma como os outros se afirmam e a forma como as instituições têm parcerias com outros. Já agora dizer-vos que, de facto, também noutros assuntos a Comunicação Social, às vezes e por uma questão de proximidade, ainda ontem nas Comemorações do Aniversário dos Bombeiros Voluntários fizemos saber eu e o Senhor Presidente da Associação dos Bombeiros que tínhamos chegado a um acordo relativamente ao Parque de Campismo. Esta situação não é uma situação que venha à Assembleia Municipal, mas já agora, e por uma questão de deferência, partilhar convosco esta informação. Dizer-vos que chegamos a um acordo relativamente ao Parque de Campismo e a Câmara Municipal vai passar a gerir o Parque de Campismo e a Piscina Municipal. A Corporação de Bombeiros passará a gerir o restaurante e, também, o bar das piscinas. Isto foi o acordo possível, uma vez que a Câmara Municipal não tinha possibilidade de fazer o pagamento das obras ou ressarcir os Bombeiros Voluntários das obras que efetuaram no restaurante e noutras zonas e, também, tinha intenção de fazer a gestão Municipal, a gestão Pública de um espaço turístico de elevado valor, que tem muito potencial de crescimento, que a Câmara Municipal, como todos sabem, tem intenção de passar a gerir. Para já é tudo. Estou disponível para todas as questões que os Senhores Deputados queiram levantar, muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhora Presidente.  
Queira, então, intervir por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, não sei qual foi o Senhor que falou sobre o Cachão, sobre a Estrada do Cachão. É que eu também sinto a preocupação do Senhor... é Deputado ou...? Do Senhor Presidente de Junta, eu tinha um aluno que tinha 15 anos e faleceu naquela Estrada, por causa de um carro. Portanto eu acho que aquilo devia ter semáforos mesmo. Pelo menos semáforos.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, muito obrigado pela palavra. Renovo os cumprimentos, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.  
Eu o ano passado, esta Assembleia foi também perto do 25 de Abril, trazia preparado um discurso sobre o 25 de Abril vs Regionalização mas tive o cuidado antes de começar a Sessão perceber que nenhuma das bancadas a não ser a CDU vinha preparada para fazer um discurso sobre o 25 de Abril, sob pena, também, de os comprometer. Eu este ano não vim preparado mas tomarei a devida nota sempre que esta Assembleia for próxima do 25 de Abril, estarei eu ou um Membro da minha bancada, preparado também para fazer um discurso sobre o 25 de Abril, e mais, o 25 de Abril está na ordem como nunca esteve tendo em conta a luta das assimetrias regionais que cada vez estão mais assinaláveis.

O PSD, porventura, a luta dos Tribunais, sobre o 25 de Abril, a Saúde que é uma preocupação regional e nacional, o PNI, onde uma vez mais o Governo lançou ao abandono esta região que se porventura festeja o 25 de Abril, ele porventura não pode ser do tamanho de Portugal. Este novo plano tarifário de transportes que elogio a CDU por o ter criado, mas que mais uma vez vai agravar as assimetrias regionais de uma população carenciada em desfavor das grandes áreas metropolitanas. A luta do interior, que há um ano atrás estava na moda e que já ninguém mais fala. O problema da demografia, do despovoamento e da Educação e para sinalizar que o PSD assinala sempre e da melhor forma e procurará sempre nesta Assembleia a Portugalidade, o Portugal marítimo, o Portugal ultramarino descolonizado, mas na perspetiva da colonização, os três "D's" de Abril que estarão sempre presentes nas nossas intervenções, que é Democratizar, Desenvolver e Descolonizar. Portanto, este Portugal europeu, que necessariamente tem que ser abordado aqui nesta Assembleia. O Portugal dos jovens e dos idosos, o Portugal dos trabalhadores e da iniciativa privada. Estas são as nossas lutas, aquilo que porventura o 25 de Abril nos conferiu, foi que estes problemas eram, também, antes do 25 de Abril e o 25 de Abril pela luta dos Homens e das Mulheres, muitos deles que deram a vida e um conjunto de cidadãos anónimos que nos permitem falar, hoje, aqui abertamente pese embora o tampão de vez em quando por questões de lutas partidárias não o podemos desenvolver aqui convenientemente. Muito obrigado era só.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado.

Como inicialmente disse, esperamos ter oportunidade no próximo ano de fazer uma Sessão Solene por altura do 25 de Abril exatamente pela importância que tem o ato e para cada um exprimir, de facto, aquilo que lhe vai na alma e no coração. Vamos tentar fazê-lo para o próximo ano, porventura já deveria ter sido feito este ano, mas para corrigir estaremos sempre a tempo.  
Em relação ao que disse a Senhora Presidente sobre a minha intervenção. Senhora Presidente, nós sabemos, Assembleia Municipal, o seu total empenho em gerir bem este Município. A Senhora Presidente também terá da nossa parte total empenho

em zelar e em deliberar em prol dessa boa gestão. Não são pequenas coisas que vão, de facto, importunar o nosso trabalho. Havemos de articular, havemos de acertar pouco a pouco, tudo aquilo que há a acertar em prol do nosso concelho e estou certo de que isso vai acontecer com a maior harmonia e com o maior respeito entre as partes.

Muito obrigado.

Para terminar uma intervenção do Deputado *Jorge Humberto*, peço que seja breve.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:** Senhor Presidente serei breve.

Só duas questões: a primeira questão era direcionada à Senhora Presidente e perguntar-lhe concretamente se o Protocolo que celebrou, ou que vai celebrar com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Mirandela também o vai submeter nesta Assembleia para ser digamos que escrutinado esse Protocolo.

A segunda questão era diretamente ao *Paulo Pinto* e perguntar, nós não nos sentimos condicionados por falar no 25 de Abril, nem hoje, nem antes do 25 de Abril, nem no futuro e não sei até que ponto nos podia comprometer com o seu discurso sobre o 25 de Abril, não percebi e gostava de perceber. Onde é que nos podia comprometer a mim, pessoalmente que represento o meu Partido que é o PCP, obviamente que coligado com a CDU, onde é que nos podia comprometer?

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** E vamos terminar por aí... Faça favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:** Senhor Presidente, até porque agora vivemos num Governo de “Geringonça” e percebemos perfeitamente as lutas partidárias onde cada força política puxa para que lado. O melhor exemplo é o discurso que fez ontem o Senhor Presidente da Assembleia Nacional, Ferro Rodrigues...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Pronto...

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:** E se quisermos um bom exemplo, foi quando votamos o Protocolo da Estação, onde um Membro da CDU depois de tomar posição alterou a sua votação. Não sei para que lado ficou condicionado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Eu penso que todos nós já entendemos as vossas divergências e que terminam assim com um sorriso que é extraordinário.

A Senhora Presidente tem alguma coisa, ainda a acrescentar. Faça favor Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Eu julgo que venho complementar um pouco aquelas intervenções que foram feitas agora. Agradecer a intervenção de todos.

Relativamente a questões demográficas nós estivemos reunidos, também, e em relação ao Plano Nacional de Investimentos com o Ministro *Pedro Nuno Santos*, a nível da Comunidade Intermunicipal. Houve uma audição Pública na Assembleia da República e todos sabemos que estas questões relacionadas com o pagamento dos passes sociais beneficiam os 8 milhões que existem no Litoral, em especialmente nas áreas urbanas, e não tem um impacto direto nas populações do interior uma vez que a Comunidade Intermunicipal receberá na ordem dos 190.000 euros, uma vez que os transportes Públicos entre concelhos, apesar de serem subsidiados e vão ser apoiados ficando mais baratos não tem o mesmo impacto que tem nas áreas urbanas. Temos que lutar é para medidas desta natureza com este impacto na vida das pessoas mas para o interior. Uma das questões que levantamos foi a questão do custo da eletricidade uma vez que grande maioria da eletricidade que se produz é no interior, quando os impostos são pagos na sua grande maioria no litoral, e essa é uma situação que temos que lutar por ela para termos energia mais barata para as nossas empresas, para as nossas populações. Dizer-vos que em relação ao Plano Nacional de Investimentos ficamos todos os autarcas inclusivamente os autarcas eleitos pelo PSD que são dois aqui, a nível da Comunidade Intermunicipal e os sete eleitos pelo Partido Socialista. Ficamos muito satisfeitos porque o novo Ministro disse-nos que o PNI é um documento aberto, mas que vai sofrer algumas alterações no âmbito da discussão na Assembleia da República e, por isso, apelo a todos para que junto dos vossos grupos da Assembleia da República possam ter uma intervenção direta para que o Plano Nacional de Investimentos 2030, que é um documento essencial para o desenvolvimento do interior, tenha propostas e tenha medidas que sejam implementadas que afetem sob o ponto de vista positivo as populações do interior. Relativamente ao Protocolo que vamos celebrar com os Bombeiros Voluntários, dizer-vos que este acordo iniciar-se-á no dia 1 de junho de 2019. O que eu proponho é que possamos fazer a apresentação dele em sede de reunião com os líderes dos Grupos Parlamentares, depois em junho na reunião de Assembleia Municipal apresentá-lo aqui à Assembleia Municipal mas como é urgente esta decisão e durante este mês de maio vai haver a transição destas competências apelo para que possa ser discutido antes da reunião da Assembleia Municipal em reunião de líderes dos Grupos Parlamentares. Aliás, eu julgo que nestas reuniões de líderes poderemos também discutir outras situações com transparência e lealdade.

Relativamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *Luís Guimarães*, dizer-lhe que o respeito institucional é sempre o mais importante em todos, que nós temos que estar unidos, tendo como objetivo o Concelho, os Mirandenses, mas também podemos ter opiniões diferentes e é isso que enriquece a nossa Democracia. Lidamos muito bem com todas as críticas que vocês possam fazer. Todas as críticas são sempre críticas positivas, ou seja, mesmo que tenham em si um pendão negativo, não considero que sejam de nenhum ponto de vista negativas para a nossa atuação. Evoluímos sempre e acho que é muito salutar, mesmo internamente haver visões diferentes sobre a nossa atuação. Por isso é que agradeço muito a intervenção que fez, certamente que permitirá que nós façamos um melhor trabalho, com maior proximidade e maior espírito de equipa, uma vez que a Assembleia Municipal é o Órgão de fiscalização, fundamental para o bom desempenho do Executivo.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Eu penso que o Deputado já está esclarecido.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** A Senhora Presidente, passou completamente por cima da pergunta, mas isso também não tem interesse. Mas há uma situação que falaram aqui, passes, passe, passes, é verdade, passes, passes aonde? Onde é que há gente? Porto, Lisboa, para quê? Para ganhar eleições. Não me venham cá com tretas. Oh! Não venhas cá com tretas! Olha, eu conheço uma pessoa que trabalha na Torre de Dona Chama e outra pessoa que trabalha em Rebordelo, vem todos os dias para Mirandela, sabes quanto é que paga de passe? Diz lá? Sabes quanto é que ela ganha ao fim do mês? Seiscentos e dez euros. Sabes quanto é que paga de passe? Diz lá! Não sabes? Paga 97,00 €, uma Senhora que vem de Rebordelo e uma pessoa que vem da Torre paga 91,00 €.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Mas vai passar a pagar menos Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas vai passar a pagar menos quê? Quinze por cento?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** É uma decisão da Comunidade Intermunicipal.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** É uma autêntica aldrabice, isso. Isso é mandar poeira para os olhos do povo. E é por isso que este 25 de Abril, não é o meu 25 de Abril! O meu pai não me ensinou isto! Isto não é 25 de Abril.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado.

Penso que não há mais nada a dizer sobre isso. Eu ia acrescentar e é mesmo para concluir, a propósito do que a Senhora Presidente falou sobre o Protocolo ou quebra do protocolo com os Bombeiros acerca do Parque de Campismo, que sempre que surgem estas coisas tento estudar o passado e uma curiosidade é que o artigo 25.º da Lei 75/2013 diz o seguinte: “todas as concessões feitas pela Câmara Municipal têm que vir à Assembleia Municipal”. O Executivo anterior falhou! Não trouxe o assunto da concessão à Assembleia Municipal, ou seja, trata-se de uma concessão ilegal. No entanto e tenho que fazer essa referência, o facto de o Executivo anterior ter então falhado, agora na denúncia desse protocolo, o assunto deveria aqui ser apresentado..., porque um erro não deve ser colmatado com outro erro. De qualquer modo, também estou convencido de que as partes vão entrar em perfeito entendimento e que o resultado final como a Senhora Presidente já disse, vai ser positivo. Assim, sendo, vamos marcar reencontro às 14h30m aqui para na nossa Sessão. Bom apetite.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito boa tarde a todos. Vamos, então, iniciar a segunda parte, pedia a todos para regressarem aos seus lugares.

Mais uma vez muito boa tarde, vamos, então, dar início à segunda parte da Sessão e começamos exatamente por entrar no Período da Ordem do Dia, 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, para o qual eu solicito se alguém quiser intervir, faça a respetiva inscrição.

## Ordem do Dia

### 4 - Período da Ordem do Dia.

#### 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Vou confirmar as inscrições. Da Bancada do PSD, Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, da bancada do CDS o Senhor Deputado *Faustino da Cunha* e da Bancada do PS a Senhora *Rita Messias* e o Senhor Deputado *José Manuel Trovisco*. Confirma? Muito bem. Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Muito boa tarde a todos. Cumprimentar a Mesa, Senhores Secretários, Membros do Executivo, Assembleia Municipal e Público em geral.

Sobre a apreciação da informação da Senhora Presidente, eu vou começar por falar sobre, neste caso, a ausência do Conselho Desportivo Municipal que não se encontrava na informação. Pode ter acontecido é uma falha mas que referimos e quero destacar.

Fazer, também um resumo daquilo que aconteceu neste Concelho, uma vez que sou o Membro eleito por esta Assembleia para estar no Conselho Desportivo Municipal, e dizer que foi uma reunião de instalação dos Órgãos, foi deveras interessante e que demonstra também alguma abertura para começarmos a trabalhar estas questões do Desporto de outra forma. Também informar toda a Assembleia que o Conselho Desportivo Municipal ainda não está totalmente concluído a sua formação, visto que falta a eleição de dois membros de mérito desportivo e de mérito científico. Sendo um Membro eleito por esta Assembleia, penso que deverei fazer chegar a cada um dos Membros dos Grupos da Assembleia Municipal um *email* onde vou solicitar o nome de duas pessoas de mérito desportivo e de mérito científico que depois apresentarei ao Conselho Desportivo Municipal que deliberará e fará a eleição desses Membros para fazer a sua eleição.

Declaro que tenho que destacar que houve a eleição para este conselho no dia 29 de dezembro de 2017 e a sua instalação foi apenas agora no dia 1 de abril de 2019 e que congratulo, também, o Senhor Vereador *Orlando Pires* por esta iniciativa e a

Handwritten initials and marks in the top right corner, including what appears to be 'AB' and some scribbles.

forma como conduziu os trabalhos. Relativamente à Feira da Alheira que também estava na informação da Senhora Presidente eu aqui queria destacar uma situação que diz respeito à avaliação da Feira em si. Como vocês sabem do dia 8 a dia 10 de março decorreu a Feira da Alheira de Mirandela e no dia 11 saiu logo uma notícia, onde diziam que foi um sucesso, foram batidos todos os recordes e que tivemos cerca de 100 mil pessoas. Obviamente que isto é um caso de louvar e temos que ficar contentes por a Feira da Alheira ter este número de visitantes na sua realização. No entanto, também tenho que dizer e demonstrar o meu espanto porque o *ranking* da nossa Câmara Municipal efetivamente foi quase ao minuto e no dia seguinte conseguimos logo afirmar que todos os recordes foram batidos e que haviam mais de 100 mil pessoas e por isso eu gostava de questionar o Executivo que meios é que tinha, então, no terreno para conseguir captar este número, para nos dizer logo no dia seguinte que passaram mais de 100 mil pessoas e também fossem disponibilizados alguns dados para os Membros desta Assembleia sobre estes recordes que foram batidos para nós também podermos fazer a nossa avaliação. Além disso falar da entrevista que a Senhora Presidente deu para o Somos Portugal, onde eu confesso gostei bastante de a ouvir, promoveu bem o território, promoveu bem as nossas tradições, embora pese o facto de falarmos em tradições e identidade do território, e eu tenho de destacar o facto que foi levantado pela Junta de Freguesia de Cedães, onde as Freguesias não tiveram o seu espaço e elas sim, são também uma parte da promoção do território, uma parte da promoção da identidade de Mirandela e do Concelho de Mirandela. Mas na sua entrevista falou bastantes vezes da promoção do emprego, do emprego qualificado, do retorno de jovens emigrantes e esta questão que também já foi levantada no período Antes da Ordem do Dia pela Deputada *Patrícia Bernardo*, mas que não encontrou aqui resposta pela Senhora Presidente, então, também queria questionar que incentivos têm então existido para o retorno desses jovens, que incentivos tem havido para a criação de emprego qualificado e que mecanismos estão disponíveis para promover este desenvolvimento do nosso concelho, tal como foi dito na entrevista para o Somos Portugal da TVI? Obviamente que é importante ter-mos este bom discurso e demonstrar bem o papel que a Câmara Municipal pode ter relativamente à promoção do desenvolvimento, mas também temos que ter os mecanismos no terreno. Isso é importante e gostávamos também de saber que mecanismos são esses que vão trazer os nossos jovens qualificados uma vez que eu continuo a encontrar muitos jovens que têm que procurar os seus empregos qualificados fora do nosso Concelho.

Também quero falar sobre a questão do balcão móvel do GAM Móvel e congratular também a CIM e o Município de Mirandela pela instalação deste mecanismo. Obviamente que isto vai fazer uma ligação importante entre as freguesias e quem vive nas freguesias e que não tem acesso aos serviços que são disponibilizados pelo GAM, e que por isso foi uma iniciativa de louvar e temos que fazer este reconhecimento, a existência deste mecanismo móvel para permitir, também, o contacto mais próximo com as pessoas, mas também aqui com a criação e com o surgimento deste veículo, há que perguntar, também, aquilo que é feito da Unidade Móvel de Saúde? Já passaram mais dos 100 dias, já passaram mais de 360 dias e continuamos sem saber muito bem onde é que está a Unidade Móvel de Saúde e também referi que foi já falado para este orçamento uma ambulância para os animais errantes e por isso, também, queríamos saber como é que está essa a situação destes dois veículos que nos foram falados.

Relativamente ao mês, da Prevenção dos Maus Tratos, tenho que reconhecer a boa iniciativa, também a CPCJ e o Vereador *Orlando Pires* fez um bom trabalho neste mês da Prevenção aos Maus Tratos a Crianças. Também reconhecer o papel que o Senhor Vereador *Rui Magalhães* teve nos últimos anos para que este evento fosse uma realidade no nosso Concelho e que marcasse efetivamente o nosso Concelho. Apenas tenho um reparo a fazer a lista é extensa, as atividades são imensas o que acaba por depois perder alguma visibilidade tal é o número de iniciativas, e por isso numa próxima edição podemos conjuntamente até aqui dentro da Assembleia Municipal uma forma de criarmos um evento que marque socialmente e até mesmo na própria Comunicação Social e que chame mais à atenção este tema. Obviamente que é um mês importante para as crianças para os Técnicos que trabalham com essas crianças e para quem tem gosto por este tema mas que acaba por ser um pouco desfragmentado dado o número de iniciativas que acontecem.

Em seguida, também, louvar todas as Juntas de Freguesia por todas as iniciativas que têm levado a cabo ao longo deste tempo. Aqui eu queria destacar e nele, também, sintam-se todos cumprimentados e louvados pelas iniciativas a questão de Vale de Salgueiro e do nosso companheiro Carlos Cadavez com a questão do ensino da gaita-de-foles que é sem dúvida uma imagem e uma marca de Vale de Salgueiro e além disso é também uma forma de conseguirmos promover a nossa identidade e aquilo que é Mirandela sem necessitar gastar 100 mil euros num contrato ou num protocolo e por isso eu quero louvar, também, o Carlos e nele todos os Presidentes de Junta que continuam a trabalhar pela promoção do nosso Concelho e daquilo que é o Concelho de Mirandela e a sua identidade e a sua cultura.

Por fim e também dar aqui o nosso reparo e, também, queríamos deixar tal como a Senhora Presidente o fez as nossas boas vindas a todos os novos colaboradores que iniciaram funções neste mês ao serviço do Município de Mirandela e que certamente darão o seu melhor para continuar a desenvolver o nosso Concelho.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Nuno Magalhães*. Passo agora a palavra ao Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *José Faustino da Cunha* (CDS-PP) disse:** Boa tarde a todos. Cumprimentar a Mesa, Excelentíssima Vereação, Senhores Membros eleitos da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Uma pequena referência a uma atividade que consta na informação da Senhora Presidente. Foi a realização aqui nesta mesma sala no passado dia 10 de abril de uma peça de Teatro infantil o Rei *Élida*, eu próprio aqui estive, vi duas representações, estive na da manhã, a sala não estava cheia, estava aí menos de meia, era um período de férias, os miúdos em casa todos e com os pais se calhar a não saber o que lhes dar que fazer. As crianças gostaram, participaram muito ativamente, a realização esteve muito boa a cargo de um grupo de Alfândega da Fé, só tenho pena que não tivessem mais gente, mais crianças e isso só seria possível com uma melhor articulação com os Senhores Presidentes de Junta. Era um período de férias, com certeza que era possível cada Junta de Freguesia arranjar a quatro, cinco, seis miúdos e a Junta tem o problema do transporte, mas não era difícil, penso eu, uma carrinha, um desses autocarros fazia um circuito de manhã numa zona norte do Concelho e à tarde fazia o circuito pela zona sul do Concelho e traziam os miúdos...

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, dê-me só um segundo. Senhores Deputados aí atrás, eu agradeça que parassem com essa conversa que estão a interferir com a intervenção do Deputado que está em palco, está bem? Muito obrigado. Peço desculpa, pode continuar.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faustino da Cunha (CDS-PP) disse:** Está terminado, era só para dizer que gostei foi uma boa representação o grupo teve uma encenação muito boa, as crianças gostaram e é através do Teatro que se conta a história. Elas vão mais tarde refletir sobre isso e lamentei só, que não estivessem mais. E o estar mais só com uma melhor e eficaz articulação com os Presidentes de Junta e, de facto, não me parece difícil, que um veículo, uma carrinha passasse, de manhã no circuito norte à tarde no circuito sul. Eram duas representações, a sala com certeza estava mais preenchida. Muitos parabéns à Câmara pela iniciativa.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado José Faustino da Cunha. Passo agora a palavra à Senhora Deputada Rita Messias.

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Messias (PS) disse:** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, muito boa tarde a todos.

Analisando a informação da Senhora Presidente, verificamos que está recheada de atividades e iniciativas de louvar. Pretendo nesta minha intervenção destacar alguns eventos de extrema importância para o Município e realçar o papel de algumas coletividades. Começo por fazer referência à forma inovadora como foi comemorado o Carnaval, abrilhantado com a participação de algumas Juntas de Freguesia e suas tradições. Parece-me que é uma grande iniciativa e poderá no futuro atrair muitos visitantes. Os meus Parabéns a todas as Juntas que se associaram a esta iniciativa e que estou certa que em 2020 a adesão será exemplar. Desta forma, contribui para trazer novas dinâmicas, convívios, criação de laços e ainda reforçam a própria identidade e o orgulho local. Realçar, ainda, a Junta de Freguesia de Mirandela, pela organização do baile de máscaras, uma excelente iniciativa. Parabéns, também, a todas as restantes Juntas de Freguesia pelas iniciativas que têm desenvolvido e que têm feito acontecer. A este nível destaco, também, o evento do Serra da Belha que já aqui foi falado hoje em Vale de Telhas que foi um enorme sucesso atraindo milhares de visitantes. Estão de parabéns as Juntas de Freguesia e todas as entidades que participaram na sua organização. O concelho precisa disto.

Estão, também, de parabéns as entidades desportivas nomeadamente o Clube de Ténis de Mesa de Mirandela e o Ginásio Clube Mirandense pela dedicação à causa e por incentivarem e apoiarem os atletas a serem os melhores alcançando várias vitórias. Muitos parabéns, também, aos atletas pela sua dedicação. De referir, também, a Feira da Alheira, a Alheira é um produto estratégico para o concelho de extrema importância para a dinâmica económica e social. Foi eleita uma das 7 Maravilhas da Gastronomia Nacional e também distinguida com o prémio Portugal 5 Estrelas por dois anos consecutivos na categoria de produtos tradicionais, sendo por isso, uma das iguarias mais famosas do país. Trata-se de um produto que merece uma atenção especial por parte da Câmara Municipal, atenção esta que se traduziu na forma como apoiou e contribuiu para a organização e realização da vigésima Feira da Alheira realizada nos dias 8, 9 e 10 de março com enorme sucesso.

É, também, de salientar a forma combativa, firme e assertiva como a nossa Presidente, *Júlia Rodrigues*, contestou a notícia da ASAE, sobre as apreensões em Mirandela que punham em causa a qualidade da Alheira. Desta forma levou a ASAE a refazer a sua comunicação, repondo a verdade. Este passo, acabou por contribuir para dar mais confiança aos consumidores que se refletiu num enchente de visitantes. Este ano a Feira contou, também, com alguns fatores inovadores, como a criação do pátio da restauração onde os visitantes podiam usufruir da rica gastronomia Mirandense, o espaço da Feira coberto, a reorganização do espaço permitiu acolher mais pessoas. O investimento na promoção, comunicação e marketing que permitiu dar a conhecer o certame de forma mais eficaz.

O investimento e animação para todos os gostos e diferentes faixas etárias foram sem dúvida fatores que contribuíram para aumentar a atratividade desta Feira. Atratividade, esta, que se refletiu sob diversos aspetos nomeadamente o record de visitantes, o volume de negócios que segundo os comerciantes disseram à imprensa foi o mais alto de sempre. A capacidade hoteleira do concelho completamente esgotada e a dinamização geral do comércio de Mirandela. A criação da Confraria da Alheira de Mirandela irá com certeza contribuir para uma cada vez maior valorização e defesa deste ex-libris da gastronomia. Estão assim de parabéns a Câmara Municipal e a Associação Comercial e Industrial de Mirandela (ACIM). Assistimos, também, a atividades de promoção da leitura entre elas ler histórias aos mais novos e a criatividade evidenciada para assinalar o dia mundial da poesia através da distribuição de multas. São realmente boas iniciativas para estimular o gosto pela leitura de uma forma lúdica. A criação de experiências que mobilizem o gosto pela leitura, são o primeiro passo para o desenvolvimento das competências de literacia que tão necessárias são na sociedade atual. As atividades culturais estão, de facto, a acontecer no nosso concelho e isso é de louvar.

Queria referir ainda o papel do Conselho Local da Ação Social de Mirandela e a forma como realizou o diagnóstico social do concelho envolvendo as diversas instituições locais relacionadas com as temáticas em análise. O envolvimento das gentes e o trabalho em rede são a melhor forma de atuar, de forma integrada no combate aos problemas sociais do concelho.

Não posso deixar de referir as atividades levadas a cabo pela CPCJ de Mirandela já aqui referidas durante o mês de abril para assinalar o mês de prevenção de maus tratos na infância. Estão de parabéns a equipa da CPCJ e o Senhor Vereador *Orlando Pires*. O tema não poderia ser mais adequado para prevenir os maus tratos: “Serei o que me deres, que seja amor”, efetivamente as crianças refletem o que lhes damos. São o espelho das nossas ações.

A melhor receita para termos crianças felizes e saudáveis é dar-lhes amor. Está de parabéns, portanto, a CPCJ pelas iniciativas que tem realizado ao longo do mês. Não tenho qualquer dúvida que a Prevenção é o melhor remédio para caminharmos para uma sociedade mais cuidadora, mais respeitadora, mais solidária e mais justa. As crianças têm direitos, entre eles o direito a serem bem tratadas, porque tratando bem as crianças vamos ter adultos bem formados e equilibrados. A criança é o pai do adulto. Tudo o que as crianças vivem vão reproduzir em adultos. Uma criança maltratada é um adulto que maltrata, por isso, aposte-se na prevenção dos maus tratos. A solução para não termos adultos que maltratem é receber amor em criança. Dê-mos, pois amor a todas as nossas crianças. Obrigada pela atenção.

*[Handwritten initials and marks]*

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Deputada *Rita Messias*. Passo, então, à última intervenção deste ponto, Senhor Deputado *José Manuel Trovisco*.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Boa tarde Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados.

A minha intervenção sobre a análise à informação da Senhora Presidente tem a ver com três pontos. A primeira tem a ver com a salubridade e saúde pública, trazendo aqui um caso de lixeira nas traseiras do edifício variante em Golfeiras. Dou como exemplo um carro estacionado há mais de um ano e meio e o lixo, muito lixo, acumulado de toda a espécie.

O segundo ponto tem a ver com segurança e Proteção Civil e retomo uma questão que já foi aqui debatida sobre a principal ponte que dá acesso a Mirandela, a Ponte *Eng.º Machado Vaz*. Já no anterior mandato eu questionei o anterior Presidente sobre as condições visíveis de deformação da geometria e foi-me dito na altura que aquilo não estava no âmbito da Câmara Municipal, estava, portanto, no âmbito na altura das Estradas de Portugal e era um assunto que era da responsabilidade dessa entidade. Como o assunto já foi aqui debatido e uma resposta houve já, da Presidente, em que eu lembro que foi aqui dito que existe uma monitorização por parte da IP, eu fiquei na dúvida se essa monitorização, enfim sobre o tipo de monitorização, se há relatório, se há resultados, periodicidade, enfim... se realmente podemos ter mais alguma informação, mais concreta, sobre o estado da Ponte. Eu pessoalmente preocupa-me e penso que a minha preocupação deve ser generalizada a todos os cidadãos que por ali transitam, porque isto verifica-se há muitos anos, não é? Por aquilo que a experiência me dita, eu penso que haverá ali um problema de fundações e já houve casos no país que já não fomos a tempo, não é? Aqui estaremos a tempo de fazer uma análise, eu penso que havendo resultados concretos dessas observações, que eu não sei de que tipo são, qual é a sua periodicidade, gostaria realmente de ter mais alguma informação sobre isso, ainda iremos a tempo de ficarmos mais confortáveis ao passar por ali.

O terceiro ponto é sobre Desporto, eu como Membro ou candidato, derrotado, para participar no Desporto representando esta Assembleia, enfim, gostaria de despende aqui alguns minutos. Ao contrário do meu antecessor que falou neste tema e que foi eleito na altura, portanto, dar um esplanamento mais aprofundado a esta parte do Desporto que é focado na exposição da Senhora Presidente...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, vai-me dar licença, eu acho que está a fazer uma intervenção interessante mas desenquadrada daquilo que está a ser discutido. Eu sugeria-lhe para guardar isso para “outros assuntos”, porque estamos a discutir, como sabe, a informação da Senhora Presidente. Penso que concordará comigo.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Não, não concordo, até porque lá vem uma parte que é de Desporto, não é? E eu gostaria de falar sobre isso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pronto, então siga para essa parte que é a que está em cima da mesa, por favor. Muito bem.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Pronto. Eu acho que ocupar quatro páginas na informação da Presidente, diz bem da importância deste tema. Portanto, no panorama do desenvolvimento sociocultural e desportivo de Mirandela. As diferentes modalidades e organismos descritos nessa informação, dão uma ideia da dimensão da dinâmica desportiva no Concelho e que vão desde o futebol, à ginástica, passando pelas modalidades desportivas: natação, atividades náuticas, atletismo, ciclismo, boxe, artes marciais, ténis, xadrez, basquetebol, voleibol, futsal, pesca e tiro e desculpar-me-ão se me esqueço de outras atividades. Quero citar, também, aqui alguns agentes desportivos, aos quais, pela sua ação merecem aqui ser focados, tais como: falo em primeiro lugar do Sport Club de Mirandela, tão só porque é o Sport Club e tem associado o nome de Mirandela, falo em São Pedro de Vale de Conde, falo no Clube de Ténis de Mesa, falo no Ginásio Clube Mirandense, falo na Secção de natação, falo no basquetebol, na Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Madeiro, no futebol sénior e veteranos em Mirandela, na Associação de Defesa pessoal do Nordeste Transmontano, na APPACDM, pela sua ação nos campeonatos de futebol adaptado, na Associação Mirandense de Artes Orientais, ao Motoclube de Mirandela, à equipa Secundária de Mirandela, ao Futsal de Mirandela, ao Clube de Ciclismo de Mirandela, ao Clube Desportivo do Cachão, o Clube Amador de Mirandela e a todas as Associações Culturais e Recreativas que também abraçam a prática desportiva nas diferentes Freguesias do Concelho. E já agora, reforçando o que já foi aqui dito, pelo Deputado Virgílio Tavares, do CDS, porque não a criação realmente e melhoria dos equipamentos desportivos existentes em Mirandela.

Mas em relação ao Desporto, eu quero dar algum enfoque à minha intervenção, sobre o Conselho Desportivo Municipal, e fazer uma introdução breve que é o seguinte: o Regulamento Municipal de Atribuição de Comparticipação à prática desportiva do Concelho de Mirandela, aprovado em 2010, tem como objetivo principal, aumentar a prática desportiva e informal dos cidadãos do Concelho de Mirandela, estruturando e qualificando os espaços desportivos e de lazer, apoiando a iniciativa desportiva de Clubes, Associações e Coletividades. Tem, ainda, por objetivo, promover a Educação pelo Desporto, através da colaboração em programas direcionados à prática desportiva informal, promoção de hábitos de vida saudáveis e Desporto para Todos. Isto são objetivos do regulamento existente. O artigo 61.º desse regulamento, institui o Conselho Desportivo Municipal (CDAM). Este conselho Desportivo é um Órgão consultivo da Câmara Municipal e tem como objetivo a promoção de uma política Desportiva no âmbito das competências atribuídas aos órgãos Autárquicos Municipais e aponta a prossecução daqueles objetivos, mas segundo, notícias, publicadas e apesar de em termos de regulamentação está constituído desde 2010, o Conselho Desportivo, só agora entra em funcionamento. Assim, a CDM cujo mandato dos seus Membros é de dois anos, e prevê duas reuniões extraordinárias por ano, teve a sua primeira reunião no dia 1 de abril de 2019. Nesta reunião o Município de Mirandela manifestou a intenção de, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Mirandela criar uma Unidade de Apoio ao Alto Rendimento Escolar, abreviadamente UAARE, para que os jovens possam conciliar a prática desportiva com o sucesso escolar. Estas unidades foram criadas com o Despacho conjunto n.º 9386/2016, e visam uma articulação eficaz entre os Agrupamentos de Escolas, os encarregados de educação, as federações desportivas e seus agentes e os municípios, entre outros interessados,

*[Handwritten initials and marks]*

tendo por objetivo conciliar com sucesso a atividade escolar com a prática desportiva de alunos atletas do Ensino Secundário, enquadrados no regime de Alto Rendimento ou seleções nacionais. Segundo dados do Ministério, este modelo foi inspirado no Gabinete de Apoio ao Alto Rendimento de Montemor-o-Velho e replicado, já, em dezasseis Escolas de norte a sul do país, onde servem de suporte a cerca de 400 alunos atletas de 39 modalidades desportivas. Alguns dados de experiência, dizem que destes atletas, 39%, são considerados potenciais talentos, 32% são atletas da seleção nacional e 29% tem Estatuto de Alto Rendimento sendo a maioria do Ensino Secundário, 68%. Entre outros dados relevantes e positivos que a experiência nos dita, eu digo que no ano de 2018/2019 estas dezasseis unidades apresentam já uma taxa de sucesso escolar de 92,2% que é superior à média nacional e uma taxa de abandono escolar abaixo da média internacional com 2,94%. Aqui chegado, quero felicitar o Executivo, pelo *upgrade* dado a este projeto tão importante para o Concelho e desejar que a intenção de criar uma UAARE em Mirandela, seja uma realidade próxima. Exultar o Executivo para a necessidade de melhoria dos equipamentos existentes dotando-as de condições de conforto e operacionalidade funcional adequada à prática das diferentes modalidades. Porque não a criação de raiz de um pavilhão multiusos que já aqui foi focado? Porque não a criação de mais Trilhos pedonais e ciclovias ecopistas?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, terminou o tempo.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Realmente o tempo esgotou e eu queria só fazer aqui um repto e se calhar como proposta a criação de um Centro de Alto Rendimento em Mirandela que proponho à consideração.  
Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Terminada esta ronda de intervenções eu pergunto à Senhora Presidente se quer acrescentar alguma coisa àquilo que foi dito?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Sim Senhor Presidente, quero responder às questões que foram colocadas.

Boa tarde a todos. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados.

Relativamente às questões que foram colocadas e de forma muito resumida em relação ao Senhor Deputado *Nuno Magalhães* dizer que foi um lapso não entrar o Conselho Desportivo Municipal, ou antes de resumir a informação provavelmente ainda não tinha reunido o Conselho Desportivo Municipal. Relembro que desde 2010, nunca tinha reunido, portanto, já lá vão nove anos, e por isso, reuniu no dia 1 de abril e julgo que vai ser um Conselho Desportivo importante para trabalharmos em conjunto o Desporto em Mirandela que como todos sabem é muito ativo e temos muitas Associações, muitas Entidades envolvidas e ainda bem. Dizer-vos que felizmente vamos ter já nos próximos dias 13 a 17 de maio o Torneio de Desenvolvimento da UEFA Feminino, sub-16, vamos ter quatro Seleções que são aproximadamente 150 pessoas instaladas em Mirandela. São elas a Seleção dos Estados Unidos, Rússia, México e Portugal.

Depois dizer-vos que relativamente à Feira da Alheira e relativamente àquela questão que colocou, a organização do evento tinha uns questionários que ia fazendo à satisfação das pessoas que nos vinham visitar, obviamente que temos uma estimativa das pessoas que passaram por aquele espaço, não passa de uma estimativa, mas foi com grande satisfação que vimos que houve unanimidade dos expositores, obviamente que não está tudo bem e vamos melhorar para o ano que vem aí, mas de qualquer forma houve aí um grande investimento na divulgação que era importante para o evento, houve um grande trabalho também na gestão do espaço e, portanto, ficamos todos satisfeitos inclusivamente os expositores e os empresários que estiveram presentes nesta Feira da Alheira 2019.

Relativamente às questões que colocou da entrevista, curta, que houve na televisão no Somos Portugal, em relação ao emprego, ao emprego qualificado, esse é o verdadeiro problema, como eu já disse aqui nalgumas Sessões da Assembleia Municipal de Mirandela, esta é uma questão que é transversal a muitas terras do interior, mas também no litoral o emprego, o emprego qualificado e o emprego jovem e a vontade que todos temos que os emigrantes, especialmente os casais jovens regressem ao nosso país, em particular, é claro, às nossas Terras.

Este é um verdadeiro fator de desenvolvimento e a Câmara Municipal só por si não tem medidas milagrosas para fazer regressar toda a gente e criar postos de trabalho. Já de manhã falamos na questão importante dos terrenos das zonas industriais, dos terrenos capazes de criar grandes empresas, que criem postos de trabalho, falamos também no gabinete de apoio à empresa e ao empreendedor, que neste momento vai passar a funcionar na MIRCOM, ACIM, uma vez que o CLDS, como todos sabem, terminou em dezembro e ainda não iniciou o novo CLDS e, portanto, convém que haja uma regularidade neste tipo de apoios que a Câmara Municipal dá em candidaturas do Emprego Já.

Relativamente ao Cachão julgamos que é um setor estratégico para o Concelho, está a ser desenvolvido no âmbito da Comunidade Intermunicipal (CIM), por proposta da Câmara de Mirandela e Câmara de Vila Flor um Plano Estratégico de Desenvolvimento deste Complexo. Julgamos que é um setor de atividade a transformação dos produtos agrícolas e agropecuários. Um setor de atividade que pode desenvolver, quer postos de trabalho diretos, quer postos de trabalho indiretos e temos, obviamente, que ter Fundos Comunitários que nos apoiem naquela infraestrutura. Como existe na CIM uma proposta de criar um Centro de Logística, julgamos que ali seria a localização ideal, no âmbito da CIM seria o Complexo-Agroindustrial do Cachão. Como sabe é uma infraestrutura algo abandonada com problemas infraestruturais graves e precisa de um investimento muito forte com Plano Estratégico bem definido para adequar as nossas necessidades àquilo que vamos investir.

Relativamente ao desenvolvimento do nosso Concelho eu julgo que o essencial é realmente o orgulho de ser Mirandense e isso é visível também nos nossos emigrantes, estivemos representados na Feira de Nanterre, onde uma empresa de Alheiras esteve, também, connosco e, portanto, esse desenvolvimento também se faz através das nossas raízes que estão lá fora e que também muito contribuem para levar o nosso nome lá fora.

Relativamente ao GAM Móvel, como sabe é um projeto da Comunidade Intermunicipal, todos os Municípios tiveram uma Unidade Móvel, já estão a ser criadas rotas para ir às Juntas de Freguesia, obviamente que neste primeiro mês vai ser um



*[Handwritten initials and marks]*

processo até de ajustamento das rotas mais específicas e também, do próprio sistema informático que está também ligado à Agência de Modernização Administrativa.

A Unidade Móvel de Saúde já está em caracterização, está atrasada, de facto, julgamos que como se trata de uma doação, acabamos por estar muito dependentes da disponibilidade da adaptação das empresas que fazem esta adaptação das carrinhas e foi-nos garantido que em junho estaria pronta para começar a funcionar. Está a ser preparado um Protocolo com a Unidade Local de Saúde do Nordeste Transmontano para que possa haver aqui uma ligação entre o que é a saúde que levamos às Freguesias, daquilo que existe, também, nos Centros de Saúde na Unidade Hospitalar sem isso é muito difícil fazer a gestão desta Unidade Móvel, até porque as despesas já estão contempladas no orçamento mas tudo que é suporte técnico também vai ter a colaboração da Unidade Local de Saúde.

A ambulância, como sabe, não é para animais errantes é para animais acidentados, nós temos agora, como todos sabem, a gestão do canil de São Salvador por questões relacionadas com a lotação do Centro de Recolha Oficial, estamos a tentar encontrar, investimentos que temos que fazer lá, essa agora é a nossa prioridade. Em relação à ambulância, chamam-lhe assim porque tem a ver com animais acidentados e que estariam em sofrimento durante muito tempo e é isso que temos que acautelar. A nossa prioridade neste momento é dar melhores condições ao Canil, é de ter também ali condições para capturar animais errantes, ou seja, todos aqueles que formam matilhas na Cidade, onde temos graves problemas de abandono de animais, pode não ser deste Concelho, mas pessoas que vão abandonando animais e que criam alguns problemas, não só de Saúde Pública, mas também de segurança das pessoas.

Relativamente à questão da CPCJ, concordo inteiramente com aquilo que disse.

Em relação às Juntas de São Salvador, também realmente nós temos tido da parte dos Senhores Presidentes de Junta e dos respetivos Executivos um trabalho muito interessante no que diz respeito a atividades, eventos, mas também que diz respeito a obras e à proximidade que têm tido junto dos seus Fregueses, o que também demonstra a qualidade daqueles que trabalham diariamente com as nossas populações.

Relativamente ao projeto da Gaita-de-foles, este é um processo que já vem desde a última Festa de Vale de Salgueiro e já tivemos também uma reunião com a Coordenadora da CPCJ, preocupados com aquela questão das crianças fumarem e, por isso, a Câmara Municipal também vai participar as Gaitas de Foles para que haja outro tipo de atividades que possam trazer mais diversão., sem ser exatamente a tradição e manter as crianças ocupadas é esse o principal objetivo.

Em relação aos novos colaboradores, obviamente que sim. Julgo que está tudo respondido e abordado.

Relativamente ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, lembrar-lhe que realmente as atividades de Páscoa, muitas vezes é difícil ajustar as atividades público-alvo, uma vez que muitas crianças são transportadas diariamente para as Escolas e neste período de Páscoa estão mais com os pais nas Freguesias e, portanto, julgo que tudo aquilo que conseguimos fazer é divulgar o mais possível nos Agrupamentos, mas também fazer com que aqueles que estejam se possam divertir, mas é uma ideia que vamos acolher e que já em outras iniciativas fizemos, ou seja, no Natal houve uma festa para todas as crianças de todo o concelho e sempre que possível fazemos sempre atividades que envolvem as crianças de todo o concelho e não só as que estão em Mirandela.

Relativamente à Senhora Deputada *Rita Messias* concordar com aquilo que foi referindo em todas as situações. Julgo que nós, temos sempre que inovar em relação aos eventos, mesmo eventos culturais, tentar com poucos recursos fazer mais e fazer melhor para tentarmos inovar e termos eventos distintos daquilo que existe nos outros Concelhos e que também vão buscar também um bocadinho da nossa identidade e das nossas tradições.

Relativamente ao Senhor Deputado *José Trovisco*, em relação às questões relacionadas com os carros estacionados, tem sido feito ao longo do último ano, um trabalho de avaliação de todos os carros abandonados e têm sido removidos da via Pública. Vamos avaliar esta situação do carro abandonado, muitas vezes os carros estão abandonados mas têm proprietário e aí a responsabilidade é do proprietário, obviamente, e o lixo acumulado junto ao Variante julgo referir-se aos caixotes do lixo que são bastantes e que estão acumulados atrás, há muitas pessoas que vão lá deixar lixo. De qualquer forma falaremos para detalhar mais esta situação.

Relativamente à Ponte Eng.º *Machado Vaz*, as informações que temos foi aquilo que disse no início da manhã no Período Antes da Ordem do Dia, vamos esperar a avaliação que vai fazer a empresa sobre estas condições da Ponte Eng.º *Machado Vaz*, logo que tenhamos informações faremos chegar através dos grupos dos Órgãos Autárquicos.

Relativamente ao Desporto dar nota, por último, de que vamos criar Unidades de Apoio ao Alto Rendimento Escolar juntamente com o Agrupamento de Escolas, ou seja, conciliar sucessos Escolar e Desportivo é um projeto que está a ser feito em conjunto com o Agrupamento de Escolas para que todos os atletas que estão em alto rendimento possam ter um sucesso escolar acoplado.

Para já é só Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Muito obrigado Senhora Presidente. Vamos, então, prosseguir com a nossa Sessão.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Nuno Magalhães (PSD)* disse:** Senhora Presidente, relativamente à ambulância foi o termo que foi utilizado, não está em causa disse que era para animais acidentados, ok? Isto diz respeito a animais com dono, sem dono, todos os animais acidentados, só aqueles que não têm dono como é que se processa esta situação?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Existem situações pontuais essencialmente ao fim-de-semana, onde temos acidentes com animais e os animais até agora que só tínhamos o Centro de Recolha Oficial, não havia protocolos com as clínicas privadas, mas sob ponto de vista de solidariedade e de voluntariado as clínicas privadas davam-nos algum apoio na diminuição da dor ou qualquer tipo de ocorrência. Acontece que os Serviços Veterinários preocupados com essa situação até porque um animal que seja acidentado numa sexta-feira, passar o fim-de-semana em dor é impossível e é contrário à legislação em vigor e por isso, aquilo que pretendemos é fazer protocolos com as clínicas veterinárias, não só no âmbito da esterilização dos animais que há um projeto que está a ser feito em todos os Municípios da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, no sentido de nós próprios termos protocolos com clínicas privadas para fazer a esterilização dos animais e por outro lado, também termos clínicas veterinárias que nos façam esse trabalho.

*[Handwritten initials and marks]*

Obviamente que o auxílio nessas situações é sempre um auxílio até sabermos quem é o dono, identificação do dono, mas a Câmara Municipal tem responsabilidades sobre essas situações, é por isso que queremos minorar em caso de acidente, essencialmente em situações de fim-de-semana ou feriados.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado. Penso que estão esclarecidos..., assim sendo e como referi, vamos prosseguir a nossa Sessão entrando no 4.2 - Certificação Legal de Contas - Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. - Relatório Anual 2018.

Como aliás já tinha avançado pela manhã e com a vossa anuência, face a uma articulação que a Mesa fez com a Câmara no sentido de clarificar mais profundamente todo o Relatório, todo o Certificado aliás, vou então chamar, que já está aqui entre nós, o Doutor *Fernando Peixinho* representante da empresa que faz a Certificação.

Senhor Doutor *Fernando Peixinho* agradecia, então, que se dirigisse aqui ao palco.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Muito boa tarde a todos. Bom, eu antes de começar, gostaria de dizer o seguinte o que normalmente acontece quando eu venho a estas Sessões é para prestar esclarecimentos sobre dúvidas suscitadas sobre as contas e sobre o relatório que a Sociedade que eu represento apresentou, particularmente a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria mais pormenorizado e com aspetos, porventura, mais detalhados. Em todo o caso, se pretenderem que eu faça uma apresentação do conteúdo da Certificação Legal de Contas eu posso fazê-lo.

#### **4.2 - Certificação Legal de Contas - Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. - Relatório Anual 2018.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu, de acordo com aquilo que já referi, tinha articulado e a nosso pedido com o executivo este esclarecimento, pois para nós de certo modo é um relatório técnico, muito confuso, há muitas dúvidas e eu solicitava que apresentasse mesmo o relatório, no fim se houver perguntas, com certeza que também poderemos requerer essas respostas.

Senhor Deputado quer dizer alguma coisa? É que não é daí da cadeira, faz favor., venha ao micro e diga o que tem a dizer.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, André Geraldo (PSD) disse:** Boa tarde a todos. Desde o início desta Assembleia, desde manhã, o momento fulcral era recebermos este Senhor, ele está ali está a ser pago para isto mesmo, ele perguntou uma coisa ninguém se manifestava eu disse: faça, tão simples quanto isso, não ouviram todos? Não está a ser pago para nos informar alguma coisa que esteja mais duvidosa nas contas?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu só pedi para vir aqui porque eu não ouvi o que estava a dizer lá da sua cadeira.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, André Geraldo (PSD) disse:** Estamos entendidos. Meu Senhor continue.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Está esclarecido. Muito obrigado. Muito obrigado.

Senhor Deputado *António Figueiredo* também quer acrescentar alguma coisa?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente, dirijo-me só ao Senhor Presidente. Para mim não havia essa necessidade, e porquê? Eu estive a ler a análise que o Doutor *Fernando Peixinho* fez e a sua Sociedade, e também estive a ver as outras análises que fizeram da PKF, quando o Doutor *Fernando Peixinho* não estava aqui... Isto é uma questão política, deixamo-nos de "tretas", deixamo-nos de "tretas"... Isto é uma questão política. O que fez a PKF, foi o que fez o Doutor *Fernando Peixinho*.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Óh Senhor Deputado...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Isto é uma questão política e as questões políticas devem ser... eu sou frontal a falar, eu não estou aqui a dizer que é melhor a PKF ou que é melhor o Doutor *Fernando Peixinho*, não estou a dizer isso. Eu entendi aquilo que o Doutor *Fernando Peixinho* escreveu na sua análise. Eu compreendi que a li, e não a li eu, quem a leu foi uma pessoa que sabe muito disso, não é? Quem a leu foi uma pessoa que sabe muito disso. O que está lá na análise, é uma análise política, mais nada. Não está lá mais nada. Senhor Presidente, não está lá mais nada.

Agora para mim é maçador estar aqui a ouvir.

Pronto é só isso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado. O Senhor mesmo acabou por reconhecer que pediu a alguém conhecedor para o elucidar. Eu não pedi a ninguém de fora, a terceiros, pedi à fonte. Eu acho que para todos nós isso é extremamente positivo. Se a análise é política ou não é, cada um depois tirará as suas ilações. Agora eu gostaria e por isso solicitava ao Doutor *Fernando Peixinho* um esclarecimento sobre toda a certificação no sentido de ficar ciente daquilo que está escrito. Porque muitas questões são técnicas e passam-me ao lado. Portanto, assim sendo, Doutor *Fernando Peixinho* agradeço que proceda a essa exposição.

----- **Doutor Fernando Peixinho** - Eu começaria, então, por referir o seguinte, o trabalho que nós executamos não é um trabalho político, isso é aquilo que os Senhores aqui fazem, nós fazemos este trabalho, como provavelmente a PKF ou qualquer outra Sociedade de Revisores faria com base nas evidências que recolhemos ou ao longo do nosso trabalho. Mais, este trabalho é dotado de Fé Pública e só poderá ser posto em causa através dos Tribunais, até prova em contrário este trabalho, certifica do ponto de vista oficial, por isso é que isto é uma certificação legal de contas e oficial de contas, nós somos Revisores Oficiais,

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

somos Agentes Públicos reconhecidos como tal, completamente independentes de qualquer tipo de opiniões partidárias e políticas, tanto fazemos a Revisão de Contas em Câmaras que são do PSD, como em Câmaras que são do PS, como em Câmaras que são da CDU, fazemos Revisão de Contas em Câmaras de todos os partidos e, portanto, a nossa postura é exatamente a mesma, aliás eu recordo que na última Assembleia onde estive presente foi na Câmara Municipal de Torre de Moncorvo que é do PSD e ninguém questionou a veracidade e autenticidade do nosso relatório, mas enfim, as coisas naturalmente que ficam com quem as diz e sobre essa matéria eu aquilo que quero dizer é que não admito a ninguém que ponha em causa a minha idoneidade enquanto Técnico. Tenho as minhas opiniões como toda a gente tem, manifesto-as onde as devo manifestar, aqui sou Revisor Oficial de Contas e só. O resto é com a Assembleia por isso é que eu pedi para estar cá exclusivamente no momento em que são debatidas as contas, porque depois eu retiro-me e continuarão os vossos trabalhos.

Primeira questão: a certificação legal de contas é um documento que certifica as contas apresentadas pelas entidades, neste caso, pelo Município de Mirandela e de tudo aquilo que nós entendemos como sendo materialmente relevante, colocámos naquilo em que não foi possível obter prova para nos pronunciarmos sobre razoabilidade dos saldos que encontramos, colocamos reservas. É assim que se faz quando se certificam contas. A primeira reserva que nós colocamos tem a ver com os subsídios de investimento. A Câmara tem lançado na conta de subsídios de investimentos, foram subsídios recebidos ao abrigo dos vários programas comunitários 25.893.737,22€. O que normalmente acontece quando são transferidos estes subsídios para as entidades é haver um registo suportado num documento, porquê? Porque estes subsídios na altura em que são transferidos são contabilizados numa conta de proveitos diferidos, e vão sendo reconhecidos os proveitos à medida que vão sendo amortizados os bens para os quais foram recebidos os subsídios e portanto, existindo um mapa com a relação de bens que foram financiados através destes subsídios, facilmente nós conseguimos alcançar e validar, se os subsídios têm sido ou não corretamente imputados a proveitos de acordo com o plano de amortização dos bens que foram financiados por esses subsídios. Como não existem esses mapas, nem foi possível fazer uma regressão que nos permitisse recolher a prova desses subsídios, ou melhor, a prova da relação desses subsídios e os investimentos feitos com os subsídios, ficamos limitados quanto à expressão de uma opinião. Nós só podemos emitir uma opinião sobre aquilo de que tenhamos prova, para podermos dizer este saldo está bem, ou este saldo não está bem. Neste caso, nem dizemos que está bem, nem que não está bem, dizemos é que nós não obtivemos prova que nos habilite a formar uma opinião afirmativa sobre o saldo que está relevado nessa conta.

Depois no parágrafo quatro da certificação, dizemos o seguinte: em relação ao saldo da conta 2739 Outros Acréscimos de Custos e de 2749 Outros Proveitos Diferidos, não nos foi possível obter evidência considerada necessária do Saldo Credor 462.284,06€, por inexistência de documentos de suporte, ou seja, é um saldo que está na Contabilidade, é um registo que está na Contabilidade que não tem documento de suporte. E como sabem, só se pode registar, que é isto que a Contabilidade faz, aquilo que está documentado. Não tendo documento de suporte, nós não podemos dizer que aquele saldo, está em conformidade e que está adequadamente suportado, porque nem suportado está. E depois o dos Proveitos Diferidos 268 que é referente à alienação de um terreno na Zona Industrial, de que ao que nos foi possível indagar, o Município não vai receber qualquer tipo de proveito, portanto, deve ser anulado, deve ser regularizado e eliminado esse saldo.

No parágrafo cinco diz o seguinte: O Município detém investimentos financeiros que são participações de capital, contabilizados ao custo de aquisição, ou seja, foram contabilizados de acordo com o valor pelo qual foram adquiridos esses investimentos. No montante global de 2.883.012,00€ sobre os quais não obtivemos a evidência considerada necessária que nos habilite a formar opinião sobre a razoabilidade do saldo apresentado no balanço, ou seja, nós sabemos que o município tem participações nas empresas do Cachão, na AIN e no MIC, tem participações no Metro de Mirandela, tem participações no Hospital Terra Quente, tem participações em várias Associações entre as quais as Associações de Municípios, agora, como sabem, nessas Associações desde que foram adquiridas as participações até agora, houve variações patrimoniais, nuns casos positivas, noutros casos negativas, que tinham de estar refletidas nestes valores. Não tivemos documentos, não tivemos acesso a documentos que nos habilitassem a podermos dizer se este saldo reflete ou não a expressão patrimonial dessas participações e, por isso, tivemos que introduzir também esta reserva.

Depois, no parágrafo seis, dizemos o seguinte: aquando da entrada em vigor do POCAL, o Município procedeu à inventariação dos bens classificados como imobilizado e bens do Domínio Público, isto em 2003/2004, no entanto, o facto de nunca ter sido feito um inventário físico dos ativos imobilizados que permitisse concluir sobre a asserção e existência desses ativos nem haver um cadastro dos bens que monitorize às amortizações que anualmente têm de ser feitas, ou abates ocorridos que permita verificar as asserções, valorização e mensuração, ou seja, se eles estão ou não adequadamente valorizados e mensurados em função das amortizações em que anualmente são sujeitos e, portanto, por tal motivo também não estamos em condições de formar opinião sobre razoabilidade dos saldos apresentados que no balanço evidenciam os valores de 43.251.447,00€ relativamente ao imobilizado corpóreo, 28.107.527,20€ relativamente aos bens do domínio Público. Estas foram as reservas que condicionaram a nossa opinião e que estão plasmadas na Certificação Legal das Contas. Depois há um conjunto de ênfases. As ênfases não modificam a opinião do Auditor, as ênfases limitam-se a chamar à atenção sobre determinado tipo de situações que pela sua importância devam ser divulgadas no Relatório do Auditor. E colocamos, então, duas ênfases, a primeira é a chamar à atenção para uma obrigatoriedade que decorre do POCAL, desde a sua entrada em vigor em 1 de janeiro de 2003 e que tem a ver com o sistema de Contabilidade Analítica, e o Sistema de Contabilidade é de maior importância sobretudo para valorizar as obras feitas por administração direta que de outras formas não é possível valorizar, para saber se as taxas que estão fixadas pelo Município cobrem ou não cobrem a totalidade dos custos suportados para a prestação dos serviços que são taxados e, portanto, também para funcionar como uma espécie de monitor da gestão ao nível dos custos porque esta Contabilidade Analítica permite fazer um apuramento dos custos pelo seu destino. Nós o que temos são os custos pela sua natureza e esse apuramento que é feito dos custos por destino permite sempre avaliar se os custos suportados estão a ser excessivos ou se estão dentro daquilo que se entende como ser razoável e racional.

A segunda ênfase tem a ver com os ativos produzidos e construídos por administração direta, são executados com meios do Município, em que são valorizados em função do consumo das existências e como sabem estes bens não são só, ou melhor, este tipo de ativos não tem só o consumo das existências. Se são feitos por administração direta tem também os trabalhadores que concorrem para a formação desses ativos e tem um conjunto de gastos indiretos, chamados gastos gerais de produção e de fabrico, tem a ver com as máquinas utilizadas, outros equipamentos e, portanto, a imputação desses gastos a esses ativos para efeitos de valorização e de subsequente relevação no ativo da Autarquia e, portanto, isso está dependente daquilo que eu disse anteriormente. Para que seja feito de forma adequada, está dependente da existência de um sistema de Contabilidade Analítica

que não existe que isso é que permitiria também fazer a imputação dos gastos ao destino de cada obra e, portanto, são estas as situações que nós introduzimos na Certificação Legal das Contas e que de alguma forma permitem aos Senhores, ao fazer a leitura das contas, poder confrontar aquilo que está nas contas, com estas limitações que aqui estão e fazerem as vossas interpretações. Naturalmente à condição daquilo que está aqui plasmado no relatório.

Por agora não tenho mais nada para dizer, fico à disposição, então, para as perguntas que me queiram fazer.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Faça favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Simplesmente há aqui uma coisa que já refleti, nem era para falar nisto, nem a Câmara faz isto, de certeza que o Doutor *Fernando Peixinho* não verificou isso. A Câmara faz caixa mensal?

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Faz.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Onde é que estão os valores da caixa mensal?

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Estão nos registos contabilísticos.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não. Não os vi lá.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Não os viu? Mas aonde é que não os viu?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, no seu Relatório.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Tenha paciência mas o meu relatório, deixe-me só dizer-lhe o seguinte: o que o Relatório traz, que os Senhores vão hoje aqui aprovar ou não aprovar, são as contas do exercício de 2018 e, portanto, os valores de caixa que estão no relatório e que estão nas contas, são os valores referentes ao dia 31 de dezembro de 2018, não são os valores...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não é caixa mensal, mês a mês.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Não. O que estamos aqui...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** É o que eu estou a dizer.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Não. Faz-se mês a mês, até lhe digo mais, até se faz com uma periodicidade mais regular. Do ponto de vista do Caixa nós não encontramos deficiências, que sejam deficiências dignas de qualquer tipo de relato da nossa parte. Agora o saldo que está em caixa, como não só o de caixa e todos os outros saldos que figuram nas contas são os saldos à data de 31 de dezembro e que, portanto, variaram ao longo do ano. Mas o caixa em 31 de dezembro é o caixa que consta quer do balanço que aí está, quer do balancete de encerramento. Não tenha nenhuma dúvida sobre isso.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Em relação aos proveitos do exercício de 2017 que estão aqui registados, diz aqui que registou um aumento de 442.000,00€.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Vamos lá ver. Há aqui duas coisas que são distintas, uma coisa são proveitos, outra coisa são receitas, não é a mesma coisa. É que proveitos...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas na caixa tem que haver proveitos e tem que haver despesa.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Não, na caixa tem que haver receitas e tem que haver despesas, não há proveitos, proveitos há nas demonstrações de resultados. Na caixa o que existe é liquidez, é receitas, entradas de dinheiro e despesas, saídas de dinheiro. Isso é que é o caixa. O caixa só tem meios monetários líquidos. Um proveito não é necessariamente uma receita. Só o é quando a receita é recebida. Nós podemos ter um proveito porque temos um acréscimo patrimonial, mas só temos a receita...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Já estou a percebê-lo. Então isso é uma dívida oculta...

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Não. Não. Deixe-me dar-lhe um exemplo...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Sim..., sim, sim...

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Imagine o seguinte: suponha que eu vendo uma mercadoria a um cliente, ou presto um serviço aqui à Câmara como Revisor de Contas e faturar esse serviço por 1000,00€ imagine. Se a Câmara não me pagar eu ainda não tive a receita, mas já tive o proveito, porque a partir do momento em que eu faturar, eu tenho que registar na minha contabilidade o proveito. Depois saldo a dívida da Câmara quando recebo. Mas o proveito tenho-o no momento em que eu faço a faturação. Ora a Câmara, também, à semelhança de qualquer outro tipo de Entidade, porque é isto que está normalizado no

POCAL, como está normalizado em qualquer referencial contabilístico, POC da Saúde, Sistema de Normalização Contabilística, em todos eles a Câmara tem de registar o proveito no momento em que ocorre, a receita pode ocorrer passado um mês, passado dois, passado três, passado um ano, por exemplo, no caso dos subsídios até é o contrário há primeiro a receita e o proveito só vem depois, à medida que vão sendo amortizados os bens, como aliás eu referi.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Correto. Então os subsídios que o Senhor Doutor falou, não os validaram como prova dos 25 milhões de euros?

----- **Doutor Fernando Peixinho:** É assim: esses subsídios seguramente foram recebidos, o problema aqui, é um problema contabilístico...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** E qual é o problema contabilístico?

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Era isso que lhe ia explicar...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Então explique lá.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Eu expliquei ainda há bocadinho.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, não explicou muito bem.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Então, vou tentar explicar melhor.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Sim.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Imagine, foram recebidos os 25 milhões de euros para fazer investimentos em obras no valor de 50 milhões, vamos fazer assim, suponha que essas obras que foram feitas, são edifícios, equipamentos, que vão ser amortizadas em 20 anos, o que é que tem de acontecer? À medida que vão sendo feitas as amortizações...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Correto. Das obras, tem que se reconhecer o correspondente subsídio como proveito...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Sim.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Ora, nós para conseguirmos validar isso, tínhamos que saber que obras é que foram feitas com cada um dos subsídios e essa informação não está disponível...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Pronto, não está disponível...

----- **Doutor Fernando Peixinho:** E isso é que nos impossibilitou.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Pronto, ok. Estou esclarecido, só não fiquei contente com uma observação que fez em relação à minha pessoa, a idoneidade.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Não, a minha. Eu referia-me à minha.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não. Foi reproduzida para mim.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Não, não, à minha...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Sabe porque é que eu digo isto? Sabe porque é que eu digo isto?

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Mas eu não pus em causa a sua idoneidade...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, não. Mas sabe porque é que...

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Eu disse é que não queria que pusessem em causa a minha.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não ponho, nem punha nem a PKF ponho.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Nem a de ninguém, era o que faltava.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas eu ponho porque fui induzido em erro em relação ao Banco BPN que tinha vários Revisores de Contas, Caixa Geral de Depósitos tinha vários Revisores de Contas, BANIF's que tinham vários Revisores Oficiais de Contas, etc., etc., etc.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Mas não era eu!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não me importa. Eu só estou a dizer.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** O Senhor também provavelmente também pode ir a um médico que não lhe acerte com a doença.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Está bem, mas isso...

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Ou a um advogado que lhe faça perder a causa.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas isso já está a falar de outras coisas, não disto. Eu estou a falar de Revisores Oficiais de Contas.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Mas eu sou responsável pelos meus atos.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Com licença.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado. Sim, com certeza que sim.

Isto está a ser enriquecedor porque até é uma aula de Contabilidade que estamos a ter pelo Professor o que é muito positivo. De qualquer maneira Senhor Deputado, eu entendi essa questão da idoneidade, acho que todos entendemos, não é o Senhor que está em causa. Eventualmente podia ter levantado a idoneidade da própria empresa. Eu já lhe dou a palavra.

Há questões de fundo ou alguma dúvida que o Relatório ou que a Certificação apresente?

*Deputado Humberto Cordeiro*, não há nada para acrescentar?

Tem o Deputado *Nuno Magalhães*, com certeza.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** O Deputado Figueiredo perguntou sobre a questão do caixa, disse que existiam contagens do caixa com frequência, regularmente, foi isso, percebi bem, certo?

----- **Doutor Fernando Peixinho:** É assim, os caixas têm de ser contados regularmente, porque aliás aquilo que permite fazer a validação do caixa é a sua inspeção física, e a inspeção física só se faz através da contagem. Não há outra solução.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Então aqui no relatório, diz-nos, “o numerário e os valores suportados em documentos que integram o caixa e que estão à responsabilidade da tesouraria não são sujeitos a contagens físicas efetuadas com carácter periódico e sem pré-aviso”, o que é que significa?

----- **Doutor Fernando Peixinho:** O carácter periódico é que o manual de procedimentos e o de controlo interno que os Deputados que aqui estavam na altura aprovaram, disciplina que o caixa deve ter contagens mensais. E as contagens podem não coincidir com o mês e, mais, o que deve acontecer para se ter a certeza absoluta sempre, que os valores em caixa, estão bem e que estão cobertos de todo e qualquer risco que possa existir, inerente ao caixa é que as contagens sejam feitas, não pelo tesoureiro mas por uma pessoa externa à Tesouraria, sem pré-aviso, ou seja, aparece lá e diz: eu hoje quero contar o caixa. Está a ver? E isso não é feito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Só no início de cada ano económico?

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Exatamente, e nós fizemo-lo também.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Ok, era só par esclarecer isso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Faça favor Deputado *Jorge Humberto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente obrigado.

Senhor Professor, muito obrigado pela sua presença e pelos seus esclarecimentos.

A única dúvida que eu levanto aqui tem a ver exatamente com a questão da manifestação daquilo que é inventariado acerca dos subsídios que estamos aqui a falar na ordem dos 25 milhões de euros, que a Câmara recebeu, que na sua avaliação ou da empresa que representa não consegue quantificar aquilo que é gasto em termos do recebimento do subsídio referente à obra que está feita, e a dúvida que eu tenho é saber a fórmula que tem que ter a Câmara Municipal para prestar essa informação de qual é o valor que está a ser gasto de cada subsídio e referente a cada obra referente que efetua. Porque aqui pode-se criar uma dúvida, ou seja, há um subsídio por exemplo de um milhão de euros para uma obra que custou 500 mil e não está reportada a diferença desses 500 mil que não foram, digamos que, quantificados e aplicados. Era essa a explicação que eu agradecia. Obrigado.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Bom, eu sobre esse ponto de vista não tenho esse receio, e porquê? Porque os subsídios atribuídos são sempre depois escrutinados *a posteriori*, ou seja, é preciso enviar para as entidades que os concedem, os comprovantes dos investimentos realizados. O problema aqui é mais um problema de relevação patrimonial, e o que se passa aqui no Município de Mirandela e falemos só do Município de Mirandela porque isto é extensível a mais Municípios, naturalmente, mas o que se passa no Município de Mirandela é que não existe um cadastro, não existe um inventário físico dos bens que o Município possui, ou seja, ninguém sabe o que é que o Município tem. Ora se ninguém sabe o que é que o Município tem integralmente, por maioria de razão também não se sabe o que vale o que tem e, portanto aquilo que no nosso

*[Handwritten initials and marks]*

relatório que foi aqui citado pelo Senhor Deputado, que é o relatório que acompanha o chamado Relatório de Auditoria. Nós sugerimos que seja feito um trabalho de inventariação física de todo o Património Municipal. Para quê? Para que depois se possa proceder a uma valorização correta desse Património. Agora, sobre a correspondência dos subsídios aos investimentos que foram feitos, eu nesta fase tenho muitas dúvidas em que consiga fazer essa recuperação. Porque estamos a falar de investimentos que foram feitos há 10, 12, 15 anos e que entretanto perdeu-se o fio e nunca mais se recupera, portanto, isso do meu ponto de vista será ultrapassado no dia em que for feito o inventário do Património Municipal e depois a Assembleia deliberar sobre uma regularização desses subsídios, para que não continuem a figurar num saldo que nunca mais de lá sai se não for regularizado e que deverá ser, do meu ponto de vista, por uma questão de se refletir nos fundos próprios municipais porque são mesmo fundos próprios Municipais e nesta altura figuram no balanço como passivo que já não é passivo nenhum.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Doutor *Fernando Peixinho*, não nos conhecíamos pessoalmente, aproveito para cumprimentá-lo...

----- **Doutor *Fernando Peixinho*:** Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** E agradecer-lhe a sua vinda aqui à Assembleia Municipal. Só vou tocar neste assunto, porque o Doutor *Fernando Peixinho* foi muito claro, o Doutor *Fernando Peixinho* diz que produziu um documento e que só admitia ser posto em causa em Tribunal, porque é que a Dr.ª *Júlia Rodrigues* pôs em causa as contas da PKF e do Tribunal, chamando a Deloitte e não o Tribunal?

Senhor Doutor estou a falar bem?

Eu tinha que ver uma oportunidade da sua vinda aqui, a PKF produziu um documento à semelhança do Senhor Doutor ele só podia ser posto em causa em Tribunal. Tínhamos, também, na Câmara Municipal o Tribunal de Contas. A Dr.ª *Júlia Rodrigues* com a contratação da Auditoria da Deloitte pôs em causa o documento da PKF e do Tribunal de contas que só em Tribunal é que devia ter sido posto em causa.

Agradeço a amabilidade.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Deputado *Paulo Pinto*, eu entendi, mas penso que não é uma questão para formular ao novo Auditor.

----- **Doutor *Fernando Peixinho*:** Eu gostaria só de referir o seguinte: Como disse já na primeira intervenção, as coisas ficam sempre com quem as faz e com quem as diz. Porque a PKF era Auditora deste Município desde há muitos anos, como também era Auditora do Município de Macedo de Cavaleiros. E eu li, tive oportunidade de ler o relatório que foi feito pelos Revisores que substituíram a PKF em Macedo de Cavaleiros e não gostei. Não gostei, porque são feridos princípios de ética e deontologia profissional que não podem ser. Há valores Senhor Deputado que nós nunca podemos pôr debaixo dos pés. Nós podemos criticar politicamente tudo e mais alguma coisa, agora pôr em causa a idoneidade das pessoas como foi feito pelos Revisores que substituíram a PKF em Macedo de Cavaleiros, eu não o fiz aqui. Nunca vi em nenhuma linha dos meus relatórios a mais pequena referência à PKF. Nunca o faria. Mas se for ver, já agora desafio-o para que o faça, se for ver o relatório que foi elaborado pelos Revisores, que é a Sociedade de Revisores Esteves & Pinho, em Macedo de Cavaleiros, nas referências que eles fazem à PKF, é uma coisa que como digo, as coisas ficam com quem as faz. Se a Dr.ª *Júlia Rodrigues* quis pedir uma Auditoria externa, completamente fora deste contexto, fê-lo como me parece também estão agora a fazê-lo em relação a muitas empresas. Ainda há pouco tempo em relação ao Novo Banco foi pedida uma terceira Auditoria externa, apesar de o Novo Banco também ter revisores. Isso o Órgão de Gestão tem sempre liberdade para o fazer. Agora, se eventualmente vierem a ser conhecidas situações que ponham em causa aquilo que os Revisores anteriores fizeram, elas deverão ser invocadas para Tribunal, se puserem em causa do ponto de vista de lesar o Património ou de lesar os interesses das Entidades. Pelos vistos, nestes sítios que eu lhe acabei agora de falar, há situações dessas. Aqui no Município desconheço. Mas nada retira às pessoas a liberdade de poderem contratar uma Auditora, duas Auditoras, três Auditoras, externas que venham fazer verificações. Nada. É isso quando há dúvidas que se tem feito, aliás, no Município de Macedo de Cavaleiros, uma vez que eu falei nisso, contrataram um Auditor para fazer isso e eu não aceitei fazê-lo, porque eu não aceito fazer determinado tipo de trabalhos. Sabe que, eu ando nisto, como eu costumo dizer muitas vezes, não ando nisto que não seja do ponto de vista profissional e de gostar de receber as minhas remunerações. Mas não ando a qualquer preço. Eu só ando quando entendo que devo andar. Porque eu para comer sopa de manhã e à noite, para isso ainda ganho, portanto, não faço determinado tipo de coisas. Mas isso são contas de outro Rosário.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Doutor *Peixinho*, agora vou fazer eu uma pergunta também. No relatório da Auditoria que a Câmara mandou proceder há bem pouco tempo, registavam-se falhas tremendas com valores muito significativos nas Provisões. Eu gostaria que me desse a sua apreciação, no momento como é que se colmatou isso, que forma há de ultrapassar isso, se está devidamente registado.

----- **Doutor *Fernando Peixinho*:** Está, está devidamente registado. Na parte das Provisões foram reconhecidas nas situações em que do meu ponto de vista era necessário reconhecê-las. Agora há algumas questões que foram levantadas pelo Relatório que eu também tive oportunidade de ler, enfim, que transmitem, eu não sei se ficou claro, aquele Relatório que foi feito pela Deloitte não é um Relatório de Auditoria, aliás eles fizeram logo questão de salvaguardar como se costuma dizer, a posição deles. Mas é um relatório onde são expressas algumas opiniões sobre aquilo que verificaram e, como sabem, existem algumas responsabilidades por parte do Município que a não serem cobradas obrigarão à constituição de Provisões e essas Provisões relativamente a ativos que já não era possível recuperar foram feitas.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** A minha pergunta tem a ver com as Provisões..., Na questões judiciais parece-me um valor irrisório para aquilo que de momento o Município tem para resolver. Parecem-me insuficientes, de facto.

*[Handwritten initials and marks]*

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Sabe que, quando nós, isto é, como tudo, nós temos que perguntar sempre aos Juristas e fizemo-lo, nós fizemos três reuniões com o Jurista do Município e enviamos cartas para Juristas que não sendo do Município, patrocinam processos do Município. E aquilo que nos foi dito nessas reuniões e nas cartas que recebemos, que era aquilo que nós pedíamos, era uma avaliação sobre a probabilidade de se perder ou de se ganhar as causas que estavam em discussão em Tribunal, e em relação particularmente às Águas do Norte e em relação a essas situações numa delas o processo foi negociado com as Águas do Norte e nas outras aquilo que nos foi dito pelo Jurista nós contamos que a avaliação tenha sido feita também com mérito profissional. Quer pelo Jurista quer por aqueles que patrocinam e, portanto, se eu não confio naquilo que me é dito pelas pessoas que patrocinam os processos, sobre o qual a probabilidade ou o risco que existe de o Município vir a ser sancionado e a ter de pagar em quem vou confiar? Eu tenho de me socorrer dos Técnicos que estão relacionados com os processos e, portanto, as provisões que foram constituídas, do meu ponto de vista estão de acordo com aquilo que foi discutido com as pessoas que estão, quer internamente quer externamente com os processos judiciais.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado pela explicação. Deputado Nuno Magalhães, faça favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Só queria fazer mais uma questão: porque fala aqui na questão da adaptação do Sistema de Normas de Controlo Interno, gostava, também, de perguntar quais serão as consequências a longo prazo se isto não for adaptado.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Ora bem. O Sistema de Controlo Interno de que foi aprovado aqui o Manual de Procedimentos e Controlo Interno, suponho que há doze, treze catorze anos, servem para que o Controlo interno detete as distorções e as corrija, ou seja, os erros e as possíveis omissões que existam têm que ser detetados pelo Controlo interno, e por isso é que se pede que no caixa sejam feitas contagens periódicas e sem pré-aviso, por isso é que se pede que nos depósitos à ordem sejam feitas reconciliações bancárias mensais para perceber quais são os itens de reconciliação que eventualmente possam merecer qualquer tipo de anotação e terem de ser resolvidos. Por isso é que se pede que se façam conferências regulares de contas correntes. Por isso é que se pede que fiquem sempre, se as despesas efetuadas estão legalmente suportadas, quer através do procedimento de adjudicação utilizado, quer da autorização da despesa, quer da existência ou não de fundos disponíveis, das comunicações correspondentes aos Órgãos competentes, à DGAL, ao Tribunal de Contas, ora para não me tornar muito fastidioso, o Controlo Interno é para assegurar que se houver um erro, ou se houver uma omissão qualquer, ela é detetada. É verdade que não há Controlos internos perfeitos, mas há Controlos Internos melhores e há Controlo Internos piores. Aquilo que eu lhe posso dizer é que em relação ao imobilizado de que estamos a falar a maior parte do Património Municipal, o Controlo Interno é fraco, não existe, não o temos. Em relação aos armazéns o Controlo Interno é fraco, muito fraco, em relação às cobranças de fornecimento de água, como sabem as dívidas de água pode ser invocada a caducidade passados seis meses, também não é eficaz. Bom, isto tudo suscita, de facto, alguma preocupação, porque se o risco de controlo é elevado, nós para fazermos diminuir os risco de Auditoria temos que aumentar significativamente o nosso trabalho, aquilo a que nós chamamos procedimentos substantivos de ir ver de analisar em detalhe aquilo que está no conteúdo de cada conta e por isso é que nós temos estas limitações todas, senão, não tínhamos. Mas veja que eu não me referi a nada do que fizeram os anteriores. Mas nós fizemos isto e eu responsabilizo-me pelo que fizemos. Estou aqui para isso. Agora, aquilo que eu, de facto, gostaria é que o Controlo Interno, quer desta Câmara quer de todas as Entidades que nós fazemos trabalho, fosse melhorado e eu acho que é possível melhorá-lo, haja vontade é para o fazer e determinação. Porque o Controlo Interno depende de duas coisas: uma primeira é de uma adequada segregação de funções. Dizer quem é que faz o quê e quem é responsável por o quê? E uma segunda é o Controlo da Monitorização daquilo que está a ser feito. Se está a ser bem feito, se não está a ser bem feito. E chamar à responsabilidade de quem não faz bem feito e de quem olha para o lado. Estas é que são as duas componentes do Controlo Interno. Subsequentemente uma terceira, uma contabilização adequada dos factos patrimoniais que também nem sempre acontece. Às vezes pega-se no papel e liga-se o piloto automático e contabiliza-se aquilo com o piloto automático, e não pode ser. Cada coisa tem de ser analisada antes de ser feita.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Portugal (PS) disse:** Muito boa tarde a todos, cumprimentar a Mesa na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, respetivos Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Doutor *Fernando Peixinho*.

Eu acho que deve ficar aqui uma nota que eu gostaria de deixar, “a política é a arte de convencer os outros que nós temos a solução para os problemas” comuns, não é? Mas a política é muito complexa porque envolve muitas áreas, economia, finanças, contabilidade, educação, desporto, por isso eu gostaria de deixar aqui esta nota muito simples. A política é também a arte de escutar e escutar quem sabe sobre essas áreas complexas e importantíssimas para a gestão do bem público e, portanto, eu queria agradecer, certamente que em nome de todos nós a presença do Doutor *Fernando Peixinho* porque nos veio falar sobre uma área importante de que ele sabe. Muito obrigado.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Muito obrigado, também, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não há mais questões a apresentar ao Doutor Peixinho? Ninguém mais tem?

Eu vou aqui acrescentar uma, será porventura até descabida, se for as minhas desculpas. Todos sabemos que as dívidas ao Município de terceiros, as que foram reveladas, eram enormes. Todos sabemos também, que há dívidas que no tempo prescrevem, ou seja, passam a inquebráveis. Há alguma forma de nós termos uma previsão do prejuízo que o Município de Mirandela teve com o atraso nas cobranças que acabaram por prescrever?



*[Handwritten initials and marks]*

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Isso está refletido nas Provisões. As Provisões efetivamente são para acontecimentos incertos, mas com grau de contingência provável de se verificarem e, portanto, as Provisões refletem tudo aquilo que sejam cobranças que se admite que estejam comum grau de dificuldade elevado em se realizar. E, portanto, as Provisões refletem esse prejuízo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pois, eu penso que devem refletir, mas por exemplo uma das questões mais graves era a dívida da mini-hídrica que teria que compensar o Município penso que 2,5% da faturação de há muitos, muitos anos. E a minha pergunta tem a ver com isso, penso ser um valor extremamente elevado e não vejo refletido ou não vejo valores dessa natureza refletidos nas Provisões. Com certeza também prescrevem apesar dos contratos.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Esse dos 2,5% da mini-hídrica não prescreve, são dívidas comerciais e as dívidas comerciais só prescrevem ao fim de 20 anos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Está esclarecido, então. Sendo assim, resta-nos agradecer ao Doutor Peixinho todas estas explicações.

----- **Doutor Fernando Peixinho:** Eu também quero agradecer a todos, na pessoa do Senhor Presidente e da Senhora Presidente de Câmara, dos Senhores Deputados, dos Senhores Presidentes de Junta e reafirmar mais uma vez que estarei disponível para vir sempre que seja necessário aqui a estas vossas Sessões, faço-o com todo o gosto e com total independência.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Bom, pergunto ainda se existe algum Deputado Municipal que queira ainda assim, já que não houve inscrições para este ponto. O ponto ainda está em discussão, ainda não foram abertas as inscrições.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Agora é que vamos fazer as inscrições e debater, isto é, entre nós.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Mais alguém da bancada do PSD que se queira inscrever? Da bancada do PS há inscrições para este ponto?

Da CDU também não?

Do CDS existe alguma inscrição?

Bom, então, chamo o Senhor Deputado *Nuno Magalhães* para fazer a sua intervenção, faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Não se importam que eu fale já daqui?

Visto que o Doutor *Fernando Peixinho* já respondeu a muitas das questões que tinha aqui para levantar mas há aqui algumas notas que eu não podia deixar passar em claro e uma delas tem a ver exatamente com a contabilidade analítica e da contabilidade de gestão. O Doutor *Fernando Peixinho* falou que já estava previsto no POCAL, mas também temos que ter em conta que ela também já está prevista no SNC-AP (Sistema Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), e a transição para o SNC-AP será uma realidade muito breve, o que significa, então, que não tem havido procedimentos para fazermos a adaptação da nossa contabilidade para o novo normativo contabilístico, e por isso também temos que pôr isso em causa e queria questionar o Município se efetivamente tem feito alguma coisa na área da transição para o novo normativo contabilístico e como vamos então proceder se não existe uma contabilidade analítica a Senhora Presidente já disse que ia abandonar o Plano de Saneamento Financeiro onde aí já contemplava uma subida das taxas que se cobravam com águas e saneamentos conseguimos encontrar um nível de equilíbrio entre aquilo que a Câmara paga e aquilo que é cobrado aos Municípios, se não temos uma contabilidade analítica que nos permita efetivamente ter estas questões em causa e trabalhar as taxas como é que vamos então definir as taxas que vamos cobrar se não fazemos a análise dos custos.

A outra questão tem a ver com o Sistema de Controlo Interno e obviamente que a minha pergunta ao Doutor *Fernando Peixinho* foi exatamente para conseguirmos perceber o que está aqui em causa.

Conforme disse o Doutor *Fernando Peixinho* e muito bem, isto tem consequências ao nível da gestão e depois vão-se refletir nas questões contabilísticas e no relato contabilístico e patrimonial e a questão que eu levanto é que no primeiro relatório do Doutor *Fernando Peixinho* que foi no mês de junho do ano passado já estava prevista esta questão da adaptação da Norma de Controlo Interno, e tendo em conta todos os efeitos que ele aqui levantou e todas as questões que ele aqui nos disse, como é que passados seis meses continuamos exatamente com o mesmo problema?

Isto causa e está comprovado que causa bastantes constrangimentos nas contas e no registo contabilístico do Município e, por isso, causa-me alguma estranheza que passados seis meses nada tenha sido feito nesse sentido.

Alguma coisa Senhora Presidente? Não? Então, está.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Senhor Deputado *Jorge Humberto*, faz favor. Tendo-se ausentado da sala o Senhor Deputado, passo a palavra ao Senhor Presidente para responder às questões do Senhor Deputado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Relativamente às questões que foram colocadas e depois passaria a palavra ao Vereador da área financeira.

Dizer-lhe que, em primeiro lugar, os procedimentos contabilísticos não se fazem todos, era bom que fosse possível fazer a regularização de todas as situações que estão irregulares em seis meses, num ano, em dois ou em três, e portanto, como poderá imaginar pelo menos ao Património são tarefas complexas, tarefas que envolvem tempo, envolvem recursos humanos qualificados e, portanto, referir-lhe que temos dois Técnicos a fazer um curso de SNC-AP, a transição como sabe foi adiada pelo próprio Governo. Quando disse que ia abandonar o Plano de Saneamento Financeiro, de facto, nós vamos ir junto das

*[Handwritten initials and marks]*

Entidades que regulamentam esta situação para podermos aliviar esta carga relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro e dá-nos também a possibilidade de ter mais margem para contratações, para o rejuvenescimento de tudo aquilo como podem ver depois na Prestação de Contas do quadro de pessoal.

Deixem-me partilhar esta informação convosco que é um assunto que se falou há pouco que tem a ver com a mini-hídrica que é o contrato de concessão da exploração do açude da Ponte Açude. Estas dívidas são, de facto, dívidas comerciais, já houve uma reunião em a empresa Egeve, e aquilo que vos posso dizer é que foram apresentadas todas as faturas, uma vez que a EDP não nos disponibiliza esses dados, tem que ser a empresa. O cálculo da dívida comercial dos 2,5% apesar de a empresa alegar que durante estes anos que nunca foram cobrados, vir alegar que uma das situações que estão contempladas no protocolo, no contrato de concessão são a monitorização automática das comportas. Eles alegam que a Câmara prejudicou a empresa na faturação elétrica uma vez há determinadas situações que não fatura tanto porque não há essa monitorização e, portanto, tentamos chegar a um acordo relativamente a esta negociação dos 2,5% querendo ir aos 2,5% e a Câmara não aceita os 2%, obviamente, andaríamos à volta dos 2,3%. Esta dívida não é tão alta como se poderá imaginar pelo menos pelas faturas que foram apresentadas e vai haver uma consolidação destas contas que rondará os 50.000,00€ relativamente a esta faturação que é o valor que estará em dívida da empresa com a Câmara Municipal.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Muito boa tarde a todos.

Só para responder às duas questões levantadas pelo Deputado *Nuno Magalhães*. Sobre contabilidade analítica, a Câmara Municipal, tem implementada a contabilidade analítica. Mas a contabilidade existe no Município, agora que possam perguntar se está a ser bem aplicada? Se calhar não está.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Eu tenho aqui. Ele diz: “a Câmara não faz contabilidade analítica”.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Mas existe contabilidade analítica e há registos de contabilidade analítica.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Então quem se engana é o Doutor *Fernando Peixinho* ou o Senhor?

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Não sei, eu agora não posso estar aqui a responder pelo Doutor *Fernando Peixinho*, agora posso dizer pelo Município que diz contabilidade analítica. Agora o que tem que ser corrigido na contabilidade analítica é que muitas vezes as pessoas não registam corretamente, e o que tem que haver também é um controlo desde que registam. Vamos imaginar, regista-se esta caneta como material de casa de banho e se calhar ao longo do processo ninguém vai corrigir essa situação desde que é feita a requisição até que é paga a fatura. Agora a contabilidade analítica existe e está a ser aplicada no Município. Sobre a Norma de Controlo Interno ela tem que ser corrigida, não foi ainda corrigida porque já tem que ser no SNC-AP, como sabem o SNC-AP era começar dia 1 de janeiro, foi adiado, está previsto que seja no próximo ano, agora para corrigir não podemos por uma Norma de Controlo Interno se estamos a trabalhar em POCAL ainda, por isso, choca aqui, não podemos ter um controlo por uma coisa que não está em aplicação e a outra deixa de ter controlo, por isso esse é o problema da Norma de Controlo Interno ainda não ter sido revista. Havendo a certeza que entra no dia 1 de janeiro de 2020 essa norma virá aqui para ser aprovada e para ser depois executada.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Só para deixar também presente, no relatório diz que não existe contabilidade analítica e o problema que pode existir não é de todo como estava a dizer. Mas relativamente à Norma de Controlo Interno ela não tinha que ser adaptada agora, já tinha que ter sido adaptada quando houve alteração do organograma e na altura ainda se aplicava o POCAL e por isso já passou demasiado tempo e ela continuou sem ser aplicada e aí gostava de deixar essa ressalva também.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Sim é verdade que ela já devia ter sido corrigida devido à nova orgânica isso nós não estamos a dizer que não devia ter sido, agora não foi feita porque ia ser alterada no final do ano pelo SNC-AP e depois vieram informações que agora em junho já tinha que estar o SNC-AP, mas não está, só em janeiro. Se calhar podemos estar a deixar passar, sim é verdade, porque estamos na esperança que realmente entre o SNC-AP para não termos dois trabalhos a fazer, duas Normas de Controlo Interno, mas sim uma só. Mas provavelmente se ela não avançar a entrada do SNC-AP aí teremos que entrar numa revisão da Norma de Controlo Interno.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem. Apesar do Senhor Deputado *Jorge Humberto* não ter respondido à chamada pois estava ausente da sala, penso que ninguém se importa já que não estamos com falta de tempo que o Senhor Deputado faça, ainda, a sua intervenção. Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Obrigado Senhora Secretária, Senhor Presidente.

É rápido. Agradecer mais uma vez a presença do Doutor *Fernando Peixinho*. É para percebermos exatamente porque é que chegamos à questão do Saneamento Financeiro desta Câmara? Acho que ficou hoje mais uma vez patente que aquilo que se passou durante estes quase 40 anos de governação do PSD nesta Câmara Municipal representa o estado a que ela chegou hoje, ou seja, dá pena de ouvir dizer isto sobre uma Câmara Municipal que teve este tempo todo para se atualizar e que a contabilidade foi feita com o lápis “atrás da orelha”. Não há registos, não há inventariação do Património da Câmara, ainda hoje somos capazes e se perguntar à Senhora Presidente o que é que tem a Câmara e o que é que não tem a Câmara. Daí também os erros que e vão cometendo e se cometeram ao longo do tempo nesta governação é pena que cheguemos aqui com mais uma vez explícito que afinal isto não é só uma questão técnica é também uma questão política na questão da gestão da Autarquia. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Findas as inscrições neste ponto podemos passar ao ponto seguinte. Peço desculpa Senhora Presidente, faz favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada.

Dizer-vos que à semelhança do que tem sido bem habitual nas Reuniões de Câmara, nas Reuniões de Executivo, dizer-vos que todas estas questões que são questões técnicas, mas que também obrigam a uma decisão política, obviamente que, podem ser interpretadas de duas formas. Uma das formas que tem sido interpretada pela bancada aqui pelos Senhores Deputados representantes do PSD dá a ideia que este Executivo tinha a obrigação em um ano e meio de corrigir todas as falhas que foram detetadas quer no relatório da Deloitte quer atualmente pelo Revisor Oficial de Contas que está a trabalhar com a Autarquia, obviamente que isso não é possível, obviamente que nós não conseguimos num limite temporal tão diminuto resolver problemas graves que a Autarquia tem no sistema contabilístico e também volto a referir na questão do Património da Autarquia.

A Autarquia tem sido altamente penalizada pela falta de inventariação Patrimonial, ou seja, nós temos em passivo aquilo que deveria estar no próprio Património e nunca foi feito, este cadastro de Património e por isso mais que um problema técnico é, de facto, um problema de decisão política, e quando dizem que este Executivo falhou aqui ou ali ou não tem a Norma de Controlo Interno temos aqui situações que já vêm de 2003, 2004 e, portanto, passaram entretanto 15, 16, 17 anos, sobre um sistema que não foi atualizado e para além da contabilidade há outros processos de grande gravidade na própria Autarquia. Falo por exemplo na questão da informática, na questão da atualização dos próprios sistemas dos *software*, de tudo aquilo que diz respeito ao funcionamento da Autarquia. Nós na Câmara Municipal de Mirandela precisamos de uma revolução tecnológica. Apesar de termos um Gabinete de Apoio ao Município temos sistemas arcaicos, ainda com equipamentos deficientes de trabalho de muitos daqueles colaboradores da Autarquia e, portanto, quer o investimento nos sistemas de contabilidade, de uma nova organização da própria contabilidade, são realmente questões técnicas, mas a decisão política de investir também depende essencialmente dos políticos, dos responsáveis políticos. É óbvio que não está tudo feito, eu tenho dito sempre que não podemos fazer tudo, temos feito aquilo que nos é possível com os recursos humanos que temos disponíveis que têm feito o trabalho possível juntamente com o acompanhamento e a monitorização dos Revisores Oficiais de Contas que também nos fiscalizam as contas.

Mas só para vocês terem uma ideia nós precisamos de uma formação profissional capaz, precisamos da capacitação dos próprios colaboradores, precisamos de contratar novas pessoas porque realmente o nosso quadro de pessoal, nos vários setores, está cada vez menor e portanto para além destas questões da contabilidade e da Certificação Legal de Contas, fiquem com a noção que temos que fazer um investimento grande nas questões da Tecnologia nas questões do investimento nos Sistemas Contabilísticos de Controlo Interno. Quando às vezes as pessoas criticam e são boas essas críticas porque também nos fazem refletir sobre as situações criticam ter feito uma Auditoria a responsabilidade é sempre do Presidente da Câmara e, portanto, é fácil criticar é fácil falar é fácil dizer que não se deve fazer Auditoria ou porque a Auditoria foi um *bluff*, ou que a Auditoria não teve resultados.

A Auditoria teve resultados e esses resultados já estão na Prestação de Contas e, por isso, dizer-vos que quando as pessoas são responsáveis e quando as pessoas querem cumprir escrupulosamente o que está na Lei devem precaver-se e foi isso que eu fiz e que o Executivo faz diariamente. É óbvio que há sempre os riscos de algumas coisas não correrem bem mas a minimização do risco é da nossa responsabilidade e, portanto, eu aceito as críticas mas posso-vos dizer que sempre que forem questões de foro contabilístico e de foro jurídico vamos estar sempre a acompanhar as situações de modo a que não penalizemos o Município com processos jurídicos, com processos menos óbvios sob o ponto de vista contabilístico. É isso que fazemos diariamente, é melhorar.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Terminou Senhora Presidente? Muito obrigada.

A Assembleia tomou conhecimento e apreciou a Certificação Legal de Contas.

#### **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos, então, ao ponto 4.3 - Prestação de Contas 2018, e pergunto quem é que se inscreve para intervir neste ponto?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Antes disso, ainda, e na sequência do ponto anterior e dadas as dúvidas, enfim, algumas questões inconclusivas para muitos de nós eu também sugeri ao Executivo que nos desse uma ligeira explicação sobre o assunto, portanto, penso que concordarão comigo que será esclarecedor para depois podermos pôr as perguntas de uma forma mais direta... então eu pedia ao Senhor Vereador do Pelouro para nos elucidar e fazer uma breve explicação sobre o assunto.

#### **4.3 - Prestação de Contas 2018.**

----- Foi presente à reunião da Câmara Municipal de 11 de abril de 2019 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:**

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

**1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2018 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**

**2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”**

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Boa tarde a todos. Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara. Eu vou apresentar a Prestação de Contas, o relatório que vocês receberam para ser avaliado e tirar aqui algumas dúvidas se for necessário.

Nesta apresentação eu vou abordar duas temáticas, uma Prestação de Contas, o relatório em si, todos os dados que vêm aí representados e também as ações que já foram tomadas em relação ao Relatório da Auditoria ou Relatório da Deloitte, o que é que já está implementado, o que ainda vai ser implementado, qual o ponto de situação de tudo o que foi aí identificado.

Eu vou-me focar no Orçamento e depois na Prestação de Contas. Mas há quatro pontos que são essenciais para a saúde financeira que é a execução do seu orçamento, o equilíbrio orçamental, o resultado líquido e a dívida do Município. Estes são os quatro grandes fatores que resultam desta Prestação de Contas que normalmente é aquilo que o Tribunal de Contas avalia para saber da saúde financeira. Sobre estes quatro pontos ao longo da apresentação que vou fazer depois a comparação dos resultados desde 2012, altura que se fez o Saneamento Financeiro, também é os relatórios que tive acesso, publicados no *site* do Município, antes dessa data não tenho esses documentos por isso também não fazia sentido irmos tanto para trás. Mas desde que começou o Saneamento Financeiro pode fazer sentido de compararmos a evolução que foi feita ao longo dos anos. Sobre as outras questões, as receitas, as despesas, comparamos só com os últimos dois anos, não precisamos fazer comparações tão atrás. Sobre a Execução do Orçamento da receita e da despesa, ela andou na casa dos 75%. A dotação corrigida foi 35.000.000,00€ e a execução tanto da despesa como da receita são muito próximas, por isso, teve um grau de execução na casa dos 75%. Vocês podem perguntar que nós fizemos uma revisão em baixa, por isso como é que seria a execução se aí tivéssemos ficado com esse valor. Nós assumimos na altura esta revisão quando na última Assembleia Municipal que iríamos fazer uma revisão em baixa porque havia alguns investimentos, já não iam ser feitos no ano 2018 e transitaram para os anos seguintes através do PPI. Se tivéssemos mantido esta dotação inicial dos 39.000.000,00€ a nossa execução teria sido de 67,9% e de 67,43%, não temos problemas nenhuns em assumir quais seriam os resultados é verdade, por isso comparamos o que está a nível de documento é a execução inicial, mas se não tivesse havido correções seria a de baixo. Mas poderemos verificar nos anos anteriores que as execuções ao longo do tempo variaram e andaram à exceção ali de três anos na casa dos setenta e tal por cento, mas em dezembro, quando falamos em fazer uma revisão, muitos Deputados e algumas pessoas disseram era um ato pouco comum fazer revisões. Mas se repararmos nos anos anteriores desde 2012 houve sempre revisões do orçamento, ou para cima ou para baixo, houve sempre revisões e temos a variação ali nos anos 12, 13 foi em baixo, no 14, 15 foi superior, 2106 foi quase insignificante e 2017 até foi de crescimento e por acaso até foi depois o ano que teve a execução mais baixa, provavelmente, digo eu, tenha sido pela inclusão de alguns projetos ou qualquer situação que foi necessário colocar alguma rubrica que não estava considerada no orçamento e aí teve essa correção.

Sobre a execução orçamental o que diz a Lei 73 no seu artigo número 56 no ponto três que nos dois anos seguidos consecutivos a receita, a execução tem que ser na casa dos 85%. Se isso não acontecer o Município tem um aviso sobre essa situação, um alerta precoce. Como podem ter verificado anteriormente em nenhum ano desde 2012 houve uma execução na casa do 85% no mínimo.

Mas também para saberem como é que funciona a execução do orçamento, a execução do orçamento é o rácio da receita e da despesa, o que recebemos realmente e o que pagamos realmente. Agora o que é que acontece, se nós temos despesa feita tem que ficar cabimentada no orçamento, e o que é que acontece? A nossa Câmara tendo uma dívida alta de curto prazo, logo fica ali um valor considerado, cabimentado, mas que não chega a ser pago, logo, aí também nos prejudica na execução. E se formos verificar os compromissos propagaram no final do ano eram de 7.000.000,00€. Se fossemos considerar a despesa que foi paga realmente foram 26.000.000,00€ teríamos um total de 33.000.000,00€. Se tivéssemos realmente pago tudo conseguíamos chegar a este valor no final do ano. E por aí se fossemos ver a execução da taxa corrigida, seria de 95% e da inicial de 85%, teríamos cumprido. Agora, quando temos um resultado mau na parte da dívida, principalmente na dívida de curto prazo, porque a dívida de médio e longo não considera aqui porque está dividida em vários anos o pagamento, não está neste ano, afeta-nos estes resultados, isto é, um pouco um “lençol curto”, não é, se destapa de um lado também destapa do outro é o que acontece aqui connosco, por isso, portanto a Câmara não iria conseguir cumprir com as execuções de 85% por ter um valor alto de dívida a curto prazo e terá sido essa a razão provavelmente dos anos anteriores também não terem tido taxas de execução mais altas.

O equilíbrio orçamental também é exigido na Lei 73 em que diz que a receita bruta, a despesa corrente, mais as amortizações têm que dar um saldo positivo. Logo a receita tem de ser superior à despesa corrente e as amortizações médias. O que é que são as amortizações médias? É o valor em dívida que temos a médio longo prazo à banca em que faz uma média do que deveríamos pagar todos os anos, e este valor tem-se mantido em um milhão quatrocentos e quarenta e sete porque não tem havido alterações de empréstimos bancários, tem havido os mesmos empréstimos bancários nos últimos anos. Se formos verificar o equilíbrio orçamental, outro fator importante, podemos verificar que em 2012 o equilíbrio foi negativo, a despesa corrente foi superior à receita corrente, estamos a falar, e o equilíbrio da despesa corrente é a despesa diária não de capital que é um investimento, mas do dia-a-dia.

Em 2013, o equilíbrio orçamental também foi negativo de quatro milhões e meio. Em 2014, um equilíbrio orçamental de um milhão cento e cinquenta e cinco, em 2015 de um milhão setecentos e vinte e nove, em 2016 de um milhão e quarenta e três, em 2017 dois milhões e quatrocentos e em 2018 de três milhões de euros. Por isso, podemos verificar que em 2018 ocorreu o melhor equilíbrio orçamental desde a entrada no plano de saneamento financeiro.

Se analisarmos depois em pormenor a receita, podemos verificar que a receita corrente tem subido nos últimos três anos e a receita de capital também. A receita capital estamos aqui a falar dos investimentos dos Fundos Comunitários mais o valor que recebemos do FEF para capital, porque o FEF recebemos mensalmente, há o corrente e há o de capital e entra na receita de capital.

*[Handwritten initials and marks]*

Se analisarmos depois ao pormenor a receita corrente e, neste caso, nas várias revisões orçamentais que aconteceram ao longo do ano, não sofreu nenhuma alteração é igual à inicial proposta no orçamento, no ano anterior. Os impostos diretos subiram a receita, os indiretos também, as taxas também, os rendimentos e propriedades também, as transferências correntes baixaram, a venda de bens e serviços também abaixo da execução, e outras receitas correntes também. Aqui irei explicar mais à frente algumas das questões, por exemplo, a execução das outras receitas está aqui centrada na situação que nós tínhamos acautelado de recebermos o reembolso de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) de 400.000,00€, que não foi conseguido, nessa situação temos estudado vários casos, há várias empresas que propõem esta recuperação, há Municípios que já fazem esse trabalho e que estão a recuperar algumas verbas do IVA, agora temos que nos acautelar um pouco porque também temos que ter alguma garantia que isso acontece e não estarmos a contratar uma empresa para fazer esse serviço, algumas que a proposta é o x percentual do que consegue receber outras exigem um valor fechado e depois não garantem se vamos receber ou não. Por isso, temos de trabalhar um pouco mais nessa área, estudar melhor e também perceber que os outros Municípios como é que estão a fazer. Por exemplo Bragança e Alfândega da Fé já estão a fazer esse trabalho por isso também perceber o que eles estão a fazer e ver se conseguimos recuperar algum IVA, porque por exemplo na área empresarial é tudo recuperado, mas aqui no Público não é feito e estamos a falar de um valor muito elevado a nível de IVA que pagamos todos os anos.

Nas receitas correntes temos aqui o foco que é o IMI, o IUC (Imposto único de Circulação) e o IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), temos reparado que tem crescido a receita nessas três áreas e reparamos neste último ano que o IMT passou a ser a segunda receita em relação ao IUC. Sobre o IMI houve um aumento da receita, mesmo havendo uma descida da taxa de IMI para o ano de 2018, valor esse que foi de 175.000,00€ valor que ficou na população, nos proprietários, nas pessoas que investiram em Mirandela, por isso é um valor que ficou na população e que poderíamos ter recebido.

Outro fator também é o IRS, que agora todos ou vão fazer ou já fizeram e provavelmente também podem verificar que tem lá os benefícios municipais e este ano já aparece lá uma verbazinha em que todos os que fazem o IRS vão receber. Posso-vos dizer que esse valor, que este ano as pessoas que fazem IRS em Mirandela o valor que vai ser devolvido são 175.000,00€, adicionando a este valor, estamos a falar, é verdade que o IRS só vai afetar as contas deste ano 2019, mas em relação a 2018, estamos a falar de 350.000,00€ que nós deixamos na população para que possam investir para que possam ter um dia-a-dia melhor e não ficar nos cofres do Município para a receita do Município. Nas vendas de serviços, os valores, não têm variado muito, se reparamos nas vendas de água, se calhar não conseguem ver muito bem, mas na tabela que vocês têm convosco, podem reparar que 17 e 18 o valor é muito próximo e 16 é que não, porque houve ali uma faturação que ficou para 17, por isso o 16 ficou com menos valor devido a essa questão, logo o saneamento e também os resíduos.

O estacionamento, o valor tem subido gradualmente, pouco, mas tem, e na Residência de Estudantes tem descido a receita das Residência de Estudantes, também, não pela redução de alunos, mas tem havido realmente por vezes problemas na cobrança que é uma situação que temos que resolver, porque também, é uma área sensível, em que por vezes os pais não são de Mirandela são de fora, não se consegue o contacto e também não poderemos expulsar, logo uma criança, ao primeiro mês que não paga e que fica fora mas temos que arranjar uma solução. Ainda não sabemos qual, ao fim do período pelo menos. Estamos a ver essa gestão se ao ir para casa não trouxer os pagamentos da Residência, provavelmente teremos que suspender porque também haverá outras crianças com interesse em ficar alojadas na residência.

Sobre a despesa corrente e de capital, o de capital é um investimento às obras, para a compra de imóveis, e a despesa corrente é a despesa do dia-a-dia. Nós, aqui, hoje especificamente estamos a falar com a despesa com pessoal, aquisição de bens e serviços, os juros, as transferências bancárias, as despesas correntes, os subsídios e outras despesas correntes.

Essas outras despesas correntes, para que vocês saibam está mais direcionada para os fundos de manuseio, os subsídios que foram dados ao Metro, os subsídios de quotas do Eixo Atlântico e da Agência de Energia, são esses valores que estão aí nessa rubrica. Os juros e outros encargos são juros com encargos bancários e os juros que não estão cobrados pelos fornecedores, quando não cumprimos com os pagamentos e nos são imputados juros. Os outros pontos já irei falar mais à frente.

Sobre a despesa corrente com pessoal, tem aumentado, o ano 2018 subiu um pouco em relação aos anos anteriores, também devido ao descongelamento das carreiras na Função Pública que levou a muitos colaboradores a aumentarem e a progredirem na carreira, logo por arrastamento também aumentar os seus encargos para o Município. Mas, há ali um ponto que é os abonos variáveis que teve um grande crescimento e também para explicar as razões. O primeiro ponto logo nas horas extraordinárias, também porque? As horas extraordinárias aumentaram também, porque o custo do trabalhador, o salário é mais alto e também no descongelamento do ano 2018, as horas extraordinárias deixaram de ser pagas a 25% ao fim-de-semana e feriados e passou a ser pago a 50%. Por isso, este valor, aqui aumentou devido a isso. Se fossemos fazer as contas a nível de horas é inferior, mas o custo é mais alto. Alojamento e alimentação o valor baixou, mas é quase igual, as ajudas de custo baixaram, o abono para falhas também está muito próximo. No ano 2018, também tivemos a indemnização para o anterior Presidente para reintegração na sociedade e os outros também manter mais ou menos o mesmo valor. Depois também nessa rubrica dos abonos variáveis entram as despesas da Assembleia Municipal, as ajudas de custo e os outros. Mas se repararem não variaram muito essas despesas ao longo dos últimos três anos. Basta às vezes uma senha que não é paga naquele ano, é paga no ano seguinte para haver ali uma pequena variação.

Da despesa corrente para bens e serviços o valor tem descido ao longo dos últimos três anos, grande parte da despesa da aquisição de bens é a água, representa 60% e também a variação que aconteceu ali na aquisição de bens 2.400.000,00€ para 1.500.000,00€ e depois para 2.000.000,00€ é em grande parte pelo valor que foi pago de água nesses três anos. Se repararem a variação que aconteceu de um ano para o outro é quase o valor que foi pago na água nesses anos.

Na despesa corrente e de serviços estão aqui os gastos incluídos nessas despesas de serviços e as variações ao longo dos últimos três anos, e se compararmos 18 com 17 houve uma descida de cerca de 10%. As instalações aumentaram aqui também está associado as despesas com o Piaget, a entrada em funcionamento do Museu da Oliveira e do Azeite e também começamos a registar os autoconsumos da água próprias que não era feito e a partir de agosto, estamos a registar os autoconsumos da água próprias que não era feito e desde agosto estamos a registar o que consumimos em água, porque também antigamente não era registado e era às vezes considerado perdas e tínhamos altos valores de perdas, quando éramos nós que consumíamos essa água e temos de começar a quantificar.

Limpeza e higiene dos edifícios, conservação de bens, também a conservação dos edifícios, houve um crescimento também pelas obras que foram feitas no INATEL, as locações, manter mais ou menos o mesmo valor e as locações estamos a falar de

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

rendas e também de encargos bancários. As comunicações quase iguais, os transportes também, os seguros cresceram, deslocações e estadas também aumentaram. Aqui estas deslocações foram relacionadas pelos projetos do Desporto do Erasmus+, em que os colaboradores do Desporto tiveram que ir a dois ou três países em oportunidades diferentes e esses custos estão aqui associados.

Os estudos, pareceres e projetos de consultoria aqui está o levantamento da TEG para os cadastros, não, não desculpem aqui neste do estudo dos parceiros está a SPIC, a ARU, todo o estudo da ARU. Depois temos a formação que houve um decréscimo porque agora a formação, grande parte, é paga pela Associação de Municípios e também no Protocolo com a CIM. A publicidade também reduziu, a publicidade também reduziu. Os outros trabalhos especializados, aqui, está o Relatório da Deloitte, está o trabalho da TEG que foi o levantamento do cadastro para a água e saneamento do nosso concelho e também o Revisor de Contas. Nos encargos de cobranças, isto aqui, está relacionado com os CTT e outras cobranças que cobram estes valores no Município, por exemplo quem vai pagar a água aos CTT e tudo isso é-nos cobrado com umas cartas que são enviadas para os consumidores, e esse valor tem-se mantido igual. A iluminação Pública, o tratamento de águas residuais, a recolha de resíduos e depois temos os outros que têm o fundo de maneiço, como eu disse há pouco, o metro as quotas da Agência de Energia, do Eixo Atlântico, aí incluídas.

Nas transferências tem havido um decréscimo, em relação ao último ano nas entidades privadas aumentou. Isto das entidades privadas são o apoio ao emprego já, esse género de incentivos que existem às empresas privadas.

As Freguesias aumentou. Com a Associação de Municípios e CIM, baixou. As instituições sem fins lucrativos baixou, e para as famílias também aumentou. Com os subsídios e despesas correntes de subsídios aqui são duas situações: o subsídio dado à AIN mensalmente, em que o ano 2018 cresceu, e também o IEFP que são aqueles Programas do CEI e do CEI+, em que neste ano houve maior integração dessas pessoas na Câmara, como pessoas também com deficiência, porque se não é o Município por vezes a integrar essas pessoas dificilmente terão oportunidade de trabalho no dia-a-dia.

Quero-vos dizer que do IEFP os valores que pagamos foi de 304.000,00€, mas o valor recebido o IEFP, porque também é financiado foi de 260.000,00€, por isso, o investimento do Município foi de 40.000,00€. No ano 2017 o valor recebido do IEFP foi de 110.000,00€ e aqui o investimento do Município foi de 30.000,00€.

Da execução do PPI nós tivemos uma execução nos 75% no Plano de Investimentos, isto a dotação corrigida porque se fossemos à dotação inicial a dotação teria sido de 51%. Podem dizer que havia muito para investir, nós não cumprimos, é verdade, também é preciso saúde financeira para cumprir, mas se formos verificar os dois últimos anos a execução do PPI mesmo o final corrigidos foi inferior, foi de 25% e de 40%.

Sobre as obras financiadas queria-vos aqui também falar, porque muitas vezes fala-se que há verbas para investimentos, é verdade, o Quadro Comunitário está agora no seu pleno de execução, nos próximos três anos encerrará para começar depois o Novo Quadro Comunitário.

Para vos dizer e para saberem qual foi o investimento feito pelo Município, porque as obras não são financiadas a 100%, por vezes nós não podemos arrancar com uma obra porque depois não temos capacidade financeira e muitas vezes também não temos o projeto feito, porque as obras ficaram com algum cabimento, mas não estão orçamentadas, não estão projetadas e tem que ser feito esse trabalho para podermos executar. Quando se fala muitas vezes na questão do PEDU, o PEDU existe, foi reservada uma verba mas é preciso depois fazer os projetos para executarmos. No PAMUS 1 e estamos a falar de valores de 2018 só, foi pago e foi recebido dos Fundos Comunitários, no caso no PAMUS 1 um milhão de euros e foi financiado a 58%, na parte da rotunda da Zona Industrial foi adicionada depois à obra porque não estava contemplada desde o início, a rotunda da Zona Industrial, logo não foi financiada, porque o Norte 2020 questionou como é que se tinham esquecido no projeto inicial de uma rotunda por isso acharam não deveriam financiar. O PAMUS 4 é o Centro Histórico, é a zona do mercado que também foi intervencionado, depois a Rua Eng.º Machado Vaz que vem do Cemitério de Golfeiras até ao cruzamento do Hospital, que ainda não está concluído, porque foi necessário fazer um muro de suporte que não estava considerado no projeto e teve que ser uma empreitada à parte que também não terá qualquer apoio de financiamento. A PARU 1 de Nossa Senhora do Amparo tem um financiamento de 85%, a Escola Luciano Cordeiro de 88,41%. Nestes casos que aparece superior, o valor, é porque já tinham sido pagos autos em 2017, mas o valor do financiamento só entrou em 2018. A Escola Secundário de 58,60%, a questão da Escola número 3 que é a do Convento, a número 5, o cadastro da rede de água e saneamento, a ETAR dos Avidagos, a estação elevatória de Vilares da Torre, a rampa do Paço dos Távora e o mobiliário para as Escolas. Dá um total de obra financiada, estamos a falar de obras financiadas, 6.778.000,00€ pago, dos 4.800.000,00€ foram financiados, foram comparticipados e quase 2.000.000,00€ foi de investimento próprio do Município, o que dá média de taxa de 70%. Por isso, o Município teve de fazer um investimento de 2.000.000,00€ nestas obras para poder executar e também termos alguma capacidade financeira para que as obras não derrapassem, porque como sabem os empreiteiros não podem estar muito tempo sem receber, senão não têm capacidade para compra de materiais e também pagar aos subempreiteiros.

Do balanço temos aqui a evolução nos ativos líquidos, nos fundos próprios e no passivo. Nas três áreas houve um acréscimo dos valores, no imobilizado é por alguma parte do que está a ser investido nas obras Públicas.

Os outros valores andaram ali muito próximos.

A dívida de terceiros de curto prazo baixou 350.000,00€, estamos a falar aqui a dívida de quem deve ao Município. Estamos a falar de água, de concessões, os valores que estão em dívida para com o Município, em que o Município conseguiu reduzir em 350.000,00€ esse valor.

Depois na questão dos fundos próprios, aqui algumas das questões já foram levantadas hoje, do Património, dos subsídios, se forem verificar nem há variação, por isso tem entrado Património e tem saído e muitas vezes não está registado corretamente, porque se forem ver nos acréscimos e deferimentos subiu. Depois há nos passivos 4.000.000,00€ é aí que estão muitas vezes as obras na fase inicial e que depois não passam às vezes para o Património e que esse trabalho é preciso fazer.

Depois no passivo, as dívidas a terceiros, baixaram e as Provisões cresceram, aqui estamos a falar e mais à frente hei-de explicar melhor, as Provisões com os processos judiciais.

Da demonstração de resultados, neste ano, o total de custos reduziu, o Município reduziu os custos e perdas e conseguiu crescer com o proveito e ganhos.

Agora outro fator que temos que analisar é a questão dos resultados líquidos, também nos últimos anos. Em 2012, foi negativo, isto os resultados líquidos estamos a falar que a diferença entre os proveitos e os ganhos e os custos e perdas. Um menos o outro e nesse ano, em 2012, os gastos e as perdas foram superiores aos proveitos e aos ganhos. Em, 2013, foi de 421.000,00€,

em 2014 de 1,5 milhões, em 2015, 690.000,00€, em 2016, 4.247.000,00€, em 2017 1.589.000,00€ e em 2018, 2.241.000,00€. Tendo sido este o segundo melhor ano, em que o melhor resultado líquido foi em 2016.

Sobre a dívida do Município como é que é calculada a nível legal, o seu atingimento, caso uma pessoa exceda este valor terá que recorrer a algum plano ou saneamento ou qualquer outro plano em que o Estado permita reequilibrar as contas. É calculado com a média da receita bruta dos últimos três anos e multiplicado por 1,5, e dá o limite da dívida para o ano. Sobre as entidades participadas este é o valor da dívida para 2018, esta parte nós e eu também irei falar mais à frente uma parte vai ter que ser revista nas várias vertentes, desde os resultados líquidos como também do seu Património, porque muitas vezes o Património está avaliado ainda, vamos imaginar, quando foi constituída essa entidade em um milhão de euros e hoje em dia essa entidade pode valer já dois ou 500 e também tem que ser reequilibrada no nosso Património. A dívida total do Município está em 15.627.000,00€ e juntando as entidades participadas, 600.000,00€, o que dá depois uma dívida total de 16.000.000,00€ o que nos permite ter uma margem de 11.500.000,00€ em relação ao limite da dívida.

Posso dizer que a nível dos empreiteiros houve uma descida da dívida de 1.556.000,00€, é o ano em que está a haver mais obras e é o ano em que temos menor valor de dívida de imobilizado, porque realmente foi feito um esforço muito grande para podermos manter as obras dentro dos prazos. A nível dos empréstimos também houve um decréscimo da dívida, aqui é que sim, dos empréstimos de 1.500.000,00€ e do imobilizado 1.100.000,00€. Nos fornecedores aumentou a dívida de 158.000,00€, também pela inclusão de algumas dívidas que foram identificadas pela Deloitte, e também porque realmente houve o sacrifício na parte do imobilizado, mas também é uma preocupação porque os fornecedores correntes têm de ter recebimentos dentro de horas para poderem também ter saúde financeira e assumir os seus compromissos. Os outros credores é o valor depois também de uma dívida a uma Junta de Freguesia que está em outros credores.

Sobre a dívida total também dos últimos anos podemos verificar aqui não tenho o ano 2012 e 2013 porque o cálculo da dívida era diferente, a partir da Lei 73 que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014, por isso, não dá para comparar as dívidas porque eram calculados por método diferente. Em 2014, a dívida total era de 23.000.000,00€, em 2015 de 20.600.000,00€, em 2016 19.155.000,00€, em 2017, 18.682.000,00€ e em 2018, 16.228.000,00€ a redução da dívida este ano foi de 2.331.000,00€ muito próximo do melhor ano que foi 2015 que foi 2.370.000,00€, mas aqui se não tivéssemos considerado os valores que tivemos de incluir na dívida que não estava registada teríamos tido uma redução superior à daquele ano.

Se formos ver em relação aqui ao cálculo da receita média para o limite da dívida podemos verificar que em 2014 estávamos em incumprimento, também foi o ano seguinte à entrada do saneamento e se entramos em saneamento é porque não estávamos com as contas saudáveis por isso não poderia estar o valor muito baixo. Foi descendo ao longo do tempo e se repararmos em 2018 este ano já estamos com o valor da dívida abaixo do valor da receita, o que é que isto quer dizer? Muitas vezes ouvimos na televisão que o PIB é de cento e tal por cento em que a dívida do País é superior à receita do País, neste momento podemos dizer que a receita do Município é superior à dívida, se não gastássemos um único euro, toda a receita que íamos ter ao longo do ano conseguiríamos pagar a dívida na totalidade. Agora comparando um bocadinho o que é que nós já fizemos em relação ao Relatório da Deloitte. No relatório da Deloitte tínhamos este gráfico onde estavam algumas das diferenças de resultados financeiros, tínhamos a questão das amortizações, dívidas não contabilizadas, estas são as faturas que já estavam dentro de casa mas ainda não estavam registadas, a insuficiências, provisões o passivo não registado, os acréscimos por liquidar, a PPM Mirandela XXI e o acréscimo para juros. Eu à frente não irei referir os acréscimos para remunerações e estamos a falar porque foi em 31 de outubro e estes valores são o subsídio de natal que estava em falta para estar até e foi pago durante o ano. A PPM Mirandela XXI nós neste momento ainda não consideramos como dívida apesar da documentação do anterior Presidente a assumir porque não encontramos realmente os projetos, nem requisições sobre estes projetos. Já informamos os proprietários desta sociedade, se quiserem terão de recorrer para Tribunal e que provem que realmente existem projetos e que há requisições sobre este serviço, porque nós não temos, nem os projetos nem as requisições. Olhando para as provisões que falou o relatório estavam 2.853.000,00€, em que as participadas é 1.433.000,00€ e dos processos judiciais 1.420.000,00€ em falta. Das participadas nós iremos trazer para esta Assembleia em setembro ou o mais tardar em dezembro, ainda este ano civil, toda a articulação das participadas. Estamos a falar das dívidas que realmente nós temos que assumir nas participadas como também o equilíbrio do Património dessas participadas. Aqui ainda não está o trabalho completo porque também vamos parar agora de receber as prestações de contas de todas as entidades para podermos regulamentar esta situação. Os processos judiciais o relatório que referia 1.420.000,00€, em que as provisões iniciais que tínhamos a 31 de outubro no Município era de 1.735.000,00€, estavam em falta 1.420.000,00€ deviam ter sido considerados 3.155.000,00€. Nós este ano e também pela indicação que vinha no Relatório da Auditoria, também pelas boas práticas que o ROC nos comunicou as provisões dos processos judiciais deveriam ser consideradas a 100%, onde temos baixa probabilidade de ganhar o processo. Deveríamos considerar 50% onde temos probabilidade média de vencer o processo e zero se tivermos alta probabilidade de ganhar o processo. Foram anulados os processos e foram revistos pelos juristas, como o Doutor *Fernando Peixinho* já referiu em reunião entre o ROC e os nossos juristas, e os juristas externos. E o Município registou este ano em provisões para riscos de processos judiciais 2.700.000,00€. A 31 de outubro era de 1.700.000,00€, temos mais um milhão em relação à Deloitte, era 3.155.000,00€ aqui o nosso jurista eu questionei porque é que há esta diferença? Diz que os processos estão em evolução em que por exemplo os processos da água houve negociação, já da dívida alguns assumimos outros não vamos perder à consideração do nosso jurista por isso não consideramos nenhum acordo. E há outros processos em que houve evolução e que dizem que o parecer será favorável para o Município.

Sobre as dívidas não registadas referiam 1.361.000,00€, da circularização 986.000,00€ e por faturar eram serviços que já estavam feitos mas não estavam faturados 375.000,00€. Grande parte desses valores era de quotas 195.000,00€, das Juntas 182.000,00€, da Santa Casa 140.000,00€ e depois alguns fornecedores que entretanto já entregaram as faturas e já foram pagas. Na prestação de contas que parece como dívida estão 377.000,00€ e aqui estamos a considerar as quotas, neste caso, a título de exemplo de 48.000,00€ do INATEL, 75.000,00€ do Museu do Douro, 24.000,00€ da Associação de Municípios, entre outros e também da Junta de Freguesia de Suções que já está considerada e até já temos o acordo que íamos começar agora a pagar até ao final do próximo ano este valor. Da Santa Casa não foi considerado, porque já estivemos reunidos com o Senhor Provedor e há aqui algumas situações com o processo até de juros que não foram considerados num empréstimo, é de um processo que está em Tribunal do Lar em São Pedro Velho e por isso, estamos agora a verificar estes valores e não foram registados, porque há dívidas que possam ser mais ou menos até estes valores em dívida à Santa Casa.

Sobre a dívida da água, também fomos falando ao longo do processo da Deloitte e de outras situações, este ano os utentes de água temos ali 450.000,00€ mas já está considerada uma cobrança, que foi ainda processada no fim do ano e aparece ali que são 259.000,00€, porque se tirarmos essa cobrança, porque ainda não tinha saído para as pessoas, tinha sido processada, mas ainda não estava emitida a fatura, teremos uma dívida dos consumidores de 190.000,00€ e depois ali nos 300.000,00€ são as dívidas atrás de 2013 ou 2014. Por isso no último ano 17 para 18 houve uma descida da dívida dos consumidores para com o Município de 39.500,00€.

Há aqui dois processos que nós não consideramos, um deles é o Património, já debatemos aqui que o Património tem que trabalhar e fazer aqui uma regularização. Também acreditamos trazer grande parte da regularização do Património e de amortizações à Assembleia de setembro ou de dezembro e das concessões ou outro tipo de situações que são debatidas várias vezes, a questão do Flor de Sal, posso-vos dizer que já está a pagar a renda mensal, estando agora em processo de negociação entre os nossos Juristas o acordo de pagamento da dívida anterior.

A mini-hídrica a Senhora Presidente já referiu que já houve reuniões e nós não sabemos apurar porque já solicitamos à EDP as faturas da produção, em que nos disseram que não nos podem fornecer esses valores, terá que ser o proprietário a dar-nos essas faturas, os nossos Juristas já reuniram com a empresa que gere a mini-hídrica para rever essa informação das faturas.

O edifício que estava no Entre-Pontes também já está a chegar a um acordo de pagamento, ele já retirou o edifício, agora está-se a chegar ao acerto sobre o valor. E o Ribeiros, também, já está com o processo jurídico a ser negociado.

Resumindo, a prestação de contas deste ano teve uma execução de 75%, um equilíbrio orçamental de 3.000.000,00€ que foi o melhor dos últimos anos.

O resultado líquido 2.241.000,00€, em que foi o terceiro melhor e a dívida foi o segundo melhor ano a nível da descida da dívida.

Se tiverem alguma dúvida estarei ao vosso dispor e com bons resultados, só espero de todas as bancadas o voto favorável.

Obrigado. Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Vereador. Obrigado pelo esforço, no entanto tenho que retirar as seguintes conclusões. Eu acho que a eficácia desta apresentação acaba por não ser aquela que nós esperaríamos, eu vejo pela vossa expressão Senhores Deputados que partilham da minha opinião... penso que se nos tivessem fornecido este documento e se sujeitassem às nossas questões que teria sido muito mais breve, estaria mais enquadrado naquilo que é o espírito da Assembleia, portanto, esta será e enquanto eu aqui estiver possivelmente, a última vez que vamos proceder desta forma. Embora como vos tinha dito foi um pedido formulado por nós no sentido de clarificarmos o tema, o que é sempre bom. A verdade é que não se consegue assimilar a olhar para um ecrã todas estas questões. Portanto, Senhor Vereador eu agradecia-lhe imenso que numa próxima exposição nos forneça o documento e em função das dúvidas nos explique a cada um de nós onde é que residem essas dúvidas. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Agora sim, vamos abrir o período das inscrições, já tinha aqui a inscrição da Deputada *Cristina Passas*. Não?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Dá-me licença?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado *Paulo Pinto*, nós vamos abrir a ordem das inscrições e falará o que entender no momento próprio.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Quero fazer uma interpelação à Mesa. Esta ata vai ter 90% de intervenção do Município, com todo o mérito, gostamos muito destas explicações e vai ter 10% de um número significativo de pessoas que está obrigado a um Regimento que são seis minutos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não entendamos assim as coisas.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado *Paulo Pinto*, no que diz respeito ao Relatório de Gestão de Contas, cada Deputado tem direito a 15 minutos exercido da seguinte forma: 10 + 5 em duas intervenções ou numa única de 15 minutos, para sua informação.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Secretário, sabe qual foi o tempo do Senhor Vereador?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** O tempo do Senhor Vereador não está expresso no Regimento, nem tem que estar.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas devia de estar, porque se numa Assembleia da República...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Desculpe lá Senhor Presidente, numa Assembleia da República o Governo tem x tempo, o Ministro tem x tempo e um Deputado tem x tempo. Para o próximo, para o próximo regulamento façam isso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado...



*[Handwritten initials and marks]*

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Isto é uma bagunça.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, não é bagunça nenhuma. Eu já assumi as minhas culpas quando solicitei este esclarecimento e que não seria aquilo que eu previa. Previa uma coisa mais ligeira, muito mais rápida. Agora não estamos a falar de tempo de discussão, estamos a falar de uma exposição que é diferente. Eu penso que não é preciso repetir-me, já clarifiquei qual é a posição futura da Mesa em relação a este tema, portanto vamos agora entrar no período de intervenções sobre o assunto e, de facto, nós estamos sempre a aprender com alguns erros e muitas vezes com alguma experiência. Este nem lhe vou chamar erro, foi uma experiência que, de facto, não se revelou... Senhor Deputado, estou a falar, por favor! Não se revelou como a Mesa esperava, no entanto, não deixa de ser clarificador. Agradecia, então, as vossas inscrições.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Se não se importa vamos por bancada.

Da parte do CDS? *Faustino Cunha.*

Da parte de PSD? *Otilia Lima, Paulo Pinto, António Figueiredo.* É tudo da parte do PSD?

Inscrições da parte do PS? *Agostinho Beça.*

Da parte da CDU, *Jorge Humberto.*

Vou repetir as inscrições para não falhar nada, por parte da bancada do CDS, *Faustino Cunha*, por parte da bancada do PSD, *Otilia Lima, Paulo Pinto e António Figueiredo*, por parte do PS, *Agostinho Beça* e por parte da CDU, *Jorge Humberto*. Certo? Vamos então dar início às respetivas intervenções.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Assim sendo, passo a palavra à Senhora Deputada *Otilia Lima*.

----- **A Senhora Deputada Municipal Otilia Lima (PSD) disse:** Mais uma vez Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara.

Não vou tecer nenhuns comentários técnicos, porque penso que...

Isto está desligado? Está bem, já está. Não precisa de por mais baixo. Não, não precisa. Eu projeto a voz. Ainda me querem fazer mais pequenina do que aquilo que eu sou. Não, mas isso para mim também não é problema, graças a Deus. Se assim fosse... Bem, não teço mais comentários que não vale a pena. Passemos à frente.

O meu comentário relativamente a este ponto não pretende ser nenhum comentário técnico, penso que ele já foi devidamente feito. Eu ressalvo, no entanto, um aspeto positivo desta grande explanação por parte do Executivo que foi o aspeto comparativo com todos os anos anteriores, ou seja, em alguns itens, em algumas contas, foram apresentados aspetos comparativos desde 2012, que foi aproximadamente a partir do momento em que o Executivo entrou em Saneamento Financeiro. Verificamos que a partir daí até 2018, a situação tem vindo a melhorar.

Penso que todos nós, o anterior Executivo e o atual, se deve regozijar com isto. Portanto, se calhar, foi um bocadinho fastidiosa para todos nós a explanação do Senhor Vereador *José Cunha*, mas se calhar foi muito proveitosa para podermos concluir que este aspeto comparativo num clima de transparência, penso eu que é assim que deve ser analisada a situação, foi muito positivo. Era isso que eu queria aqui deixar. Portanto, o nível de endividamento foi vindo a diminuir e não podemos muitas vezes fazer comentários de parte a parte, quer do atual Executivo, quer muitas vezes da Oposição, no sentido de dizer que “tudo foi negativo”, “o que os outros fizeram foi tudo negativo”, “tem muitas coisas negativas” e, portanto, penso que ficou bem patente nesta explanação que o aspeto comparativo de 2012 até 2018, justifica que não foi tudo negativo e, portanto, que o Executivo em termos financeiros estava a tentar recuperar uma boa posição.

Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Deputada *Otilia Lima*. Passo a chamar o Senhor Deputado *Jorge Humberto* para fazer a sua intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Obrigado. Senhores Secretários, Senhor Presidente.

Eu penso que a exposição que fez o Senhor Vereador dado aquilo que é as contas do Município não deve ser fastidiosa. Eu acho, é a nossa leitura, porque realmente sendo esta informação entregue em papel para os Deputados, obviamente é pena não termos aqui público a assistir, mas se calhar esta informação seria mais direcionada para o público vindo os Deputado ter essa documentação.

O que importa aqui dizer é que a nossa posição tem que ser consoante aquilo que foi a posição que tomou em relação à apresentação do Orçamento do Município. Na medida em que a Prestação de Contas mesmo que tecnicamente bem elaborado, isso não podemos por em causa, confirmam as opções políticas que este Executivo praticou e tem.

Ora bem, se na altura do Orçamento a CDU votou contra, obviamente que discordando daquilo que foram as opções tomadas, também é discordante da nossa parte a parte da sua concretização. Por isso, Senhor Presidente, o voto da CDU é contra.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faustino da Cunha (CDS-PP) disse:** Senhor Presidente, Excelentíssima Vereação.

Eu queria dizer que, em nome pessoal e estou aqui pelo CDS-PP, primeiro considero que a exposição feita pelo Senhor Vereador foi uma exposição correta, simples, não comprometida e que até estaria bem integrada no relatório do Executivo. Não nas contas, mas no relatório.

Depois, quanto à apreciação sobre as contas, quero dizer que li atentamente toda a documentação que foi presente, soube muitas coisas úteis que foram feitas, número de fotocópias, etc., mas não vi uma única linha de texto sobre a atividade da Câmara para reduzir o isolamento das populações mais necessitadas das nossas aldeias.

Está-se a rir, porque mora em Mirandela. Está bem, está bem. É isso, é isso. É o mal da gripe.

O CDS-PP manifesta a sua desilusão pela falta de interesse a que este tema tem sido objeto...

Quer continuar a tossir ou não?

Ainda que no momento da preparação das alterações por breve fechamento do metropolitano ligeiro de Mirandela, explora os transportes rodoviários, considero assim oportunidade para reequacionar toda a filosofia da mobilidade no concelho. Agora se está perante uma nova, digamos, configuração.

Porém, quanto às contas apresentadas, quero deixar as seguintes notas. Algumas já foram aqui referidas pelo Senhor Auditor e outra pela exposição do próprio Senhor Vereador.

Porque não há informação no quadro 13 - dívidas das entidades participadas, relativamente à AIN, ao Hospital Terra Quente e ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela? Entre outras.

Chega-se ao ponto de a páginas 45 se citar para o Hospital Terra Quente e a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua saldos de 2016. Isto é importante. No total da dívida ele não sai correto, porque ela não está atualizada.

Outra questão: no mapa de controlo da receita apresentam-se as receitas provenientes da venda de água com crescimento de 33,6% face ao ano de 2017 de receitas por cobrar. O Senhor Vereador *José Cunha* acabou de apresentar a alteração a esta rubrica. Devo dizer que em algumas coisas é importante que ela fosse, de facto, explicitada, na medida em que se já anteriormente se admitiu a esta sala que as dívidas de água eram elevadas e depois de um esforço que foi aqui exposto e até de considerar algumas provisões e anular algumas dívidas, não se compreendia que o saldo em dívida tivesse aumentado.

No momento, no mesmo mapa, a conta 07020 - parque de estacionamento, considero pouco relevante o acréscimo de 20.000,00€ numa rubrica que em 2017, ainda estava em implementação. Portanto, não sei se é a fiscalização se o que é, mas considero como Economista que o crescimento não está a obedecer ao expectável.

É através das transferências correntes para as Freguesias que a Câmara pode estender os seus tentáculos para beneficiar as populações. Então, porquê uma redução de 15% nas transferências planeadas para 2018 correntes e de capital, passando essas transferências para apenas de 400.000,00€ para 338.000,00€?

Tenho dito. Muito obrigado Senhor Presidente.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Faustino da Cunha*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Agostinho Beça* (PS) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados. Gostei imenso das explicações que o Senhor Vereador apresentou e sinto-me esclarecido. Tecnicamente também não domino esta questão do Plano Oficial de Contabilidade, da Administração Local e, portanto, também não me sito à vontade para me pronunciar muito nas questões técnicas. Mas há aspetos que merecem realce e desde logo felicitar o Executivo pelo cumprimento da promessa na questão do IRS. Eu, este ano, já fiz a simulação do meu IRS e tive oportunidade de verificar efetivamente, o benefício Municipal, coisa que já não via há muito tempo, e penso que, também, todos os mirandelenses deverão estar satisfeitos, porque este ano também voltarão a ver o benefício no IMI. De resto a verificação, assim, também de forma, algo, simplista da redução da dívida é também em meu entender, motivo de regozijo e por essas razões apelo ao voto favorável na prestação de contas, que a seguir todos teremos que nos pronunciar sobre isso. Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*. Passo agora, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:** Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados. É de louvar esta iniciativa, da apresentação do relatório em suporte digital *powerpoint*, acho inclusive que futuramente deve acompanhar o documento a que dizem respeito, por forma a esclarecer melhor os membros desta Assembleia. E mais não dissemos, porque temos a ideia que o princípio foi bom, e foi apresentado com generosidade aos presentes. Mas o documento apresentado é um documento técnico, é um documento contabilístico, pelo que importa fazer uma análise política, que retrata uma realidade bem diferente, sobre exercício autárquico de 2018, deste executivo. Eu vou tentar apresentar a análise do PSD, sobre o relatório em análise, até porque a minha intervenção já sofreu algumas alterações no decorrer desta Assembleia.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente, o atual executivo no ano de 2018, poupou 2.331.000,00€. Só ao abrigo do plano de saneamento financeiro (PSF), poupou cerca 1,6 milhões de euros, quer em amortizações e juros. Cobrou-se de mais impostos diretos e taxas, teve mais transferências do Estado e subsídios, teve mais proveitos e ganhos, pelo que importa fazer a primeira pergunta: Senhora Presidente, porque não baixa na totalidade para montantes mínimos, as taxas de IMI e de IRS, como prometeu na campanha eleitoral, quando o balanço financeiro assim o permite?

No final do exercício, obtive uma taxa de execução de 75%. Para conseguir este resultado, reduzi ao orçamento inicial, um valor significativo, na ordem dos 5 a 6 milhões de euros, porque senão, a taxa real de execução seria aproximadamente de 67%, valor relativamente baixo. Senhora Presidente, segunda fase de perguntas, que gostaríamos de obter resposta: Tem a noção que 2.331.000,00€, a diminuição de gastos despesas correntes, na ordem dos 200 mil euros, o baixo número de despesas de capital de investimento, é dinheiro a mais, ou melhor, é dinheiro a menos a circular na economia local? É que este abaixamento significativo de despesas por parte da Câmara Municipal, privou de receitas o comércio local, que tanto precisa das mesmas. O número de lojas do comércio tradicional que vemos encerram todos os dias, julgo que deve ter esse *know how* actualizado, não estará dependente ou a sofrer, desta falta de despesa que o executivo deixou de contrair.

Mas este relatório comprova outros indicadores, que o Município de Mirandela, não tem dívida oculta nem 3, nem 4, nem 5 milhões de euros. Só por isto, conforme comprova o relatório na Câmara Municipal, as contas estão dentro da normalidade. Mas também não tem Tribunal de Contas instalado coercivamente ou outra entidade policial. O PSD votaria a favor deste orçamento, porque de facto, aquilo que verdadeiramente acontece em Mirandela de significativo, são as obras e os projetos

*[Handwritten initials and marks]*

encetados pelo anterior Executivo do PSD, e que verdadeiramente marcam e tocam o desenvolvimento do Concelho, pois promovem o enriquecimento e o bem-estar das populações e dos Mirandelenses. Mas projetos e incentivos desta grandeza, Senhora Presidente, seria difícil de implementar no seu primeiro ano de mandato, porque fazê-los não estava obrigada a isso. Mas porque então votaremos pela abstenção e até poderíamos votar contra? Só pode ser pelo *modus operandi* da Senhora Presidente. O *modus operandi* político que desde o primeiro dia tentou resabiadamente fazer contas com o passado e aniquilar o PSD para o futuro, dizendo à opinião pública cobras e lagartos dos Executivos PSD anteriores, mas que depois e fruto de um resultado de uma auditoria, silenciou-se e tentou silenciar os outros da forma mais original e nunca antes visto. Senão vejamos, sobre a greve dos funcionários em prestação de serviço na empresa Resíduos Nordeste, teve a lata, permitam-me a expressão Senhora Presidente, de cobrar taxas na fatura da água, aos Municípios, que depois não entregou à mesma empresa. Se assim aconteceu, foi uma cobrança indevida, mais a parece um imposto, que só o Governo tem legitimidade para o fazer. A novela do Continente, Senhora Presidente, que na campanha eleitoral disse declaradamente aos Mirandelenses – “Comigo, o Hipermercado Continente em Mirandela, não” e como a sua instalação é uma realidade, ficará para a história do comércio local, que a senhor Presidente é responsável a 100% pela vinda do Continente para Mirandela, porque entre a sua tomada de posse e o início das obras demorou cerca de um ano e meio mais, tempo indicativo de que o processo de licenciamento desta obra decorreu no âmbito da sua responsabilidade. Pois é Senhora Presidente, ser candidata é bem diferente de ser Presidente de Câmara, pelo que lhe colocamos, a 3ª fase de perguntas: É a favor do Continente ou é contra a instalação do Continente em Mirandela? Se de facto mentiu aos Mirandelenses, se mentiu vai pedir desculpas?

Depois chegou mais um conjunto de decisões incompreendidas, como a anunciada Auditoria Deloitte, onde a “montanha pariu um rato”, como se pode comprová-lo neste Relatório de Contas, que hoje aqui analisamos, pois não evidencia os montantes de dívida oculta que foram anunciados; depois a denúncia de Protocolos, como o serviço de refeições da Santa Casa da Misericórdia sem razão aparente e sem queixas; a denúncia do Protocolo do Aeroclube de Mirandela, que nem tão pouco renovou o contrato do único trabalhador existente e pouco se sabe sobre isto; e em relação ao Protocolo da ACIM, que falaremos mais à frente, como a Feira da Alheira que não teve televisão, como se este setor produtivo do concelho de Mirandela, sobreviva a amadorismos.

A retirada de 10% de subsídios aos Clubes e Associações de Mirandela, não por falta de dinheiro, conforme comprovado, mas porque não considera importante o trabalho de voluntariado dos dirigentes dos vários Clubes que gastam o tempo a acompanhar jovens, que procuram viver a melhor infância em Mirandela, mas porque a Senhora Presidente no seu currículo vazio, não tem qualquer serviço ao nível destas coletividades pelo que não sabe o que é levar bem longe o nome de Mirandela e da forma condigna, onde aproveitou também para cortar verbas à Confraria da Nossa Senhora do Amparo onde se incluem as Festas da Cidade e assina, a Senhora Presidente em simultâneo um Protocolo com Fundação de Serralves, num montante de 100.000,00€ de contrapartidas duvidosas, comparadas com o que oferece o Movimento Associativo de Mirandela. E depois Senhora Presidente, não paga, nunca pagou, os contratos dos CTT e o Pavilhão do Ginásio Clube de Mirandela na qual terá as suas razões, mas que até à data ainda não explicou nada a esta Assembleia, pelo urge colocar uma quarta fase perguntas: - é a favor ou não da permanência dos CTT em Mirandela? Ou prefere depois na CIM de Trás-os-Montes apresentar ou ser também signatária de providências cautelares pelo não encerramento de Postos de CTT noutros concelhos? E, também, Senhora Presidente, o Protocolo da ACIM, com o pedido de nulidade, quando bem podia ter sido retificado, sem o sobressalto que aconteceu, na qual não acedeu a um pedido de entrega de um parecer jurídico, que era fundamental no apoio à sustentação das nossas votações. Esta recusa, Senhora Presidente, em dia de 25 de abril era o seu contrário, estou a falar do parecer que teve consigo e não o apresentou a esta Assembleia. Em dia de 25 de abril, em dia de 25 de abril... ó Senhor Presidente, acho que a Senhora Presidente se sabe defender convenientemente, não precisa da bancada da CDU... em dia de 25 de abril qualquer um Senhor Deputado, está a tentar destabilizar como já o fez noutras Assembleias, mas não consegue, não consegue. Esta recusa, Senhor Presidente Assembleia, ainda hoje a minha bancada não entende, tal ato de prepotência, tal ato de omissão horrível, tanto mais que, produziu com o Protocolo que hoje nos é apresentado, não abona nada a favor da democracia e, na qual, fere o respeito como devemos estar nos Órgãos para os quais fomos eleitos.

Senhor Presidente Assembleia, depois deste ambiente político da pior espécie criado pela Dr.ª *Júlia Rodrigues* que não há memória em Mirandela, só para lá do período revolucionário antes e após o 25 de Abril, a bancada do PSD acusa ainda esta Presidente de Câmara... ó Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Deputado da CDU está constantemente a importunar-me...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Nem sequer falou.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não foi ele, mas de qualquer modo há algumas interferências que eu peço encarecidamente para terminarem.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** A bancada do PSD...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Mas deixe-me informá-lo também Deputado *Paulo Pinto* e aproveitando este intervalo. Nós estamos a discutir, como sabe, a Prestação de Contas de 2018, se calhar parte dos assuntos que está a debater seriam mais propícios para “Outros Assuntos de Interesse do Município”, para o fim do dia. Porque estamos a fugir, sem dúvida, àquilo que estamos a discutir em concreto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Esta é a apreciação política...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** De qualquer maneira...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** É a Prestação de Contas...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pode continuar.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** É a Prestação de Contas...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É apenas uma observação...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Esta é a apreciação política...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não lhe estou a tirar a palavra nesse sentido, é só um alerta...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Admito que futuramente possa trocar esta minha intervenção, para outro ponto.

A bancada do PSD acusa, ainda, a gestão da Dr.<sup>a</sup> *Júlia Rodrigues*, de despesista porque constituiu uma nova organização orgânica nesta Câmara e um Gabinete de Apoio à Presidência, que custa mais de 50.000,00, que a do anterior Executivo. E para quem apregou outro caminho não se viu muito preocupado com esta questão.

Contratou um novo ROC, Doutor *Fernando Peixinho*, por 35.000,00€, quando tinha uma empresa que prestava o mesmo serviço, por cerca de, salvo erro, 14.000,00€, mais, contratou um Arquiteto e mais um Advogado, quando a Câmara Municipal é altamente servida por excelentes Técnicos. Senhora Presidente, aqui acuso-a de clientelismo político e de se servir da Câmara Municipal, para pagar apoios políticos, porque quer o Arquiteto, o ROC e o Advogado têm fortes ligações ao PS. Como uma pequena espécie de compadrio e conluio, não estou a acusar, não porque não tem a ver com as pessoas em causa, mas no seu Gabinete de Comunicação e Imagem, como o contrato foi realizado; como o financiamento ou a atribuição de subsídios à ESPROARTE, quando verificamos que um Vereador vota um subsídio a favor de uma Instituição, quando tem um familiar direto a beneficiar dele.

Senhor Presidente da Assembleia, a questão da Auditoria... Senhor Presidente da Assembleia, isto foram verdadeiramente os temas que marcaram os nossos trabalhos nesta Assembleia e todas as semanas, por tudo isto e porque nos sentimos agredidos em todas elas e, em particular, na Auditoria com o resultado que ela produziu e com obrigatoriedade da assinatura de um termo de confidencialidade, aqui o PSD, acusa a Senhora Presidente da Câmara de indigência política pura e simples. Indigência política quer dizer que foi miserável politicamente para com o PSD, porque não respeitou princípios básicos da política, como a respeitabilidade e a sã convivência entre Membros de Bancada e partidos, porque se sofre de alguma coisa ou a falta dela só pode ser porque ao dia de hoje eu ainda não tive uma palavra de apreço ou de desculpas para com os visados, que também ficava bem em política, porque em política não vale tudo, e para a Senhora Presidente valeu mesmo tudo. Esta questão da Auditoria, esperamos que termine hoje, pois teve tanto de fantasia como de penúria por parte dos seus ideólogos. Senhor Presidente da Assembleia, o PSD acusa de indigência política a Senhora Presidente, é duro não é? Esta acusação, só foi concluída no final do mandato, porque ao longo deste ano, a Senhora Presidente acusou-nos de delinquência política, todos os Executivos do PSD, sabe porquê? Porque a delinquência política que tentou colocar aos anteriores Executivos do PSD, afinal virou-se contra ela, tendo em conta o resultado da Auditoria e assinatura do termo de confidencialidade que nos obrigou a assinar. Há outro caminho, tantos ramos de uma árvore, mas este caminho percorrido no primeiro ano de mandato, só teve pomposidade no dia da tomada de posse, onde foram reiterados os princípios programáticos da nova política em encetar, porque no dia seguinte foi só denunciar violência política e acirrar ânimos, pelo que nos interrogamos sobre este ambiente político vivo, será perene, Senhor Presidente da Assembleia? A nova realpolitik criada pela Dr.<sup>a</sup> *Júlia Rodrigues*, foi confundir intervenção cívica com cinismo político, porque, de facto, houve perversão e cinismo assinalável o quanto baste! Por fim, andou constantemente a distrair-se com questões menores descurando tratar com afinco os problemas do desenvolvimento do Concelho. Senhor Presidente da Assembleia, um Presidente da Câmara não pode ser frívolo, isto é, inútil, nem leviano no estudo dos problemas do desenvolvimento do Concelho e superficial nos resultados. Senhora Presidente, às vezes suspeito que, em política a dúvida é mais admirável que a fúria.

A bancada do PSD, vai-se abster nesta votação, mas manifesta interesse, no repto que o Senhor Presidente da República lançou no final de um ano civil, que Portugal necessariamente teria que se reinventar, e que o Nordeste também, e sobre o repto que Senhor Presidente da Assembleia lançou no final da 2.<sup>a</sup> Assembleia Extraordinária para que verdadeiramente de uma vez por todas tratássemos do desenvolvimento deste Concelho.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Para concluirmos as intervenções das inscrições passo a palavra ao Senhor Deputado... Senhor Deputado! Passo a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não! Vou falar das contas de um papel que vem nas contas, olha! Está aqui para toda a gente ver e diz assim aqui: “O pedido não é incompatível com o desempenhar das suas funções, pode ser autorizado o pedido, o pedido tem enquadramento legal. *José Cunha*” Não sabe? O Senhor Cunha não sabe! Não sabe o que é? Quais são os Arquitetos que não podem exercer funções fora da Câmara Municipal de Mirandela? Eu se quiser Senhor *José Cunha*, dou-lhe a mão, vai comigo e eu levo-o aos gabinetes deles. Por exemplo este Senhor. Não tem cá o nome, pode ver. Não tem o nome dele. Se quiser pode ir comigo lá ao gabinete dele. Não tenho nada que dizer nomes. Isso queria você, era? Não. Queria você?

Não quero defender nada... Dê cá isso...

Tem aqui e está escrito por baixo: “Informação. Parecer enviado por correio eletrónico para o Chefe de Divisão Administrativa”. E depois tem cá outra pessoa: *Elisabete Silva* e tem outra pessoa ainda. Um documento passa por três mãos. *António Ricardo Pires* que não sei quem é. Por isso, eu pedia à Mesa e entrego um requerimento em relação ao Art.º 36.º a pedir a sua Excelência, o Senhor Presidente da Mesa, que pedisse à Excelentíssima Senhora Presidente uma listagem das horas extraordinárias pagas pela Câmara Municipal a funcionários e, se for possível, em relação ao código do RGPD a quem, nome, de há cinco anos atrás. O Deputado Municipal.

É isto que só tenho a dizer.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem. Todas as intervenções estão concluídas. Quer fazer alguma interpelação à Mesa, Senhor Deputado *Agostinho Beça*?

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Muito breve. Lamento profundamente...  
Senhor Presidente, Senhores Deputados, só mesmo para manifestar um lamento pela forma ainda tão ressabiada como a bancada da Oposição se dirige à Senhora Presidente e a apelida de mil e uma coisas.  
Já é tempo de fazer Oposição de outra forma. Chega!  
E mais! Se me é permitido, com o máximo respeito, não é assim que cativam o eleitorado.  
Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente dá-me licença?  
Nós estamos a avaliar o Plano de Atividades e a Prestação de Contas de 2018. Foi este o ambiente que vivemos politicamente. O Deputado sabe tão bem quanto eu que tivemos aqui sessões fortes, muito intensas que se traduziram até em duas Assembleias Extraordinárias. Não se preocupe com o nosso eleitorado, porque nós só precisamos que os verdadeiros PSD's votem em nós.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado.  
Só um instante...  
O debate político é isto e, de facto, se calhar é a função das Oposições.  
De qualquer modo, deixai-me retificar. Estamos a debater um tema e a fugir um pouco a ele que é, exatamente, o ponto 4.3 - Prestação de Contas.  
Eu agradecia que incidíssemos sobre os pontos que estão em discussão. Como eu digo, se queremos dar aso às nossas críticas, que são do interesse do Município, aproveitamos no final do dia no ponto "Outros assuntos de interesse para o Município".  
O que aqui se passou, como já referi, foi uma exposição que foi um pouco longa. Concordo com o que disse o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, foi uma boa exposição, mas pecava por não termos um documento e não se consegue assimilar. Contudo, não deixa de ser uma boa exposição.  
Não clarifica tanto, porque não conseguimos fazer comparações, é verdade. Vamos corrigir isso no futuro e com certeza que as coisas vão melhorar.  
Em relação ao documento que o Senhor Deputado *António Figueiredo* me entregou, já não é a primeira vez. Vou, mais uma vez, endereçá-lo ao Executivo. Não é um assunto nosso, embora uma reclamação através da Mesa está na Lei. É assim que deve proceder. Não sei se o Executivo terá a capacidade de referir o número de horas extraordinárias pagas nos últimos cinco anos, nem entendo, mas isso já é uma questão que me ultrapassa, para que é que o Senhor Deputado *António Figueiredo* quer isto.  
Vamos prosseguir com calma. Peço-vos calma essencialmente, porque a hora também se começa a alongar, contrariamente àquilo que tínhamos previsto.  
Então, vou dar a palavra ao Senhor Deputado *Carlos Clemente*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Clemente (PS) disse:** É uma coisa rápida. Boa tarde Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras.  
É uma coisa rápida. Não sei se me estou a fazer ouvir...  
Ainda em relação ao Orçamento, como é óbvio, lembro-me em 2017, quando foi a aprovação deste Orçamento, de alguma forma as rubricas se mantiveram um bocadinho parecidas com o Orçamento de 2017 e, de alguma forma, aquilo que este Executivo fez foi uma correção de cinco mil milhões ou cinco milhões, se não me falha agora a memória.  
No fundo, a execução correu bem de acordo com aquilo que ouvimos aqui, quer a execução orçamental à volta dos 75%, seria ótimo se fosse por volta do 85%.  
O equilíbrio orçamental também está muito bem apresentado.  
O resultado ilíquido subiu e a dívida desceu.  
Isto foi há pouco anunciado pelo Senhor Vereador, mas, entretanto, ouvindo a intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto* e que, de facto, insiste novamente na auditoria da Deloitte. Já ouvimos alguém naquele púlpito dizer que não foi uma auditoria e até nos rimos. Já no ano passado também ouvimos dizer isso. Não é uma auditoria financeira, mas é uma auditoria de procedimentos, mas é um manual de procedimentos e eu, como Deputado aqui deste lado e até como cidadão, penso que já todos nós ganhamos com isso, porque de outra forma não seria possível que dívidas que estavam, de facto, encobertas - dívidas da mini-hídrica, dívidas das águas, dívidas de alguns restaurantes - não eram aqui discutidas e não estariam a ser recuperadas como de alguma forma, se calhar negocial, estão a ser feitas desta forma. Portanto, penso que seja 25, ou seja 30, ou seja 40 milhões de euros ou mil euros, tenha sido pago a essa auditoria independente externa, penso que o dinheiro foi muito bem empregue, porque de outra forma não estaríamos aqui de forma autoritária, no bom sentido, a exercer o direito que a Câmara já há muito anos devia ter exercido e não foi.  
Neste momento, se calhar as coisas estão muito mais claras e todos nós devemos prestar, digamos, alguma homenagem àquilo que efetivamente foi feito. Portanto, a auditoria foi feita, está encerrada, chamem o manual de procedimentos e a Câmara neste ano tem a obrigação de executar aquilo que foram as medidas de melhoria do seu controlo interno e de toda a gestão que tem de ser feita, coisa que no passado, infelizmente, não aconteceu.  
Tenho dito. Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Deixe-me dizer-lhe que me revejo inteiramente nessa sua intervenção.

Findas que estão as intervenções de todos os Senhores Deputados Municipais, estão, neste momento, um universo de 47 Deputados Municipais na sala. Vamos proceder...  
Peço desculpa, esqueci-me que a Senhora Presidente ainda não respondeu às intervenções.  
Passo a palavra à Senhora Presidente, então.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Vou passar primeiro a palavra ao Senhor Vereador *José Cunha* e depois farei uma intervenção final em relação a estas questões.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** A minha vinda aqui não é para responder às questões sobre a Prestação de Contas que já fiz, é mais para defesa da honra.  
Diga? Não posso defender minha honra?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Vereador, por favor.  
A Senhora Presidente delegou no Senhor Vereador *José Cunha* esta intervenção, não foi no Vereador *Rui Magalhães*, portanto, se faz favor...

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Mas mesmo que não tivesse dado a palavra eu pedia defesa da honra.  
O Senhor Deputado, dois Deputados, levantaram aqui o meu bom nome, então, vou passar a responder. O Senhor Deputado *António Figueiredo*, eu não sou *expert* em português, mas o Senhor se calhar terá que aprender um bocadinho, porque o que está nesse requerimento e estão em todos que vai verificar na Prestação de Contas, o que está quando eu recebi este requerimento dos Recursos Humanos, eu digo assim: o pedido não é incompatível com o desempenhar das suas funções? É uma pergunta, pode ser autorizado o pedido? Outra pergunta. O pedido tem enquadramento legal? Outra pergunta. E foi para o Gabinete de Recursos Humanos para dar enquadramento legal. Eu não tenho que dominar a lei para saber se há enquadramento legal nas funções ou não...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** De quem é a...

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Agora estou a falar o Senhor ouve-me e fala a seguir, se quiser. Agora, chega-me isto, eu tenho que pedir aos serviços esclarecimentos, eu não tenho que dominar. O Senhor estava a afirmar que eu tinha dado acumulação de funções. As pessoas respondem, e foram para os respetivos chefes dessas pessoas, para dar o seu parecer, sim ou não. Agora veio aqui levantar a questão que eu tinha dado, não dei, mas o Senhor se sabe de pessoas que trabalham fora da Câmara pode-as denunciar para mim não há problema nenhum.  
Outra questão foi levantada pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, sobre um subsídio, um adiantamento que foi dado à Escola ESPROARTE, para poder suportar os salários dos Trabalhadores que não tinham dinheiro a nível financeiro, a sua entidade, para pagar os salários e o Senhor está a dizer que foi ilegal.  
Então quem é que disse?

Não disse que eu votei um subsídio, um adiantamento, nem foi subsídio. Foi um adiantamento, que esse dinheiro retornou à Câmara, e mais a minha esposa, sim Senhora é trabalhadora da ESPROARTE, do que me orgulho muito dela, e posso-lhe dizer que eu não faço parte dos Órgãos da ESPROARTE, desde a primeira hora pedi escusa por a minha esposa trabalhar aí e o que eu posso dizer é, quando foi votado eu pensei, não estou a beneficiar a minha esposa é uma comunidade, onde ela está incluída, que não tinha dinheiro para receber os seus salários em que o dinheiro foi devolvido, por isso, não há nenhum impedimento. Quero então saber a sua opinião sobre o caso do Senhor Vereador *Manuel Rodrigues* e do *Nelson*, qual é, e acredito na boa-fé dos dois, que quando votaram a orgânica em que eles estavam incluídos, não foi por má-fé, nem foi para benefício, nem foi para prejudicar a si. Acredito que votaram os dois de boa-fé nessa votação, como eu também estava em boa-fé na votação. Porque senão daqui a pouco, vamos imaginar eu ao decidir ou a Senhora Presidente a descida do IMI, eu por acaso não tenho nenhuma propriedade em meu nome, mas os meus pais têm, estou a beneficiar os meus pais, porque vão pagar menos IMI, ou o IRS, que eu faço os descontos em Mirandela, estou-me a mim próprio porque eu faço o meu IRS em Mirandela. Agora, se o Senhor acha que eu tive incumprimento e que não cumpro, esteja à vontade para pedir a minha exoneração, mas pode estar descansado, porque não vou sair, porque com essas insinuações é quando dá mais vontade de ficar e trabalhar, ao contrário do que os Senhores pensam.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Vereador muito obrigado. Deixai-me lembrar o seguinte: o papel do Executivo nesta Assembleia é, essencialmente, responder às questões que lhe são formuladas, portanto esse debate entre as partes não se ajusta nada àquilo que é o Regimento e que é lei para uma Assembleia, portanto peço-vos que terminem, não vamos continuar.  
Eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, mas não vamos prolongar este tipo de diálogo que não tem sentido nenhum nem se enquadra no espírito de uma Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** O espírito da Assembleia é a mesma retórica, às vezes serve, outras vezes não serve Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Quando muito entre os Deputados da Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas é assim que se faz e é assim que se vem fazendo.  
Em relação àquilo que o Senhor Vereador Cunha disse, aquilo vem de três entidades da Câmara que eu não sei quais são. É evidente que ele tem lá um ponto de interrogação, mas é a Câmara o Órgão. É o Órgão, a Câmara. O responsável não é mais

*[Handwritten initials and marks]*

ninguém. O responsável não é mais ninguém, é a Câmara. Isto para todos os efeitos é a Câmara que é a responsável. Ó Senhor Vereador, não há mais ninguém aqui. A responsabilidade é sua. Ponha lá a interrogação ponha lá o que quiser. Agora em relação àquilo que disse o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é uma incompatibilidade. O Senhor vá ver o artigo 4.º dos eleitos locais do PDL. O Senhor não pode votar até segundo grau. A sua esposa estava lá, eu disse-lhe isso várias vezes. Não vote, faça escusa, e o Senhor votou. O que é que o Senhor quer agora? Votou pois. E eu disse-lhe assim, porque é que votaste?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Senhor Deputado, esse diálogo direto com o Executivo não se enquadra aqui...

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Essa situação é dúbia, é dúbia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Senhor Deputado. Terminamos e espero que nem tenha resposta porque esse tipo de diálogo diretamente com o Executivo, não se enquadra na Assembleia. Assim sendo, vou dar a palavra à Senhora Presidente, para responder às questões que foram formuladas.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Dá-me licença?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Faça favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Senhor Presidente. Relativamente a esta questão da Prestação de Contas, há duas situações que eu quero partilhar convosco. A primeira dizer-vos que propusemos à Mesa da Assembleia Municipal a vinda do Doutor *Fernando Peixinho*, Revisor Oficial de Contas, desta Câmara Municipal para esclarecer todas as questões que eram colocadas no âmbito da sua atividade como Revisor Oficial de Contas. A segunda foi uma apresentação da Prestação de contas que resumia em tempo útil todo o documento da Prestação de Contas, porque tudo o que aqui foi dito, está incluído no documento da Prestação de Contas. Acredito que uma apresentação como já foi feito noutros tempos também noutros Executivos, facilitaria a compreensão em relação a este próprio documento e, de facto, sim tivemos bons resultados, a execução orçamental de 75%, o equilíbrio orçamental 3.000.000,00€, os resultados da redução da dívida 2,3 milhões de euros, e sim, foi um bom resultado, isto deveria trazer a todas as bancadas uma satisfação pelos bons resultados alcançados em 2018. Os termos comparativos em que foi feito nos anos anteriores é somente para demonstrar aquilo em que conseguimos evoluir, de facto, positivamente, e, por isso, dizer-vos que a diminuição do IMI e do IRS traz mais dinheiro à economia e ninguém quer aniquilar o passado, não é possível aniquilar o passado. O passado é refletido no presente se assim não fosse não estaríamos nós hoje em plano de saneamento financeiro porque havia uns bons resultados nas contas da Câmara Municipal de Mirandela desde 2013. Silenciar ou tentar silenciar os outros nunca, nunca, nunca. Aliás aquilo que tem sido visto até nesta própria Assembleia são acusações diretas, a mim enquanto Presidente da Câmara, não a mim enquanto pessoa, porque eu não levo estas acusações como, eu sou de tudo e mais alguma coisa, é escusado estar a repetir a nível pessoal. São acusações políticas da minha atividade enquanto Presidente da Câmara e não enquanto eu *Júlia Rodrigues* pessoa Mirandelense de coração. Depois dizer-vos o que é que falta mais para ver a Prestação de Contas? Houve transparência, houve a demonstração de resultados. Foi feito um esforço da parte do Executivo para que todos ficassem informados daquilo que aconteceu incluindo os Senhores Presidentes de Junta, bancadas parlamentares e também a discussão na própria Reunião de Câmara para que foi feita. Foi de facto, uma discussão saudável e salutar que é assim que tem que ser. Debate político há e ainda bem.

Depois dar os parabéns, não costumo ser elogiosa publicamente, mas dar os parabéns ao Executivo que tem feito um trabalho bastante bom e também aos próprios colaboradores e dizer-vos que todos os contratos que foram denunciados, foram denunciados com ponderação e com responsabilidade de quem assumiu funções e de quem quer ter tudo aquilo que devemos ter em política que é seriedade, humildade e capacidade de fazer diferente daquilo que foi feito até agora de uma forma que venha a beneficiar o concelho de Mirandela e os Mirandelenses. Falou-se aqui em várias situações, falou-se no Continente, falou-se na denúncia de um único funcionário, que nunca foi funcionário da Câmara Municipal de Mirandela. O Senhor que estava no Aeródromo Municipal, nunca foi funcionário, tinha um contrato de avença que terminou e que não foi prolongado. Falta dinheiro às Associações? As Associações todas elas vivem, como todos sabem, com apoios que são dados pela Câmara Municipal de uma forma transparente e também não é possível ter sempre tudo aquilo que queremos, reduzir dívidas e manter os custos. Diminuir a despesa, mas manter os apoios, depois dizer-vos que em relação ao Pavilhão dos CTT, está tudo, tudo, numa ata da Câmara Municipal eu posso fazer chegar a ata, através do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais e é melhor nem falar porque é um caso complicadíssimo que temos em mãos. Em relação ao ambiente político. O ambiente político quem o faz é quem está em funções e quem está na oposição. Eu já estive na oposição e sei que o ambiente político que tentava fazer era um ambiente político positivo e pela positiva. Também depende muito do respeito que nós damos aos outros. Aquele que nós reavemos. Acusaram-me de ser despesista, as contas não é assim que o dizem. Depois dizer-vos que relativamente ao respeito que eu tenho pela atividade política que os outros exercem, em particular pela oposição é tão exigente no poder como é tão exigente estar na oposição, e, por isso, não há qualquer cinismo político da nossa parte. Existe transparência, existe diálogo e até posso dizer-vos que existe com sinceridade, existe um caminho que nós temos feito à custa de muito trabalho, pessoal, político e profissional de todos nós.

As vezes até me questiono como é que seria possível ganhar a Câmara Municipal, como é que foi possível ganhar a Câmara Municipal, o Partido Socialista. Pois bem, houve pessoas que votaram em nós, houve pessoas que acreditaram no nosso projeto e essa é a nossa função. É continuar a trabalhar, para que a Câmara Municipal de Mirandela tenha este Outro Caminho, e está a ser percorrido, com dificuldades, com barreiras, com uma oposição muitas vezes acusatória e com injustamente ferida de algum mau estar, incompreensível porque temos que dar valor àquilo que somos na vida e não podemos atacar os outros para nos defendermos. Isso é próprio dos animais, como sabem, sou Veterinária.

Depois, dizer-vos que, e para concluir, este debate político é verdadeiramente salutar, podem contar com o Executivo para prestar contas, para tirar todas as dúvidas relativamente a estas questões e podem também contar com pessoas humildes, mas capazes de fazer melhor pelo Concelho, por Mirandela e pelos Mirandelenses.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Presidente, vamos, então, agora sim passar à votação. Dizia eu há pouco que estávamos um núcleo de 47 Deputados Municipais na sala.

E eu pergunto, então, votos contra? Um.

Abstenções? Vinte.

Portanto, neste caso a Prestação de Contas foi aprovada por maioria, com 26 votos a favor.

Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Eu queria fazer declaração de voto porque, estive na expectativa que alguém e modéstia à parte, estive na expectativa que alguém viesse falar do mundo rural, ninguém veio falar durante a discussão das contas e eu não fico de bem com a minha consciência, se o não fizer. E não venho falar da minha Freguesia, venho falar do meio rural. Não percebo nada de contas, percebo alguma coisa de portugueses, também tenho essa obrigação não é? Não percebo nada de contas, mas pelos dados que me foram apresentados, de facto, há uma melhoria das contas e do défice da Câmara. Mas mais uma vez, é constatável, acho eu, senão digam-me o contrário, mais uma vez o mundo rural o ano passado baixou e de que maneira nas dotações. Este ano, vamos ver, mas há uma coisa que também e no final do ano ou no próximo ano, estarei cá para comprovar se, de facto, não estou dependente de ninguém na minha votação, houve aqui uma coincidência de votar de acordo com a bancada do PSD e no próximo ano cá estaremos para ver qual será a minha votação. Mas há uma coisa que eu já estou a constatar nós temos a assinatura de um Protocolo que está a ser cumprido. Está a ser cumprido em parte, porque nesse Protocolo há dotações mensais de dinheiro mas também foi bem claro e bem esclarecido que as obras estruturais, ficariam a cargo da Câmara, não sei se já está a ser feita alguma obra estrutural nalguma Freguesia, na minha não está. E portanto, se no próximo ano não tiver sido feita qualquer obra.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, isso não se enquadra numa declaração de voto. Eu penso que se absteve, certo?

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Sim, absteve-me.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Aí sim? Muito bem...

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos a favor, 20 abstenções e 1 voto contra aprovar a Prestação de Contas 2018.**

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pinto (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

#### **“Declaração de Voto**

Absteve-me, exatamente, porque mais uma vez o mundo rural foi preterido em relação à sede do Concelho.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Vamos então avançar para o ponto 4.4 - Inventário 2018.

#### **4.4 - Inventário 2018.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Há inscrições sobre este ponto?

Há inscrições para este ponto?

Este é um ponto apenas para apreciação.

Se não há comentários passamos de imediato ao ponto seguinte.

----- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Ponto 4.5 - Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental 2019.

#### **4.5 - Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental 2019.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de abril de 2019 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

**1 – Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental de 2019, elaborada para inclusão do Saldo apurado na Gerência de 2018 e da rubrica de Reposições não Abatidas nos Pagamentos, com reajustes no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais;**

**2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**



----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Penso que analisaram os documentos e em face disso quem é que se propõe para fazer comentários sobre este ponto?

Não há inscrições?

Então vamos proceder à votação.

Quem vota contra? Um.

Quem se abstém?

Este ponto é aprovado por maioria, com 46 votos a favor e um voto contra.

----- **Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:**

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor e 1 voto contra aprovar a 1.ª Revisão Orçamental 2019.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Passamos, então, para o ponto 4.6 - Proposta de Minuta de Contrato Programa a celebrar com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

#### **4.6 - Proposta de Minuta de Contrato Programa a celebrar com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de abril de 2019 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

**1 - Aprovar a minuta do Contrato Programa com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, nos termos da minuta que se anexa à presente proposta, conferindo os respetivos poderes à Senhora Presidente para posterior outorga, determinando-se a atribuição de uma contrapartida financeira pelo cumprimento do contrato, no montante de 160.920,00€ (cento e sessenta mil novecentos e vinte euros), para suporte dos encargos relativos ao desenvolvimento das obrigações, nos termos do plano de pagamentos previsto na minuta de contrato-programa;**

**2 - Submeter a presente deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como nos termos da alínea b) do artigo 3.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Há inscrições?  
Há cinco inscrições.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Eu ia pedir que pusessem o braço no ar novamente.  
Da bancada do PS é só o Senhor Deputado *Agostinho Beça*?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** *Jorge Humberto, Cristina Passas, António Figueiredo e Paulo Pinto.*

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passo, então, a chamar o Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados.  
Sobre este assunto, em nome da bancada do PS e em meu nome pessoal, peço a todos os Senhores Deputados que reflitam antes do voto, sobre aquilo que eu vou aqui apresentar. Como já foi aqui sobejamente discutido, a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, há bastantes anos, por incentivo de Executivos anteriores, viu-se numa situação de rotura financeira, de quase insolvência, e com isto ficaram comprometidos perante a banca e os restantes credores, alguns membros da sua direção. De forma atabalhoada o anterior Executivo tentou resolver o assunto, através de um Protocolo assente numa base ilegal. Repito, ilegal. Pessoalmente assumo que nunca entendi muito bem as cláusulas daquele Protocolo de tal modo eram arrevesadas, mas percebi pelo menos que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela não tinha de dar qualquer contrapartida. Agora, o que vem ser proposto na minuta deste Contrato Programa e não Protocolo, são coisas diferentes, é a prestação de serviços devidamente elencados e descritos no documento que nos foi fornecido, e que indico apenas os três grandes temas que irão ser objeto dessa Prestação de Serviços: Apoio ao Empresário ao Investimento e ao Empreendedorismo; tudo o que são as exigências da Certificação da Alheira de Mirandela; e imensos aspetos que depois estão lá elencados quanto ao Desenvolvimento Turístico do Concelho. Se a Associação Comercial irá ou não cumprir as suas obrigações, cá estaremos para analisar e julgar, pois esse é o importante papel desta Assembleia Municipal.  
Agora considero que lhe deve ser dado o benefício da dúvida, aprovando esta Proposta, permitindo que seja dada a oportunidade a esta Organização do tecido económico do Concelho, podendo, levantar a cabeça e não esqueçamos as questões sociais relacionadas com postos de trabalho que podem ser postos em causa se a Proposta não for, porventura, aprovada.  
Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*.  
Passo a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente.  
Ora bem, antes de solicitar as explicações necessárias para percebermos o que está aqui a votação, vou fazer um pequeno resumo desta história que serve todos os interesses, menos os interesses de Mirandela e dos seus comerciantes.  
Em 2015, a direção da ACIM fez chegar à Câmara Municipal um pedido de ajuda financeira, pois esta encontrava-se numa situação difícil pois tinha dívidas a fornecedores, contas penhoradas que vinham desde 1996, mais salários a funcionários, o que totalizava cerca de 290.000,00€, e volto a referir de dívidas. Então num ato de iluminação que o Executivo da Câmara na altura, do PSD, resolve comprar o Pavilhão C da Reginorde, mais a sede da ACIM pelo valor de 250.000,00€. Esquecendo-se o Executivo do PSD que estes bens já eram da Autarquia. Mas pelos vistos aconteceu, porque exatamente, não há inventário dos bens da Câmara e, portanto, ninguém sabia de quem era aquilo e pronto! Isto realmente tem pouca relevância, tem pouca relevância. Então como é feito o negócio e digo eu negócio chamando-lhe Protocolo, que a CDU, na altura votou contra, 250.000,00€ na totalidade, sendo, que 100.000,00€ seriam depois o valor que a ACIM pagaria à Câmara Municipal pela utilização do espaço da ACIM, fica um diferencial de 150.000,00€ que os Diretores da ACIM, avalizaram junto de uma instituição bancária, neste caso o Montepio, que a Câmara do PSD se comprometeu em pagar em 60 prestações no valor de 2.500,00€ mensais à ACIM para regularizar dívidas. É confuso? Não é? É mesmo muito confuso!  
Acontece que o PS ganha a Câmara e repara que o negócio, Protocolo, está ferido de legalidades, e resolve pela sua nulidade. O qual a CDU votou contra. Passo a justificar a citação da justificação da Senhora Presidente do atual Executivo nesta Assembleia Municipal do dia 21 de setembro de 2018, “no termo do disposto no artigo 33.º da Lei 75/2013, Regime Jurídico das Autarquias Locais, na versão em vigor à data dos atos administrativos em análise, Lei 25/2015 de 30 de março a Câmara tem competência para: deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista a execução de obras, ou realização de eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Em lugar algum a Lei permite que seja deliberada a concessão de subsídios pura e simplesmente a entidades Públicas ou Privadas, muito menos como parece ter sucedido num apoio financeiro destinado a suprir dificuldades económicas à entidade a apoiar, aliás, da análise da situação manifesta-se que tais transferências se destinavam a suportar o pagamento das prestações bancárias”, fim de citação.

Hoje, perante o mesmo negócio e agora passa a ser um Contrato Programa, a Câmara Municipal, atribui à ACIM, 4.470,00€ por mês, durante 36 meses, o que perfaz cerca de 170.000,00€ até ao final do mês de agosto de 2022.

Senhora Presidente, sabemos que destes 4.470,00€ mensais, 2.500,00€, vão diretamente para a conta do Montepio para pagar a prestação que a Associação deve, ficando, ou sobrando 1.970,00€, são para pagar o quê? A água da Associação? A luz da Associação? Sabemos que a Associação não tem quadros de pessoal, pois transitaram todos para a MIRCOM, cujos salários é a Câmara Municipal que paga. Como é que a Associação se propõe cumprir um Protocolo com estas obrigações? Vão os funcionários e peço que a Senhora Presidente me responda a isto muito claramente porque é importante. Vão os funcionários da MIRCOM passar outra vez para a Associação? Ou vai a Associação contratar pessoal e a Câmara suportar mais essa massa salarial? Estas questões quero ver respondidas pela Senhora Presidente.

O atual Executivo já atribuiu cerca de 28.000,00€ depois de ter declarado nulo o negócio, protocolo, já não são 160.000,00€, já são 188.000,00€. Há cerca de um mês a Senhora Presidente, neste caso, o Executivo, atribuiu mais 20.000,00€ à Associação, já não são, os 188.000,00€, Senhora Presidente, já vai em 208.000,00€, aonde é que está e pergunto eu com toda a legitimidade que me conferiram as pessoas que votaram em mim, aonde é que está o “Outro Caminho”? Senhora Presidente, continua tudo muito confuso...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** É à esquerda.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** À esquerda é seguramente, mas não é onde o Senhor está a falar, é na CDU!

Sabemos que provavelmente este negócio, Contrato Programa não estará ferido de legalidades, mas está muito ferido Senhora Presidente de ética, de transparência e de justiça.

Este negócio Contrato Programa, que a Câmara hoje submete a esta Assembleia, não é mais do que o salvar de interesses pessoais, interesses político-partidários, não servem Mirandela, nem servem os seus comerciantes.

Senhora Presidente tenho que dizer isto com toda a frontalidade aqui, não há “Outro Caminho”, é o mesmo caminho que já havia com o outro Executivo e isto para ressaltar aquilo que eu digo da utilidade Pública desta Associação. E de certa maneira referir porque ainda tenho três minutos e posso divagar um bocadinho politicamente.

Dizer que é muito estranho ver o PSD questionar a questão do Modelo/Conteúdo, quando o anterior Executivo e a CDU bateu-se várias vezes aqui, para pedir um parecer à Associação Comercial pelos seus comerciantes para se pronunciarem sobre aquilo que estava em causa e a ser negociado com o Modelo/Conteúdo. O que é que fez a Associação Comercial? Zero! Não prestou qualquer tipo de serviço na defesa dos interesses dos comerciantes de Mirandela. Portanto, meus amigos, aqui isto tem que se dizer com toda a claridade e com toda a clarividência, a CDU vai votar contra este negócio, Contrato Programa, em que a Câmara sai prejudicada e Mirandela também.

Muito obrigado. Boa tarde.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Passo, agora, a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos Membros do Executivo, Senhores Deputados Municipais.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Eu só vou aqui encrencar em termos de lei em relação à liberdade contratual e para mim há aqui dúvidas, portanto, e essas dúvidas é aquelas dúvidas que eu vou aqui argumentar em relação à especificidade da minuta do Contrato Programa, na cláusula sete, que tem aí.

Antes disso e como tenho bastante tempo, também vou divagar um bocadinho em termos de política como o meu colega!

Antes de mais nada eu quero falar aqui com sinceridade, mesmo, e quando falo, digo com sinceridade é mesmo com sinceridade em relação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Em relação à sua postura, à sua ética, à sua conduta e à sua dignidade. Foi uma pessoa exemplar quando disse que o documento não tinha passado em termos de visibilidade, ou melhor tinha passado, em termos de visibilidade nos Órgãos de Comunicação Social, que eu desconhecia, eu só vejo isso quando me enviam os documentos, não sabia que havia um Contrato Programa já assinado pela ACIM e fiquei surpreendido com aquilo que o Senhor Presidente disse em relação à Senhora Presidente da Câmara. A Senhora Presidente da Câmara é uma pessoa com quem eu também tenho uma certa afinidade pessoal, não estou aqui a mentir, política é política, amizade é amizade, portanto, essas situações mantêm-se mas, eu reconheço a sua conduta e a sua ética em termos de posicionamento e isso é de louvar Senhor Presidente, acho que isso é muito importante na vida de um Homem e acima de tudo com verticalidade e com responsabilidade. Era isto que eu tinha para dizer.

Agora em relação ao assunto que me traz aqui, aqui não há lei específica a inovar é a interpretação jurídica dos contratos que decorre dos princípios da liberdade contratual e da autonomia na feitura e na celebração dos contratos prevista no artigo 405.º do Código Civil aplicável aos contratos de foro administrativo. A meu ver devemos suscitar a seguinte questão, e é isso que eu estou a suscitar, eu tenho dúvidas, não sou jurista, mas estive a ver isto com olhos de ver, mas pronto, é aquilo que aqui me apraz dizer. Na última parte da cláusula 7, refere-se “sendo no período de renovação o apoio financeiro mensal constante da cláusula 4, é reduzido a 50%, ora, é isto que eu digo, se o contrato tem a validade de 36 meses e depois deste prazo se renova automaticamente por doze meses, se nenhum das partes o denunciar como entender aquele período de renovação? A que período de renovação se refere ali? Após os 36 meses? Quando começarem as renovações automáticas de doze meses? Em caso afirmativo, deveria ser mais explícito. No veneno está o antídoto, esta é uma famosa frase de um psiquiatra norte-americano, chamado *Milton Erickson* que era o pai da hipnose moderna, ou foi, já morreu, morreu há relativamente pouco tempo, que era um especialista que revolucionou o seu tempo ao criar uma forma inovadora de aplicar o transe hipnótico, diferente dos demais. *Milton Erickson* utilizava as experiências individuais dos seus pacientes, fossem elas negativas ou positivas. Curar-lhes os males que os afligiam, esses males existem hoje em toda a parte aqui nesta Assembleia, no século XXI, mudar para ficar tudo igual. O que é que eu daqui tiro em conclusão, mudou-se mas vai ficar tudo igual. É a hipnose do *Milton Erickson*. Partidos Políticos igual, Assembleia da República igual, Instituições Governamentais igual, Autarquias igual, e por aqui paro. Hoje, felizmente,

aconteceu uma coisa e digo-vos aqui alto e bom som, eu pus aqui: hoje vejo um *Duarte Lima* a querer fugir à prisão, felizmente que foi preso. Felizmente que foi preso. Felizmente que foi preso. Vejo um José Sócrates que diz não tem culpa, vem um indivíduo do Brasil, o Moro, arruaceiro, não é arruaceiro, mas com outras acusações, e vejo todos os Partidos Políticos, todos os Partidos Políticos, sem exceção, sem exceção, meu amigo, sem exceção com esta consciência tranquila. E eu digo assim para mim. O meu pai tinha razão e sabem o que é que ele me disse antes de morrer? Disse-me isto, para mim a Democracia foi a coisa mais sagrada que eu vi até hoje, era a família e a Liberdade. E eu não vi mais o meu pai. Vi o meu pai no caixão e aqui fico. Para mim hoje a Democracia está falida.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *António Figueiredo*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Regressamos ao ano de 2019, Senhora Presidente, nós, a bancada do PSD, vai votar favoravelmente este Protocolo, porque o que nos move neste Protocolo é que a ACIM encontre verdadeiramente o seu caminho, os seus projetos e aquilo que verdadeiramente deve fazer que é trabalhar a favor dos associados e do Desenvolvimento do comércio local e empresarial. Senhora Presidente, se porventura o Contrato Programa está ao serviço dos interesses pessoais e partidários nós não queremos saber, o futuro o dirá. Se tem cláusulas ilegais como a prestação de serviços, por parte de uma Câmara Municipal sem concurso Público nós não queremos saber. Constatamos o seguinte neste Contrato Programa, que só daqui a três anos em 2022 é que estes dirigentes vão ver o seu bom nome no Banco de Portugal, libertado, percebemos também e constatamos neste Contrato Programa que só em 2022, daqui a três anos é que a ACIM será livre. Senhora Presidente, depois de tanta batalha política eu estava convencido que a Senhora Presidente hoje chegasse aqui, apresentasse o Contrato Programa que resolvesse o problema da ACIM e dos seus dirigentes em três ou quatro prestações, porque o Contrato ou o Protocolo que *António Branco* tinha celebrado terminava em 2020, este já vai para 2022. Tanta uva, não é? E pouca parra, Senhora Presidente, ou como é que é? Pouca parra, pouca uva ou lá o que é. Tanta parra, pouca uva. Portanto, Senhora Presidente, o que nos move aqui, e o nosso voto vai a favor da ACIM, dos seus dirigentes e naquilo que ela deve fazer bem, mas constatamos que só em 2022, é que ela ficará completamente liberta. Era-lhe exigido muito mais.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Faustino Cunha*.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faustino da Cunha (CDS-PP) disse:** Senhor Presidente, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Eu considero que é um dever ético e moral desta Assembleia votar favoravelmente qualquer iniciativa que tenha por objetivo salvar ou tentar ajudar a salvar um comércio e uma indústria que cada vez é mais atacada. Sabemos da evolução das Multinacionais, as grandes cadeias, os não sei quantos, mas às aldeias ainda lá vai chegando um padeiro e umas coisas e tal. Daqui a pouco tempo já não vai ninguém lá. Vamos tentar ajudar, digamos o comércio e a indústria que existe. Acho que é aqui mesmo que a Câmara Municipal de Mirandela tem mais que fazer. É ver se consegue revolucionar a indústria no concelho.

Assim o CDS-PP, compreendendo que se calhar é “Outro Caminho”, mas o objetivo é o mesmo, de maneira que vamos votar favoravelmente. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Faustino Cunha*. E agora para concluir as intervenções das inscrições deste ponto, chamo a intervir a Senhora Deputada *Cristina Passas*.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:** Muito boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente e Vereadores, Excelentíssimos Deputados e Deputadas, Presidentes de Junta de Freguesia e Público Presente.

Tenho para mim, que o silêncio é uma virtuosa forma de comunicação, pois permite-nos escutar atentamente e não apenas ouvir, ver e não apenas olhar, apurar a essência dos factos que muitas vezes os argumentos tentem posicionar ou condicionar em detrimento de uma visão parcial e de *outsider* que temos das situações.

Mas, porque o assunto que estamos a debater e votar e que se tem vindo a arrastar há quase 20 anos, repito 20 anos, e não é apenas um assunto que diz apenas respeito à Associação Comercial e Industrial de Mirandela, mas sim de todos nós, enquanto Mirandenses pois somos partes integrantes da dinâmica que a ACIM promove, preciso de romper esse silêncio, pois não posso, nem quero que o meu humilde testemunho, deixe de ficar registado, pois não sendo uma *outsider*, é com imensa pena e quase incrédula que assisto, ano após ano, a argumentos e desargumentos para “com o peito cheio de razão” demonstrar que os outros estão sempre errados, fazendo tábua rasa do trabalho e competência da ACIM, reduzindo-as a cinzas.

Assim procurarei ser breve e sucinta, a algumas questões levantadas por esta nobre Assembleia e por outras tribunas.

A Associação Comercial e Industrial de Mirandela é uma Associação de Utilidade Pública, desde 2004, e sempre colaborou com a Câmara Municipal de Mirandela na promoção de dinamização empresarial e comercial do Concelho, e quando digo sempre digo sempre, reporto-me aos últimos 25 anos, visto que a 25 de Maio de 1996, foi inaugurada a Sede da ACIM, sita na Praça do Mercado pelo Senhor Engenheiro António Guterres, então Primeiro-Ministro, e pelo saudoso Dr. José Gama.

Nesta estreita parceira, nunca firmada em nenhum contrato ou mesmo protocolo de parceira, muito se fez.

Fizeram-se:

1. Quinze edições da Reginorde (de 1996 a 2011, ano em que a ACIM reuniu com a Câmara Municipal e deixou à consideração da Autarquia a realização ou não da edição do ano seguinte dado que o desinvestimento municipal no evento acarretava consequências diretas na situação financeira da ACIM e sabem o que aconteceu, Meus Senhores,... acabou a Reginorde);
2. Vinte Edições da Feira da Alheira de Mirandela que atraíam ao concelho milhares de visitantes e promove a economia local através das vendas, ocupação do alojamento local, e hotéis, pelos expositores e turistas, dinamização da restauração, lojas regionais, etc;
3. Construíram-se pavilhões na Reginorde (que todos reclamam como propriedade mas a verdade é que em 1997 não estavam lá edificadas);
4. Concertou-se uma estratégia de dinamização comercial com a abertura das lojas regionais ao fim-de-semana, sendo um caso único em Trás-os-Montes, pois cego não é aquele que não vê, é aquele que não quer ver, ou será que aos fins-de-semana, quando nos descolamos aos nossos concelhos vizinhos, as suas *urbes* comerciais ostentam o mesmo dinamismo que a nossa?

Pois, isto acontece, sabem porquê? Porque a Associação Comercial e Industrial de Mirandela nunca fez nada.... Aliás nem se sabe para que existe...

Mas, vou procurar responder em apenas cinco pontos para reter apenas o essencial pois muito mais haveria a expor se o meu tempo de intervenção o permitisse:

1. Existe para ser a Entidade Gestora do Produto vencedor do Prémio 5 Estrelas pelo 2.º ano consecutivo, ser o Produto que no sector de charcutaria arrebate com uma percentagem de 96%, repito 96% dos produtos certificados a nível nacional. Estando a Alheira de Mirandela com 96%, o presunto e palete de Barrancos DOP com 3% e a Alheira IGP de Vinhais com 1%. Pois é, a ACIM nunca fez nada, mas quanto custaria o processo de Certificação da Alheira de Mirandela se o serviço fosse prestado por uma entidade ou empresa externa, muito meus Senhores, muito. Isto é, se a ACIM não tivesse tido capacidade técnica para liderar o processo.
2. Existe para ser a primeira porta do empresário ou empreendedor, quando precisa do Livro de Reclamações, senão teriam de o ir comprar a Bragança ou ao Porto, responder às necessidades formativas que as empresas e colaboradores precisam para dar cumprimento à Lei Laboral ou ainda tratar de um Registo de Marca, como pode testemunhar o meu congénere e amigo *António Martins*, sem esperar um tempo infinito e nada ser resolvido, enfim muito e muito mais poderia elencar...
3. Sem ela, nunca poderia ter existido o URBCOM, nem MIRCOM, pois com ela e com isto a intervenção da rua pedonal da Rua da República, reabilitação das Zonas Públicas na área de intervenção e a modernização de 24 comércio através dos projetos MODCOM, mas já ninguém se lembra.
4. Sem ela e os seus associados, não haveria um valor de 1.200.000,00€ de investimento em 2018 no âmbito do Portugal 2020, NORTE 2020 e PDR 2020 para empresários locais, e posso mostrar as evidências.
5. Existe, para que através deste Contrato Programa lhe seja devolvida a “paz institucional”, e de uma forma clara e transparente se formalize e contratualize serviços que são essenciais para os empresários e para o Concelho, devidamente elencadas e mensuráveis por indicadores de realização e execução e que se presta contas aos município como nunca foi anteriormente.

O Contrato Programa paga as dívidas da ACIM? Absolutamente falso, pois as dívidas da ACIM são bem superiores, e já foram sobejamente descortinada nesta nobre Assembleia, permite-lhe sim voltar reunir condições para poder apresentar candidaturas aos Concursos e Avisos de projetos, pois até à data, tais condições foram-lhe retiradas, aniquilando assim todas as possibilidades de sobrevivência institucional. Sendo que, após entrar em velocidade cruzada, serão reajustados os esforços institucionais bilaterais, conforme proposta do Contrato Programa.

Quanto à falta de capacidade Técnica, meus Senhores, nem sei que dizer...pois primeiro vs ACIM depois vs MIRCOM na qual também está incluída a ACIM.

Se 1.200.000,00€ em projetos de investimento para os empresários de Mirandela em 2018, não reflete capacidade Técnica, reflete o quê? Por acaso tem uma padaria com projeto aprovado de Abreiro e que de facto, vai fornecer muitas fábricas de Alheiras em Mirandela, de facto, a padaria foi fantástica.

Se o sucesso dos eventos assessorados pelo *know-how* dos técnicos, falo das Reginordes, das Feira da Alheira, Festivais de Rancho, não reflete capacidade Técnica, reflete o quê?

Se o Processo de Certificação do Enchido mais Certificado do País não reflete capacidade Técnica, reflete o quê?

E se me disseram que a ACIM teve um Protocolo e não envia os Relatórios, eu respondo com a atual Direção que tomou posse em janeiro de 2019 e com o conhecimento da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia da ACIM, antes da assinatura do Contrato Programa, ACIM enviou ao executivo da Câmara Municipal o Relatório referente ao 1.º trimestre de 2019.

Como já referi em intervenções anteriores, e espero se Deus quiser que hoje seja a última, a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, é uma Pessoa de bem, existe desde 1945 enquanto Grémio do Comércio e que após a Revolução de 25 de Abril deram origem às Associações Comerciais e Industriais.

Intrinsicamente ligada à evolução empresarial do Concelho procurou sempre apoiar os seus 647 associados e não é devedora à Segurança Social nem ao fisco, nem a nenhum organismo intermédio.

Excelentíssimos Senhores, este Contrato Programa, não quer reparar o passado mas sim projetar o Futuro da ACIM, apoiar os empresários e promover uma forte e consertada estratégia empresarial no Concelho de Mirandela sempre em estreita cooperação presente e futura com o Município, de forma a potenciar as opções estratégicas pois todos trabalhámos em prol da valorização do Concelho e dos seus agentes e da sua população.

Excelentíssimos Senhores, Excelentíssimas Senhoras, está nas vossas mãos quererem ou não dar um voto de confiança a uma Entidade que sempre serviu e projetou o Concelho de Mirandela!

Aproveito, ainda, para dizer que, obviamente, não irei votar este ponto, pelo motivo de estar diretamente implicada.

Disse! Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhora Deputada *Cristina Passas*.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Terminadas as intervenções sobre este ponto.

Senhora Presidente, a Mesa precisa fazer uma declaração à Assembleia antes da sua intervenção.

Terminado este ponto sobre a proposta de Proposta de Minuta de Contrato Programa a celebrar com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, devo comunicar à Assembleia Municipal a ausência da Mesa da Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela, a Deputada *Luísa Torres Belchior*. No entender dela e bem, sente-se abrangida pelo artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, Lei 4/2015 que expressa que nenhum Membro da Assembleia pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público e privado do respetivo Município. Ao abrigo deste artigo a Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia retirou-se da sala para proceder em conformidade com a abrangência que entende estar abrangida neste artigo. Se, porventura, mais alguém na sala entende estar abrangida por este artigo deve comunica-lo à Mesa para que seja expressa em ata a sua respetiva posição.

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Gomes (PSD) disse:** Senhor Presidente dirijo-me à Mesa para pedir escusa ao abrigo do artigo 64.º do CPA. Obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Registado. Muito bem. Sim, não estamos ainda a fazer a votação, estamos só previamente a fazer a faculdade de quem se vai retirar no momento da votação. Portanto a Senhora Deputada ainda pode permanecer na sala.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Direi que o facto de serem da bancada específica, basta irem para o lugar do Público para se considerarem ausentes da vossa função. Não precisam de sair até porque ainda vamos ouvir a Senhora Presidente, com certeza terá coisas extremamente importantes a informar-nos sobre este Protocolo. Assim sendo... ainda há uma intervenção? Faça favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Também não peço por mais comunicar à Mesa, sou marido de uma funcionária da MIRCOM, penso não estar impedido o Contrato a celebrar é com a ACIM e não com a MIRCOM, mas em todo o caso deixo à consideração da Mesa.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Não tem que deixar à consideração da Mesa, é um juízo de valor que o Senhor Deputado fará.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhora Presidente, faça favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada Senhor Presidente.

De uma forma muito resumida, responder às questões que foram colocadas relativamente ao Contrato Programa da Associação Comercial e Industrial de Mirandela. O Senhor Deputado *Agostinho Beça*, relacionou este Contrato também com o anterior Protocolo, pois este Contrato não tem rigorosamente nada que ver com o anterior Protocolo uma vez que tratamos, de facto, de serviços que a própria Associação Comercial e Industrial vai prestar na dinamização de atividades de interesse Municipal e falamos de atividades de interesse Municipal no âmbito da promoção da atividade económica e também do apoio ao Empresário e ao Empreendedorismo, a questão de serem a entidade gestora da Alheira de Mirandela, obviamente que é uma

*[Handwritten initials and marks]*

situação bastante importante para Mirandela e também como disse criar também apoios no âmbito do Plano Estratégico e de Marketing do Turismo de Mirandela. Eu entendo perfeitamente as questões que foram levantadas, entendo perfeitamente que é impossível não relacionarmos este Contrato com o Protocolo que foi nulo, mas temos que o fazer de uma forma responsável porque estamos a falar de interesse Público, interesse Municipal e também atividades que estão acometidas ao próprio Município que passarão para a alçada da própria Associação Comercial e Industrial de Mirandela, nomeadamente tudo o que tem a ver com o cadastro empresarial, os planos de negócio e empreendedorismo e também como dissemos já na parte da manhã, Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor. Temos aqui em vista, também, a certificação de produtos de qualidade, nós não temos no Município competências para fazer estas candidaturas e, portanto, o saber-fazer da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, nomeadamente na candidatura que fez em primeira fase como ETG da Alheira de Mirandela e agora na certificação Indicação Geográfica Protegida, permitir-lhes-á a candidatura, nomeadamente na Couve Penca de Carvalhais que é uma iniciativa que há muitos anos que vem sendo adiada.

Relativamente às questões que colocou o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer-lhe que, de facto, a MIRCOCOM é uma Associação que tem 50% da Associação Comercial e Industrial de Mirandela e também é participada 50% pela Câmara Municipal de Mirandela. Foi uma associação que foi criada nos tempos da URBCOM com candidaturas de modernização do comércio tradicional. Dizer-lhe que tudo aquilo que está neste Contrato programa foi de certa forma agilizado com a Direção da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, preocupante obviamente postos de trabalho, mas também preocupante é a dinamização do próprio comércio, da própria indústria para que possamos fazer um “Outro Caminho” no sentido da modernização e também da proximidade entre a Associação, o próprio comércio e a própria indústria. Esse caminho tem sido feito, obviamente, que para se conseguir fazer também é preciso haver verbas disponíveis e apoios disponíveis, portanto confiamos que vai correr bem, obviamente que neste Contrato estão vertidos alguns relatórios de monitorização, vai ser feito um acompanhamento direto em relação a estes apoios por isso contamos que haja realmente uma situação de sucesso neste Contrato Programa.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, fez uma referência às questões da liberdade contratual, não existe aqui qualquer afinidade nem política nem partidária, existe somente como objetivo a promoção do comércio e da indústria de Mirandela e também as questões relacionadas com a realização do desenvolvimento e objetivos alcançados neste período.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, não houve nenhuma questão que foi colocada, somente dizer qual seria a intenção de voto.

Em relação ao Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, também concordar com o que foi dito.

Relativamente à Senhora Deputada *Cristina Passas*, também não foi feita qualquer questão, foi feita uma apreciação da história da própria Associação Comercial e Industrial de Mirandela e tudo aquilo que poderá ser um futuro diferente com atividades monitorizadas, controladas e também promovidas e orientadas com objetivos Públicos e com interesse Municipal.

É só isto. Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Muito obrigado Senhora Presidente.

Faz favor de dizer.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:** Senhor Presidente, muito obrigado.

Senhora Presidente, desculpe, mas a explicação que deu é completamente oca e vazia. Senhora Presidente eu fiz-lhes perguntas concretas e acho que esta Assembleia vai votar um documento que provavelmente pode acontecer, pode acontecer, não vá o diabo tecê-las que seja, também ferido de legalidade e que tenha que ser anulado mediante aquilo que se vai votar Senhora Presidente. Portanto, eu quero saber, e vou-lhe pedir com toda a frontalidade a ACIM tem capacidade Técnica, tem funcionários? A Senhora Presidente não me respondeu, para conseguir respeitar este Contrato? Senhora Presidente, vai a ACIM contratar pessoal ou vai deslocar os funcionários que tem a MIRCOCOM para a ACIM? E se assim é, eu gostava de saber, Senhora Presidente, e gostava que tivesse uma resposta concreta e objetiva.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Eu não sei se a Senhora Presidente quer responder.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Sim. Eu não respondi porque, de facto, isso vai ter que questionar a Associação Comercial e Industrial de Mirandela. A ACIM tem uma direção, tem corpos dirigentes, apenas esclareci que a MIRCOCOM é uma Associação entre as duas, a Associação Comercial e Industrial de Mirandela e a Câmara Municipal de Mirandela. Eu não posso responder em nome da ACIM, porque não tenho qualquer função de dirigente, associada e portanto não lhe posso responder em nome da ACIM e portanto, sugiro que faça essas questões à Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:** Senhor Presidente, posso?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Para terminar mesmo.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:** Eu peço imensa desculpa mas isto tem que ter uma abordagem mais objetiva.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Senhor Deputado, antes disso, o Senhor sabe muito bem que a Senhora Presidente responde àquilo que quer e da forma que quer.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:** Correto.

*[Handwritten initials and marks]*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Nós, Assembleia, não podemos exigir respostas que eventualmente a Senhora Presidente não pretende dar ou não tenha de momento dados suficientes para responder.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Eu vou interpelar a Senhora Presidente de outra maneira, de outra abordagem.

Senhora Presidente, vai submeter um Protocolo a esta Assembleia, Contrato Programa, pronto, eu já não digo negócio, como referi ali em cima, vou referir um Contrato Programa. Vai submeter este Contrato Programa à Assembleia para votação, há uma responsabilidade implícita de todos os Senhores Deputados, implícita. Aliás este Contrato Programa nem era necessário ser submetido à Assembleia Municipal, como a Senhora Presidente sabe, e uma vez que o submeteu tem que prestar algumas declarações no entender da CDU, muito pertinentes. Eu continuo a perguntar se a Senhora Presidente, não sabe, não sabe porque não é dirigente da ACIM, e sabendo nós, que a Câmara Municipal suporta a massa salarial da MIRCOM e provavelmente estaremos a falar num subsídio que a Câmara dá à ACIM - MIRCOM e vamos pôr esta questão tão clara como isto, não vão ser 4.470,00€, vão ser 4.470,00€ mais a massa salarial do pessoal que trabalha na MIRCOM, sejam Técnicos, sejam funcionários. Aquilo que eu quero saber como representante da CDU, é o seguinte Senhora Presidente, e eu não volto a questioná-la mais, A ACIM vai contratar pessoal para fazer face às imposições que este Contrato Programa submete ou esses funcionários vão passar da MIRCOM para a ACIM e vai ser a Câmara a continuar a suportar esses salários. É só tão simples como isto. Porque nós sabemos que o subsídio é de 4.470,00€ mais os ordenados dos funcionários. Nós só queremos saber isso, Senhora Presidente, e acho que merecemos. Quem assina um Protocolo ou um Contrato Programa destes, tem que prestar essa informação à Assembleia.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Senhor Deputado *Jorge Humberto*, essa é uma questão como digo que terá que colocar à Direção da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, eu não sei se a Associação Comercial e Industrial de Mirandela e o seu corpo dirigente vai ter que contratar novos Técnicos para assumir as responsabilidades que lhe estão conferidas nos termos deste Contrato Programa. Toda a responsabilidade da execução de todas as atividades que constam do Contrato Programa é da Associação Comercial e Industrial de Mirandela que vai ter que apresentar como está aqui no próprio Contrato vai ter que cumprir, compromete-se à realização na cláusula 3.ª “Compromete-se à realização das atividades descritas na cláusula anterior e a prestar informação ao Primeiro Outorgante do respetivo desenvolvimento e execução, bem como a cessação de qualquer dessas ações seja qual for o motivo no prazo de cinco dias úteis após a data de que ocorra tal cessação”, e portanto, nestas situações e tendo como objeto o Contrato Programa que vai ter que ser executado pela Associação Comercial e Industrial de Mirandela, a Câmara Municipal submete a esta Assembleia um Contrato Programa, mas não pode responder ao Senhor Deputado no âmbito das opções gestionárias da própria Associação Comercial e Industrial de Mirandela, porque somos entidades diferentes, somente há aqui Contrato Programa que está a se feito entre as duas partes. Não tenho conhecimento para lhe dizer e para lhe responder a essa questão que diz respeito somente à Associação Comercial e Industrial de Mirandela e da sua Direção, dos seus corpos dirigentes que foram eleitos e dos quais os seus associados devem ter esse conhecimento.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado. Esclarecido ou não, está uma resposta, vamos agora sim, usar do nosso voto.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Antes da respetiva votação, como o Senhor Presidente está a anunciar devo informar que para além da Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal a Deputada *Luísa Torres Belchior*, que invocou o artigo correspondente do Código do Procedimento Administrativo, que se sente impedida ou sob suspeição para votar, houve o registo por parte da Mesa de mais três Deputados para o efeito sentindo-se também abrangidos pelo respetivo artigo do CPA, são eles a Senhora Deputada *Cristina Gomes* do PSD, o Senhor Deputado *Rui Sá* do PSD, portanto estes Deputados invocaram perante a Mesa estarem abrangidos e sentirem-se atingidos por este...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** E a Deputada *Cristina Passas*.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** A Senhora Deputada *Cristina Passas* também, tinha feito o registo na Mesa, peço desculpa, mas está já registado, portanto estamos na presença destes Deputados que invocam o CPA não votando na respetiva votação deste ponto, ausentando-se para a parte superior da Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito bem. Feito este esclarecimento vamos, então, proceder à votação.

Quem vota contra o Contrato Programa? Dois votos contra um da bancada da CDU e outro do PSD.

Quem se abstém? Uma abstenção da bancada do PSD.

O Contrato Programa é aprovado por maioria.

Pode fazer a declaração de voto que entender.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor, 1 abstenção e 2 votos contra, aprovar a Proposta de Minuta de Contrato Programa a celebrar com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

**“Declaração de voto de vencido**

Faço a declaração de voto, exatamente munido daquilo que é a informação que tenho. A informação é muito, muito, muito pouca, e eu não quero assumir aqui uma responsabilidade que mais tarde venha ser penalizado pelo facto, como aconteceu com o outro protocolo que esteve em causa aqui.  
Muito obrigado.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Pode usar do voto de vencido para fugir exatamente a essa responsabilidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse: Exatamente Senhor Presidente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Portanto considera-se este voto como um voto de vencido.

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

**“Declaração de voto de vencido**

Em relação ao artigo 46.º do Regulamento da Assembleia Municipal, voto de vencido, também a minha abstenção é que não fiquei convencido em termos processuais da transparência do próprio documento.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Como sabem, convém sempre reforçar isto, o voto de vencido em termos de responsabilizações futuras vai colmatar exatamente essas responsabilidades.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

**“Declaração de voto de vencido**

Quero fazer, também, a minha declaração de voto de vencido.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Muito bem, temos três declarações de voto de vencido.

Assim sendo, vamos prosseguir com a nossa Sessão e passamos ao ponto 5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

**5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Quem é que se inscreve?

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse: Se não se importarem vamos obedecer à regra usada ao longo do dia, por bancada. Por parte do CDS-PP há alguma inscrição? Não.

Por parte da Bancada do PSD? Registo as inscrições do Deputado *António Figueiredo*, Deputado *Rui Sá*, Deputado *Carlos Pires*, Deputado *Eurico Carrapatoso*, Deputado *Pedro Beato* e Deputado *Paulo Pontes*.

Por parte do PS? Deputado *Agostinho Beça*, Deputada *Fernanda Mesquita*.

Da CDU Deputado *Jorge Humberto*.

Vou, então, repetir as inscrições registadas pela Mesa, que não falhe alguém.

Por parte da bancada do CDS-PP nenhuma inscrição

Por parte da bancada do PSD os Deputados: *António Figueiredo*, *Rui Sá*, *Carlos Pires*, *Eurico Carrapatoso*, *Pedro Beato* e *Paulo Pontes*.

Por parte da bancada do PS: *Agostinho Beça* e *Fernanda Mesquita*.

Por parte da bancada da CDU *Jorge Humberto*

Vamos, então, dar início às intervenções, vamos tentar intercalar.

Eu chamava pela primeira vez o Senhor Deputado Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Carlos Pires*.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Carlos Pires* (PSD) disse: Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Deputado, Público, Comunicação Social. Boa tarde.

Já sabem que venho aqui falar da Feira, não é? Mas antes disso queria também falar aqui em dois assuntos da Junta de Freguesia de São Pedro Velho, já foram aqui falados de manhã, um deles é, de facto, a Estrada Municipal que liga São Pedro Velho a Vilar de Ouro, chamar mais uma vez a atenção do Executivo, porque de facto a colega que falou hoje de manhã eu penso que foi o cano de escape, eu já rebentei lá um pneu e de facto em termos de estrada não é uma mera ligação a uma aldeia é uma estrada de passagem que faz a ligação entre a Torre, Rebordelo, Vinhais, Chaves, é uma estrada de passagem com



*[Handwritten initials and marks]*

bastante circulação, viaturas ligeiras, camiões, e de facto, queria voltar, já não é a primeira vez, mas pronto gostava que de facto, até 2021 pelo menos este assunto estivesse resolvido. Sei que não é fácil, haverá outras estradas também com essa prioridade, mas é mais uma chamada de atenção.

A outra, o Deputado *Arquiteto Figueiredo* falou aqui no custo dos passes de Rebordelo para Mirandela, custo elevado, que eu por acaso desconhecia que era tão elevado, dizer-vos que São Pedro Velho não paga passe porque não têm transportes Públicos. Não temos esse problema porque continuamos sem ligação à sede do Concelho, infelizmente. Vamos ter? Ótimo então.

O outro assunto que me traz aqui e de facto a 11.ª Feira do Vinho e do Morango, já vamos na 11.ª o tempo passa a Feira tem vindo a crescer de ano para ano, no ano passado foi o melhor ano no 10.º ano, vendeu-se mais morango, mais gente, mais expositores. Geralmente as pessoas perguntam-me quais são as novidades, mas este ano nós achamos que quando as coisas estão relativamente bem não se deve mudar muita coisa e, por isso, mantemos mais ou menos o mesmo esquema há algumas novidades, nomeadamente este ano há um *Raid TT* e vamos ter também uma aula com o Mestre *José Pina* no sábado à tarde, no centro da Feira, uma aula de Aero Kick Incentive Mix, acho que disse bem, além disso temos o Passeio Pedestre no domingo que o ano passado foi um sucesso, com cerca de 250 participantes, as provas de vinho, os workshops com a EPA, animação musical, animação infantil, um restaurante no local, também e claro contamos com a vossa presença estão, naturalmente, todos convidados a visitar-nos. O tempo não tem sido muito bom para os morangos, mas a chuva parece que vai parar e parece que as coisas se vão compor. Já que estou a falar na Feira, também gostava de deixar aqui uma sugestão, é legítimo, nós Presidentes de Junta, queremos trazer gente às nossas aldeias pôr as nossas aldeias no mapa e a solução que se tem encontrado nestes últimos anos tem sido as Feiras. Penso que, neste momento se calhar mais de metade das Freguesias tem Feiras e a minha sugestão e naturalmente quem não tem certamente até porque há Presidentes novos, vão querer fazer uma Feira e eu se calhar achava, a sugestão é por aí, se calhar deviam pensar noutro tipo de evento. Quando digo outro tipo de evento refiro-me particularmente à Feira, isto é, Evento que aconteceu este ano, dois, pelo menos dois que eu gostei muito que foi a Feira Medieval das Lamas que tem outro formato e eu penso que as pessoas terão, se calhar as Juntas que não têm e que terão esse objetivo, se calhar terão que pensar num evento desse tipo ou então a Serra da Belha em Vale de Telhas, eu até sou do Porto porque se calhar são Eventos que vão conseguir levar mais gente, em termos de custos não sei avaliar se será mais ou menos, mas acho que teremos que ir por aí. Pensar nas tradições, porque está visto que são eventos diferentes e trazem muita gente às nossas Freguesias. Gostei particularmente do que se passou em Vale de Telhas, nas Lamas foi só de passagem e penso que são Eventos que têm pernas para andar. Portanto, é apenas uma sugestão, mas acho que teremos que ir por aí. Pegar por exemplo no Corpo de Deus, com as ruas cheias de flores ou pegar, não sei, num São Pedro, num São João, alusivo a essas datas tentar criar Eventos se calhar mais benéficos para as nossas Freguesias, mais benéficos que as Feiras, é apenas uma sugestão. E pronto, conto com vocês, então, no dia 11 e 12 de maio. Bom fim-de-semana.

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho, segue-se na intervenção seguinte o Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- O Senhor Deputado Municipal *Agostinho Beça* (PS) disse: Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais.

Agora trago um assunto que considero de interesse para todos – o desejo de ver **eliminado totalmente o uso dos herbicidas químicos em espaços públicos** em Mirandela!

A exemplo do que tem vindo a acontecer por esse país fora, como passo a citar:

- “*Porto está livre do herbicida glifosato desde 2015*”;
- “*Maia mais sustentável sem glifosato*”;
- “*Município de Redondo abandona o uso de herbicidas na via pública*”;
- “*Seixal: Autarquia apresenta equipamentos de monda térmica inovadores na Península Ibérica*”;
- “*Setúbal adquire equipamento de monda térmica para evitar glifosato*”.

gostaria de ver, em breve, a notícia: «**Município de Mirandela deixou de utilizar herbicidas na via pública!**»

Meus caros,

a questão já não é se os glifosatos são ou não cancerígenos, é a **destruição de ecossistemas simples, primários**, mas que são fundamentais para dar suporte a um vasto conjunto de organismos vivos no ambiente urbano...

Acontece que o herbicida não “mata” só as silvas e a flora herbácea supostamente indesejável...! “mata” também toda a vegetação adjacente e que fique no caminho da escorrência aquando de alguma precipitação, fazendo com que **reduzam significativamente as populações de insetos** que se alimentam de plantas, afetando, por sua vez, toda a restante microfauna de grande utilidade para o controlo das pragas – os **répteis, batráquios, morcegos** ... – e também a outra fauna – **mamíferos e aves** de maior ou menor porte...!

...e que dizer da “morte” em grande escala dessas pequenas plantas espontâneas – a que vulgarmente se chama “ervas” infestantes – que até podem parecer inúteis, mas que dão pequenas **flores** produtoras de **mel e pólen** e não só..., importantíssimos para a atividade económica da apicultura e – não esqueçamos – **sem abelhas** e outros insetos **não haverá polinização e sem polinização não há frutos e sem produção frutícola e hortícola**...! [acho que não é preciso fazer um desenho...!]

...e também não é desconhecida de todos a ocorrência (bastante frequente) de **mortalidade**, por ingestão direta do produto, nos **pequenos ruminantes domésticos** (cabras e ovelhas) e até mesmo **cães e gatos**.

...enfim, **o ecossistema que sustenta a diversidade biológica** fica, de imediato, profundamente alterado nos locais de aplicação de tais produtos, como todos sabemos, mas que parece ser ignorado...! E, pelo seu poder residual, vai inevitavelmente **entrar na cadeia alimentar**... chegará aos aquíferos e toalhas freáticas, aos rios, ribeiros, poços, fontes, nascentes e furos artesanais... e... **à nossa mesa!**

*Handwritten marks:*  
A  
B  
7/10

...já sei que não estou aqui como técnico, mas sim como político! Porém, defendo que o mundo será seguramente melhor quando a governação for feita por **políticos com formação técnica** e por **técnicos que ocupem cargos políticos**...

Sinto-me à-vontade para discutir as implicações do uso destes produtos na conservação de biodiversidade e fico muito apreensivo pensando nos **desmandos que têm sido cometidos nas nossas freguesias**, pela enorme pressão exercida sobre os responsáveis – os Presidentes de Junta – em nome de uma suposta poupança..., quando, na verdade, deveriam ter sempre presente que **sem vida animal e vegetal não haverá vida humana a longo prazo...!!!**

Num tempo em que se defende e apoia financeiramente a "**Proteção Integrada**" e a "**Produção em Modo Biológico**", o **controlo** da vegetação herbácea indesejada – reparem que digo “controlo” e não “eliminação”... – passa por outras soluções:

- a **Monda Térmica** – que apenas utiliza água a altas temperaturas e, portanto, não tem qualquer efeito nocivo;
- a utilização de **Produtos Alternativos** – disponíveis no mercado e cuja ação sobre o ambiente é mínima;
- a gestão da vegetação, preferencialmente por **Meios Motomanuais**.

E termino fazendo um **apelo sentido** ao Executivo e aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para que, num futuro próximo, pensem na **aquisição de equipamentos de monda térmica** ou na **contratação de prestadores deste tipo de serviços** ou na opção por **outros produtos e meios**.

Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Rui Sá*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Senhor Presidente e restante Mesa, Senhora presidente da Câmara e Executivo, Caros Vereadores, Presidentes de Junta.

O que aqui me traz são alguns assuntos que eu vou explicar e vou começar por falar na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela. Comemoraram ontem o seu 136º aniversário, é uma corporação de Bombeiros que já nos habituou a um bom serviço, a uma boa gestão e relevando, eu vou dizer, também, para que não haja dúvidas, eu faço parte dos Órgãos Sociais sou vogal da Direção e tenho sentido de perto o empenhamento dos seus Órgãos Sociais para que aquela Associação esteja dotada dos meios Técnicos e dos meios materiais para poder prestar um bom serviço à população e soube no seu tempo devido diversificar as suas fontes de financiamento, entre as quais é sabido que exploram uma bomba de gasolina e tinham há algum tempo a esta parte também a seu cargo a gestão do Parque de Campismo e é aqui, também, que eu vou centrar um bocadinho o meu discurso. Fiquei muito contente em saber que houve entendimento entre o Município e a Direção dos Bombeiros relativamente à gestão do Parque e quero que fique claro que é minha opinião pessoal que o Executivo tem todo o direito de querer para o Parque de Campismo aquilo que bem entende. É ao Município que cabe a definição de políticas de Turismo e a gestão dos seus espaços. Contudo, tenho de fazer aqui uma ressalva, estas coisas há lugares próprios para serem discutidas, as negociações devem ser conduzidas de forma inteligente e profícua e não se deve vir primeiro para a Praça Pública e depois negociar no gabinete. Ainda bem que isto chegou a bom porto, é a Associação de Bombeiros que saiu enriquecida é a Câmara Municipal que fica a dispor do espaço para fazer a gestão como bem entende o Turismo para a Terra para a Cidade, para o Concelho para o Distrito e por aí fora e ainda bem que isto chegou a bom porto. Com isto queria dar, então, os parabéns para que fique registado o seu aniversário dos Bombeiros.

Depois queria, também, fazer uma recomendação ao Executivo que devia envidar todos os esforços para que se fosse possível a aquisição da antiga estação de serviço da Sacor, ou seja, a bomba de gasolina da Sacor próximo do Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Eu resido ali, tenho seguido de muito perto aquelas obras, acho que é um espaço que vai enobrecer muito Mirandela, são obras muito bonitas, no meu entender, e que Mirandela vai sair a ganhar com aquilo. E olho da varanda da minha casa, mas olho de outro sítio qualquer a única coisa que ali fica a desfigurar aquele espaço é efetivamente aquele espaço que era da estação Sacor. Eu penso que haverá condições para negociar, nestas coisas o preço manda sempre muito, mas há situações que são importantes, independentemente, do preço obviamente que se ele for razoável que se devia levar em conta. Depois, dizer também outra coisa e não o disse no ponto anterior relativamente ao Contrato Programa da ACIM, por razões óbvias, ausentei-me da votação, contudo gostaria de fazer aqui uma salvaguarda. E é assim, a ACIM como o *Jorge Humberto* aqui bem disse não tem recursos humanos, os recursos humanos são da MIRCOM. A MIRCOM é uma participada da Câmara e é uma participada da ACIM. Os serviços prestados pela MIRCOM têm sido serviços prestados ao Município, e o que é que acontece acho que o Executivo perdeu já uma primeira oportunidade, estou certo que não deixará passar pela segunda, poderia, a meu ver, com enquadramento legal ter regularizado a situação dos funcionários da MIRCOM. O PREVAP, o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculo à Administração Pública, podia perfeitamente ter dado enquadramento àquela situação, outras conhecidas há pelo país, que foram regularizados funcionários que estavam nos GAL, nos Grupos de Ação Local, com muito menos ligação aos serviços prestados ao Município, e foram regularizados. Haja vontade política de o fazer. Como também achava que tinha existido enquadramento para regularizar a situação do funcionário do Aeródromo que tinha um vínculo precário de recibo verde que caía como uma luva nos requisitos do PREVAP, poderia também ter sido regularizada. Isto é assim, pessoas com 45, 50 e mais anos de idade que vincularam a sua vida aqui, a sua vida familiar a sua vida profissional não podem agora com 40, 50 e 60 anos procurar emprego...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Isso é o mercado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Obviamente que é o mercado, mas quando prestaram serviço a bem da comunidade e há enquadramento legal laboral para os poder integrar são oportunidades perdidas, quando poderíamos ter feito e o não fizemos. Penso que essa situação ainda poderá ser regularizada.

Depois dizer-vos também que muito me orgulha, eu fui durante 24 anos, fiz parte de Executivos de Juntas de Freguesia, ainda faço parte da Assembleia de Freguesia de Vale de Gouvinhas e digo-vos já o manifestei pessoalmente às pessoas que o devia fazer, mas vou também partilhá-lo com vocês. Encheu-me de orgulho o coração o Evento que Vale de Telhas levou por diante do Serrar da Belha, mais contente fico quando é uma Freguesia vizinha da minha com quem tenho muita afinidade e acho que é por aqui o caminho, o Carlos já o referiu, também já esteve aqui o Castelo que também o disse e concordo plenamente, acho que é por aqui o caminho, a revitalização dos usos e costumes das nossas Freguesias. Pena é, que os Executivos, ou melhor os

*[Handwritten initials and marks]*

partidos Políticos não entendam que Mirandela tem 30 Freguesias e já teve 37, e eu não me recorde de ver nas suas fileiras candidatos a Vereadores nascidos e criados numa Freguesia rural. Só sente uma Freguesia Rural quem lá nasceu e quem lá cresceu. Quem nasceu em Mirandela e cresceu em Mirandela não sabe a necessidade que a Gente de Vale de Gouvinhas tem do caminho rural composto. Ninguém percebe muito bem, não sendo de lá, as benfeitorias que fazem falta às Freguesias, só entende muito bem aquilo que o Senhor Deputado Faustino aqui veio dizer: “ainda lá vai o padeiro”, isto só sente quem lá vive e quem lá cresceu, assim como o sente o Carlos que aqui o veio dizer, “São Pedro Velho não tem transporte”, tem, tem, eu sei que tem transporte, tem o carro dele quando precisa e as outras pessoas que não têm carro, têm o carro do Presidente de Junta quando precisam, que não raras vezes, do Presidente de Junta e de outros Membros do Executivo. O Presidente de Junta e o restante Executivo não é para essas funções. Não é para essas funções *Jorge Humberto*, não é para essas funções, fazem-no porque é um serviço social que prestam à população e eu deixo aqui esta recomendação, como deixei a da aquisição da bomba da Sacor, deixo aqui esta recomendação ao Executivo para que faça todos os esforços para que seja possível levar transporte às nossas Freguesias ou às pessoas que residem nas nossas Freguesias. Era isso, tenho dito. Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Rui Sá*, passo agora a palavra à Senhora Deputada *Fernanda Mesquita*.

----- **A Senhora Deputada Municipal Fernanda Mesquita (PS) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Tão-somente pretendo dar uma informação que é para vos dizer que estão abertas as candidaturas ao Cargo de Juiz Social dos Tribunais de Menores, nos termos do Decreto-Lei n.º156/1978. A Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais prevê a intervenção de Juízes Sociais que no caso concreto tem por objetivo questões relacionadas com certas categorias dos Tribunais de Menores. Esta situação está prevista na Constituição, tendo como objetivo a participação de populares na Administração da Justiça tendo em vista uma maior sensibilização dos Tribunais para os valores sociais dominantes e suas prioridades. Podem candidatar-se a Juízes Sociais quem tiver as seguintes condições: ter mais de 25 anos e menos de 65, saber ler e escrever português, estar no pleno gozo dos direitos civis e políticos, não estar pronunciado, nem ter tido condenação por crime doloso, serem residentes, na área do Município da sede do Tribunal. Trata-se de um cargo de serviço Público obrigatório. As candidaturas e as listas de candidatos são organizadas pela Câmara Municipal sendo posteriormente as listas votadas nesta Assembleia Municipal. Os Juízes Sociais são nomeados por dois anos, com início em outubro. Os interessados devem contactar os Serviços de Ação Social da Câmara Municipal. Uma boa tarde a todos e um bom fim-de-semana. Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Deputada pelo esclarecimento. Passo, agora, a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Primeira Secretária, Segundo Secretário, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em Geral. Mas é uma apresentação, daquelas a sério. Bem, o que eu vou dizer aqui é três pontos que eu vou aqui focar. Ainda agora veio aqui o Rui Sá, a falar da Sacor, da Sacor, da Sacor, da Sacor. Eu não sei se vocês se recordam, não sei se se recordam vocês, se calhar já não se recordam. Mas eu vou, a ver se abro a memória, na primeira Assembleia Municipal que se fez aqui com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª *Júlia Rodrigues*, eu disse que estavam a invadir um espaço que não era da requalificação urbana, do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, e tenho razão, chamaram-me de tudo e mais alguma coisa, mal criado, disparatado, tudo, o tempo deu-me razão. Está lá um espaço, está, que invadiram o dono é que não quis, não quis, não quis, ele é que não quis, embargar a obra, embargar a obra e o empreiteiro e a Câmara tinha que ser a Câmara que ressarcir outra vez o montante da obra em termos de fundos comunitários. Perdia o dinheiro, porque o contrato que foi Público que foi prestado era ilegal para todos os efeitos. Era ilegal. Eu tinha razão, quando falei aqui e que me chamaram maluco. Maluco e malcriado e não sei o quê mais e afinal o tempo deu-me razão como muitas coisas vão-me dar razão. Agora é evidente, se chegaram a acordo com o proprietário muito bem, se não chegaram, lá se hão de entender, isso a mim não me diz nada. Mais, não é comigo, portanto eu não vou falar mais nisso. Em relação a outro ponto que eu tinha aqui para falar à Senhora Presidente, mas este ponto é um ponto com uma certa já articulação de uma pessoa muito conhecida e que é meu amigo e mando-lhe para lá estas coisas e ele faz-me em relação ao Comodato com as Infraestruturas de Portugal. Há situações que a Câmara, não sei deve lá ter muitos juristas não sei quem é que faz este tipo de Comodatos de Contratos, etc, etc e eu só lhe vou dizer aqui uma situação ou melhor duas situações que pode por em causa o negócio do Comodato, mesmo no final dos 50 anos, já não estamos cá não é? Mas a Câmara anda a gastar dinheiro em terra alheia. Esse é que é o problema. E penso que a Câmara Municipal de Mirandela assume todas as obrigações do contrato e a IP limita-se a dar autorizações se estiver para aí virada. Quem está obrigada a seguir o Interesse Público é a Autarquia, e só aí esbarra contra a parede. Eu dizia à Senhora Presidente que arranjasse ao seu camarada *António Costa*, a ver se lhe fazia isto antes de sair do poleiro, depois se calhar vai perder tudo. Ainda, não sei como é que isto irá jogar, porque é uma situação delicada mesmo. Estou-lhe eu a dizer é o nosso dinheiro dos Transmontanos, dos Mirandelenses, que os de Lisboa, riem-se ainda mais de nós. Que eu detesto os Lisboaetas, desculpe se há aqui algum Lisboaeta, mas pronto. E deverá ser ela a gerir o Património que lhe é confiado no Interesse dos Municípios comunicando e não solicitando. Comunicando e não solicitando. Isto é o que diz um grande Jurista, de um grande Jurista de um grande consultório de Advogados que está ramificado por todo o país e que, e que, está no Porto, está em Lisboa e faz Leis na Assembleia, faz Leis, saem da Assembleia da República vão para o seu escritório e fazem as Leis. Ele faz as Leis e depois aprova-as, Assembleia da República...

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** É do PSD Senhor Deputado?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** É do PSD e do CDS e da CDU também.

*[Handwritten initials and marks]*

Portanto, e não solicitando autorização, autorização, ouçam, ouçam, autorização, ao Comodante. Até porque, reparem, é a Câmara Municipal de Mirandela que paga todas as benfeitorias desses imóveis, é o que está lá no Contrato, não é? É o que está lá no Contrato. Assim, em todas as cláusulas, o Contrato que impõe à Câmara Municipal de Mirandela, a obtenção da autorização ou de solicitação, por exemplo, as cláusulas 11 e 12, substituiria esse palavreado por Comodatária, a Câmara Municipal chamar-lhe-ia comunicará e é uma palavrinha só. Enfiam-lhe isso e escreve, assina, não tem hipótese depois, é só uma palavrinha, é só uma palavrinha, é aquela vírgula que nós não sabemos, não temos capacidade, eu não tenho capacidade para isto. Eu não tenho capacidade para isto, não é?

Ó Excelência, ó Excelência, eu estou a olhar para a Senhora Presidente e digo-lhe assim é preciso, isto é um engenho que nós poderemos escorregar, eu escorregaria, também, eu não tenho essa capacidade, mas eu acho que na Câmara deve ter alguém, alguém que lhe retifique estas coisas, para que é que vale a avença de um Advogado super, como lhe chamou, não vale nada. Então se ele não vê isto nestes contextos, não vale nada. Mande-o embora. Despeça-o. Está a gastar dinheiro para quê? Para com ele? Diga-me lá?

Outra situação, por outro lado, diz aqui o meu grande amigo que eu não lhe vou dizer quem é, por outro lado, em obediência ao disposto nos artigos 1131.º e 1132.º do Código Civil, deveria constar deste Contrato as seguintes cláusulas e ele pôs-me aqui cláusula “xxxx”, uma cláusula que punha no Contrato e dizia assim: Fim do Contrato, só isto, Fim do Contrato, em epígrafe, mais nada. Para salvaguardar a Câmara Municipal de Mirandela, só, mais nada. E diz assim: a Comodatária, poderá aplicar os imóveis, objeto do presente Contrato a quaisquer fins lícitos comunicando, comunicando. Tem a ver com o comunicar, comunicando, esse destino ao Comodante, artigo 1131.º do Código do Processo Civil. Cláusula YYY. A Comodatária pode fazer seus frutos, pode fazer seus os frutos colhidos, artigo 1132.º do Código Civil. Esta última cláusula é muito importante, é muito importante, digo aqui outra vez, porque só constando expressamente à Câmara Municipal, poderá fazer os seus proventos, que retire dos imóveis, como por exemplo, visitas, espetáculos, etc, etc, etc. Finalmente...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Terminou o seu tempo, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas acho que isto é muito importante para a Câmara Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pois é, pois é.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Tenho mais cinco minutos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não, não. Isso era no outro ponto que já passou há duas horas atrás.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas eu acho que isto é muito importante... para terminar é só duas linhas.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** A segunda parte fica para a próxima reunião. O que é que acha da proposta?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Se fica para a próxima reunião, fica para a próxima reunião, mas isso acho que não bate a careta com a...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado António Figueiredo. Passo a palavra ao Senhor Deputado Eurico Carrapatoso.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alvites Eurico Carrapatoso (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público e Comunicação Social.

Eu das reuniões a que assisti ainda não vi nenhuma reprodução de imagem ou de vídeos, eu não sei se já aconteceu, pedi autorização à Mesa para mostrar umas imagens no final da minha intervenção.

Já? Então não é inédito o que é ótimo.

O que me traz aqui são três assuntos. O primeiro deles já tive oportunidade de dizer e relativamente ao mesmo a Senhora Presidente disse que já existia um grupo afeto a trabalhar candidaturas que nomeadamente as Juntas de Freguesia pudessem fazer financiamento. Se essa equipa existe não está efetivamente a trabalhar, não está e é uma pena, porque já tive oportunidade de falar com colegas meus e efetivamente nós não temos condições Técnicas, qualquer Junta de Freguesia ou poucas serão aquelas que têm condições para por si só, conseguirem submeter uma determinada candidatura. E por causa disso perdem-se milhares de euros todos os anos. O JUNTAR é uma nova candidatura que aí está que era extremamente importante a propósito da economia circular e lá vou eu ver o anúncio da candidatura e não me sinto minimamente preparado para a submeter. O que vai acontecer, aquilo que eu poderia ir buscar em termos de dinheiro ou recuperar espaços subaproveitados na minha Freguesia não vou conseguir, porque não consegui submeter uma candidatura. Isso é uma pena, em muitos outros casos aqui o que nos pedem é que paguemos 750,00€ à cabeça para submeter uma candidatura, cuja viabilidade não nos é garantida e depois mais 5% do valor total do montante que vier aprovado. Quer dizer, acho que é... podia perguntar a qualquer dos nossos Presidentes de Junta e acho que a resposta é unânime. Se houvesse uma equipa, eu já disse à Sónia, eu disponibilizo-me gratuitamente para criar um grupo informal de trabalho, dou a minha valência absolutamente de maneira abnegada, tenho formação de Jurista, mas

*[Handwritten initials and marks]*

é preciso um Engenheiro é preciso quem domine Inglês, é preciso quem domine Contabilidade é preciso muitas valências para submeter essa candidatura, e se houvesse possibilidade de ser criado esse grupo de trabalho, eu ponho a mão no ar e participo nele, porque aquilo que quero é o melhor para a minha Freguesia e o melhor para todas as Freguesias e por decorrência para o Concelho de Mirandela.

Depois o outro assunto que aqui me traz são dois, estava o Carlos Pires a dizer a lançar o repto às Freguesias que ainda não tenham um Evento na Freguesia para que o desenvolvam, que pensem em ideia, eu no momento atual já o disse e foi aquilo com que me comprometi com os Fregueses, eu não faço um único Evento na Freguesia enquanto tiver caminhos de terra batida. Não faço um único Evento na Freguesia enquanto não tiver um edifício a que possa chamar sede e não faço um único Passeio Pedestre nem nenhum Evento quando a estrada de Vale de Lagoa está num estado miserável, e não faço um único Evento enquanto o telhado da Escola Primária tiver caído como aconteceu no dia 24. Claro que a Senhora Presidente e os Senhores Vereadores não são culpados por tudo, não é? Mal seria, mas a verdade é que as prioridades são as prioridades. A estrada de Vale de Lagoa compreendi fui recetivo ao argumento de que a Freguesia de Múrias só tinha aquele acesso à aldeia e claro que Alvites tem as alternativas mas aquela estrada é isso que eu queria mostrar, também, aos colegas que aqui estão, quer Deputados, quer Presidentes de Junta de Freguesia, quer Comunicação Social e claro aos Vereadores e ao Senhor Presidente da Assembleia, é ver porque efetivamente se uma imagem vale mais que mil palavras um vídeo de um minuto vale mais do que um milhão delas. Porque efetivamente basta olhar para aquilo, eu o Passeio Pedestre que a mim me apetecia fazer, efetivamente, era percorrer descalço a estrada de Vale de Lagoa até Alvites porque, efetivamente é uma, e eu volto a dizer a Câmara não tem culpa e percebo que seja necessário financiamento, mas pelo menos tapar alguns daqueles buracos, porque aquilo mete-me nojo, mete nojo. Quem for ver aquela estrada não há maneira de ficar horripilado com o estado em que aquilo está, aquilo parece que acabou de sair de uma guerra. Não é estrada, não se pode chamar estrada àquilo e a Escola Primária, efetivamente, é uma pérola que a nossa Freguesia de Alvites tem, e talvez tenha sido a sorte dela ter-lhe caído o telhado, porque por norma as situações vão-se protelando, até que aconteça uma catástrofe, aquilo não foi bem uma catástrofe, mas quer dizer, já começou a ruir. E aquele edifício se não houver uma intervenção a curto prazo, vai-se perder um equipamento que é um espetáculo, não é? E eu já tinha dito por acaso na última intervenção aqui na Assembleia que quando a Câmara Municipal aceita a transferência de competências relativamente à gestão de Património Mobiliário que passa para a gestão do Município o que é importante antes disso é a Câmara ter em atenção e olhar com bons olhos para o Património Mobiliário que já tem e que já é da responsabilidade dela. Eu espero que o vídeo que eu vou mostrar que seja possível passá-lo Porque na fotografia por acaso há um contraste interessante que é, quem está de cima de Alvites, espreita para o Solar dos Bacelares, vê-se o Solar, vê-se a Escola e depois a Escola com o telhado abatido, não é? Quer dizer, é uma mancha que fica mal numa Freguesia do Concelho de Mirandela que eu espero que a breve trecho isso seja colmatado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*. Lamentavelmente não conseguimos visualizar os vídeos, mas percebemos o contexto. Passo, então a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente eu vou ser rápido não vou gastar os dez minutos, vou só consumir aquele tempo que vai ser necessário para explicar a posição da CDU em relação ao ponto anterior, porque é que nós votamos contra, e que não fique a ideia nesta Assembleia que nós votamos contra porque nos apetece votar só porque estamos de mau humor. Não, porque existem fundamentos para que isso aconteça e há fundamentos que fomos ouvindo depois a discussão e eu agora falando aqui para a Deputada *Cristina Passas*. A Cristina disse que havia 647 Associados na Associação e eu pergunto mas com as quotas em dia?

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:** Se não estão em dia, irão estar.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Ah! Pronto, ainda bem que assim é. E dizer que realmente, nós, e quando digo nós estou a falar obviamente em nome do meu partido, não me manifesto aqui em termos pessoais, nós achamos por bem que a Associação desempenha um papel para aquela que está vocacionada que é a defesa dos interesses dos comerciantes e industriais de Mirandela, essa é a primeira razão da existência desta Associação, e ao longo destes anos todos aquilo que nós vemos, eu pelos menos e o meu partido assim o vê é que esta Associação não esteve a favor dos interesses dos comerciantes de Mirandela. E eu vou-lhe explicar porquê, e por duas três razões Senhora Deputada. Primeiro: Onde é que esteve a Associação Comercial e Industrial de Mirandela quando abriu o hipermercado Pingo Doce? Na defesa dos comerciantes de Mirandela? Onde é que esteve? Onde é que esteve a Associação Comercial e Industrial de Mirandela quando abriu a segunda grande superfície que foi o Intermarché?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Ó Senhor Deputado, não vai fazer perguntas à Senhora Deputada *Cristina Passas*? Faça-as à Mesa ou à Senhora Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhora Secretária estou a fazer a pergunta para a Assembleia, não estou concretamente a dirigir-me Deputada *Cristina Passas*.

Onde é que esteve a Associação na abertura e na defesa dos comerciantes de Mirandela no LIDL?

Onde é que esteve a Associação Comercial e Industrial de Mirandela na defesa dos interesses dos comerciantes de Mirandela em relação à abertura do Modelo/Continente?

E depois vêm pedir que a Associação faz parte, e faz, e devia fazer daquilo que é a responsabilidade política na defesa dos interesses dos comerciantes de Mirandela.

A Associação Comercial e Industrial de Mirandela desde 1996 que tem uma dívida de 190.000,00€, recebeu desde 1996 até aos dias de um mês atrás em que foi o último subsídio que a Câmara deu de 20.000,00€, se não estou em erro, um mês ou mês e meio, o que é que foi feito desse dinheiro? Ou seja, onde é que está o dinheiro e nós temos que nos interrogar porque estamos a

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

falar de dinheiro Público que pagamos todos com os nossos impostos, ou seja, o papel da Associação Comercial e Industrial de Mirandela que é a defesa dos interesses dos comerciantes não esteve em nenhuma causa na defesa dos interesses dos comerciantes quando foi a abertura das grandes superfícies em Mirandela e recebeu subsídios da Câmara para além daquilo que a Câmara já pagava de salários aos seus funcionários, quer dizer, e chegamos ao dia de hoje e a Câmara Municipal de Mirandela já lhe entregou este ano juntamente com o Contrato Programa já vai em 208.000,00€. É assim, eu acho que é de bom-tom e quando falamos em dinheiro Público temos que o justificar e temos que responder por ele. E por isso, Senhora Presidente, eu e o meu grupo parlamentar, infelizmente é só uma pessoa e eu falo pelo meu grupo vou exigir todos os semestres e a comunicação quinzenal sobre as atividades que a ACIM vai praticar. E não me foi respondido pela Senhora Presidente, se os funcionários da MIRCOM vão passar para a ACIM e se a Câmara vai continuar a pagar os salários dos funcionários da MIRCOM ou da ACIM.

Outra questão que queria aqui levantar tem a ver exatamente com a questão que a ACIM se foi ouvida ou achada pelo anterior Executivo quando se fez aquela célebre candidatura onde temos as estradas todas alcatroadas, se esteve ao lado dos comerciantes de Mirandela, quando permitiu que se fizesse aquela ciclovia em que não se pode estacionar é aqui que deve haver a função da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, é na defesa dos interesses dos comerciantes de Mirandela e isso nunca se passou pelo menos com o meu conhecimento e provavelmente com a população toda.

Terceiro ponto Senhora Presidente: Falou-se aqui, obviamente, das Feiras e das atividades nas aldeias, obviamente que sim é um ponto de divulgação e que se faça e siga o exemplo daquele que foi feito em Vale de Telhas e foi feito em Lamas de Orelhão, porque realmente traz pessoas, divulgam-se os produtos e mexe obviamente com a economia local da aldeia.

Outra questão: Para quando é que fica resolvido, pelo menos uma forma de intervenção que o Município pode ter naquele Parque da Ribeira, ou seja, aquele Parque está ali abandonado tem equipamentos e vocês provavelmente são capazes de se recordar temos lá um palco, um equipamento montado à seguradamente 20 anos? No Parque da Ribeira tem ali o palco uma estrutura em madeira que está lá a apodrecer, às moscas que não se dá utilidade nenhuma e eu lançava-lhe aqui um desafio eu não sou Técnico, não sou Construtor, nem Engenheiro Civil, mas porque é que não tiram aquela cobertura daquele Parque que está ali, que não serve rigorosamente para nada e não o transferem para o Parque do Império onde está o Auditório ao ar livre? Temos ali uma cobertura bonita em madeira que podia estar ao serviço de Mirandela e não está ao serviço de ninguém, está ali abandonado, há de apodrecer e não vai ter utilidade nenhuma e se calhar se tivesse no Auditório ao ar livre de Mirandela, provavelmente teria outra utilização que não tem neste momento, porque realmente aquele Parque tem equipamentos que estão completamente abandonados. Era só isso Senhora Presidente.

Muito obrigado Senhor Presidente. Boa tarde.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Pedro Beato*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia.

Eu fiz uma proposta ou falei num assunto com a Câmara Municipal para que fosse possível fazerem-se atividades do foro cultural em locais que tivessem menos visibilidade ou em que se falasse menos, eu estive em Vale de Telhas, e sem dúvida nenhuma que gostei imenso e há uma série de outras aldeias deliciosas no nosso Concelho e a proposta agradeço à Senhora Vereadora da Cultura, à Senhora Assessora Sónia e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Asnes, uma tarde muito, muito agradável, que passei lá num Património que é notável e pela maneira como fomos recebidos. A iniciativa acho que é uma iniciativa que tem todo o interesse, na minha opinião, claro, também estive interessado diretamente no assunto, mas devo dizer que Vale de Asnes é um lugar extraordinariamente agradável, muito mais do que aquilo que qualquer pessoa que nunca lá foi possa imaginar. E é um princípio que eu acho muito bom que é começarmos a ir por este Concelho fora. Este é um aspeto e demasiado modesto porque nem sequer foi falado, não ouvi falar em momento nenhum. Primeiro ponto.

Segundo ponto: a cidade está cheia de contentores de lixo, para recolher resíduos, são de plástico na ordem dos 1000 litros, verdes e têm uma tampa deslizante e como diz proteção para crianças. É uma coisa que eu não consigo perceber porque é que andando os peões no passeio e os carros na estrada, os contentores estão todos virados para a estrada, isto é, eu par ir colocar o lixo no contentor tenho que ir para a estrada. Deveria ser no passeio, porque eu sou um peão, e se quiser mandar uma pessoa menor de minha casa que lhe peça ajuda para ir levar ao contentor, está sujeito a uma travagem de um automóvel. Nunca consegui perceber este pormenor.

E por último e porque vamos ter no mês que vem uma data extremamente interessante para além do Dia da Mãe. O Dia da Mãe que é sempre um dia que todos nós devemos pelo caminho recolher flores, silvestres por exemplo, para dar à mãe ou para a memória da mãe. Vai ser um dia extraordinariamente importante, mas um outro dia que eu considero muito que é o Dia da Cidadania e o Dia dos Museus, mas é no meio do mês talvez no dia 18, Dia da Cidadania e Dia dos Museus. E eu vou aproveitar para dizer o seguinte: no site da Câmara Municipal nós podemos ver que há o Museu das Curiosidades no Romeu e nesse site da Câmara fala em coleção particular de antiguidades e inúmeros objetos recolhidos pela família Menéres. Carro, máquinas, fotografias, bicicletas, máquinas de costura, etc, etc, e aspetos relacionados com as melhores condições de vida das aldeias, portanto, todos estes temas são facilmente integráveis, na Educação, no Ensino e até na nossa convivência. Eu queria dizer que Museu é uma palavra que todos nós sabemos tem a sua origem na Grécia na palavra Musas. As Musas eram nove e eram nove que estavam ligadas eram deusas das ciências e das artes e através delas começou a ser importante nós recolhermos uma série de informação ligada com história, aliás, era isso que as Musas eram, uma estava ligada com a história, outra com a poesia, outra com a Música, com a dança, com a astronomia, etc, etc. Portanto, são temas que nós encontramos no Museu do Romeu e que nos informam, que nos educam, que nos estimulam para a reflexão social, para o debate. São lugares como nós sabemos onde se faz a negociação da diferença e da sensibilidade e onde se conservam aspetos extremamente interessantes e alguns deles até comoventes. Gostava de saber, este Museu pode acabar este ano, por razões estratégicas e burocráticas com certeza de negociações. Eu gostava de saber qual a posição da Câmara sobre esta situação. Ou a possibilidade ou não de poder fazer qualquer tipo de intervenção no sentido de que isto seja viável.

E por último antes de me ir embora dizer de uma forma muito, muito particular e é mesmo particular, peço desculpa por dizer isto que é a Universidade Sénior já trabalhou com a Escola de Música várias vezes e no sentido de fazer por exemplo trabalhos

*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

conjuntos no termo da Música e também eu próprio, já fui convidado para ir à Escola de Música participar em trabalhos de avaliação e eu quero dizer e volto a dizer que é muito particular e peço desculpa por isso nessa Escola de Música trabalha uma Senhora Professora de quem se falou aqui hoje, é das Professoras por quem eu tenho mais consideração, que conheço, pode haver professoras por quem tenha muita, muita consideração, mais não tenho. É uma Senhora que é uma mais-valia extraordinária para a Escola de Música.

Muito obrigado pela vossa atenção.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Pedro Beato*. Para concluirmos as intervenções passo a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pontes*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Estava a controlar. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente e Vereadores, Excelentíssimos Deputados e Público em geral.

Eu, há bocado, de facto, perdi-me completamente e para além da declaração de voto, estava-me a alongar o assunto e reconheço isso e peço desculpa por isso.

Mas vou continuar com esse assunto, mas antes disso só por uma questão que foi lançado aqui um repto, eu queria dizer ao Senhor Deputado *Agostinho Beça* que na União das Freguesias de Franco e Vila Boa não é aplicada uma gota de herbicida e eu em termos pessoais nas minhas pequeninas parcelas que tenho na aldeia, nunca lá entrou uma gota de herbicida e, portanto, espero assim continuar.

Em relação àquilo que eu estava a dizer, em relação de facto a Câmara teve bons resultados isso é inquestionável e inegável, mas mais uma vez eu estava a dizer em detrimento do meio rural. Meio rural porquê? Foram, segundo o que estava a dizer o Paulo Pinto, que ainda ouvi foram 125.000,00€ a menos em 2018, portanto, está a ser cumprido o Protocolo, há que dizer isso também. Está a ser cumprido o Protocolo que todos aprovamos, apesar de eu pessoalmente, não me identificar na totalidade com ele, e deixei isso bem claro e bem expresso, mas também não fazendo parte do Protocolo pelo menos faz parte daquilo que os transmontanos dão muito valor, de facto, faz parte da palavra e na altura ficamos todos informados e ficou esse compromisso que esse Protocolo nada tinha a ver com obras estruturais. Eu aqui peço desculpa, estou sempre a defender o meio rural, mas aqui vou falar do Franco e Vila Boa e cada um que fale da sua freguesia. Eu em termos de material, como é do conhecimento, já esgotei o material a que tinha direito era esse que eu tinha, portanto, nem sequer me foi dado todo aquele que eu pedi porque excedia os 5.000,00€, tudo bem, mas em relação às obras estruturais há pelo menos quatro que foram identificadas na União das Freguesias que foi o levantamento de uma calceta que lá continuam os carros a bater e que lá continuam os carros a passar fora de mão. Ainda no outro dia, por acaso, eu fui buscar o meu pai para ir ver a minha mãe e claro que eu vou sempre em sentido contrário. Ele diz: não tens medo de ir, ó pai então vou meter o carro ali na valeta? Se vier algum lá me tentarei desenrascar! Todo o Executivo sabe da gravidade daquela situação. Depois também está a acabar abril e tanto quanto eu sei para abril também havia essa possibilidade de fazer projetos no âmbito do 2020 ou e está o polidesportivo do Franco que é polidesportivo, mas que não é polidesportivo como todos nós sabemos, que não sei se foi ou se está a ser candidatado. Depois está e já tivemos reuniões para esse efeito a Ribeira de Aila, um projeto que todos nós concordamos intermunicipal e que também não sei qual é o ponto da situação em relação a isso, porque nunca mais nada me foi dito a mim ou a qualquer outro, acho eu. Continua o problema da água em Vila Boa que também gostaria de ver resolvido até ao final do mandato pelo menos.

E era isto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado. Sendo, assim, terminamos esta ronda de intervenções. Eu vou dar a palavra à Senhora Presidente, pedindo-lhe por um lado que seja bastante sintética dado o avançado da hora, aliás como tem sido durante o dia de hoje, esteve muito mais prática e mais direcionada nos assuntos, que é para depois podermos dar por finda a reunião.

Faça favor Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada Senhor Presidente. Cumprimentar todos.

Responder muito sucintamente a todas as questões que foram levantadas ou pelo menos à grande maioria.

Em relação ao Senhor Deputado *Carlos Pires*, em relação à estrada municipal já falamos sobre isso, mas teremos oportunidade de falar novamente. Em relação ao convite para a Feira do Morango, obviamente que sim, todos os anos, todos os caminhos vão dar à Feira do Morango e, portanto, é um Evento que tem muita sustentabilidade e tem sido também a garantia do escoamento de todos os morangos, já é uma marca do Concelho de Mirandela que muitos nos orgulha pelo trabalho que tem sido feito nesta Feira do Morango e do Vinho de São Pedro Velho.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, dizer-lhe que existe vontade de todos eliminar o uso de herbicidas, de facto, a questão da monda térmica envolve investimentos, terá que ser avaliada também pelos serviços Técnicos de Ambiente e, portanto saber que quer pessoalmente quer profissionalmente é um defensor, mas de facto nós, quer a Câmara Municipal quer as Juntas de Freguesia têm que ter uma adaptação, um período transitório a novas tecnologias nesta área, mas acolhemos com satisfação esta proposta.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Sá*, dizer que, de facto, as questões da negociação relativamente ao Parque de Campismo e tudo aquilo que envolve, e o acordo que envolveu com a Associação dos Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela, nada tem a ver com a relação institucional que existe entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários até porque os Bombeiros Voluntários são como sabe o garante, tal como os Bombeiros da Torre de Dona Chama o garante da segurança e da prevenção e têm uma articulação muito forte com o Serviço Municipal de Proteção Civil, da qual também sou responsável e por isso todas as negociações que chegam a acordo seja de que forma for, até porque não foi a Câmara Municipal que tomou a iniciativa de fazer declarações para a Comunicação Social, mas de qualquer forma, respeitando obviamente, a decisão do Senhor Presidente da Direção. Dizer que chegando a acordo estará a situação resolvida a bem de Mirandela e dos Mirandelenses.

*[Handwritten initials and marks]*

Relativamente à estação Sacor, como sabe, a obra do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, iniciou-se no anterior Executivo, neste momento vamos fazer um acordo que depois vem a esta Assembleia Municipal, no espaço privado e estará tudo a ser resolvido e acordado com a autorização da entidade privada que tem aquela parcela. Em relação à questão do PREVAP, como sabe, é o vínculo precário da integração dos precários em entidades Públicas, temos neste momento um processo concursal para 28 entradas e, como é óbvio, são todos antigos colaboradores da Câmara Municipal e não de Associações que foram criadas embora em parceria com a Câmara Municipal. Não é uma questão de vontade política é uma questão, também, das prioridades. Foram definidas áreas sensíveis como Assistentes Operacionais, que a Câmara Municipal tem muita falta na área do saneamento, dos jardins, não podemos querer resolver questões sem termos recursos humanos capazes, porque como sabe tem havido da parte dos colaboradores do Município reformas em áreas estratégicas e fundamentais para o garante do arranjo de roturas de água, de situações de saneamento que são fundamentais.

Relativamente à Senhora Deputada *Fernanda Mesquita*, dizer-lhe que agradecemos a informação.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo* e todas as questões que levantou agradeço as questões levantadas, não conheço o Jurista do grande escritório de Advogadas de que fala, mas convido-o a ir à Câmara Municipal para debatermos estas e outras questões que levantou aqui e vamos certamente reunir, não sei se me está a ouvir, se já está cansado, mas pronto fica o convite feito para reunir connosco no sentido de vermos esta situação. O Interesse Público da questão da Estação do Caminho-de-Ferro é realmente grande. Nós temos muito interesse em fazer obras na Estação do Caminho-de-Ferro e também valorizar aquela área e, portanto, chegamos a um acordo com a Infraestruturas de Portugal, também, garantindo que a Estação da CP nunca sairá de Mirandela como é óbvio, é sempre um Património de Mirandela e dos Mirandelenses. Era preciso garantir, também que não ia para privados, e isso ficou garantido no acordo que era uma situação que podia estar em causa, por interesse privado, obviamente.

Relativamente ao senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, eu conheço bem a escola e, portanto, é uma situação que já se arrasta há muitos anos. Aquela escola chega a um ponto destes, não é de agora, são situações que se arrastam há muitos anos.

Concordo que devíamos ter um serviço de Projetos e Candidaturas com mais pessoas, temos neste momento uma Engenheira Civil, em toda a Câmara Municipal, teremos que afetar recursos a este serviço, porque é, de facto, fundamental não só sinalizar os projetos que vão saindo e há empresas específicas que fazem isso como também a realização de candidaturas para estes projetos. Esta é uma situação que julgo que teremos que resolver em conjunto convosco. Internamente não temos recursos com competências necessárias para esta situação. Podemos recorrer a outras formas de adjudicar este serviço, porque a mais-valia, o *imput* financeiro é muito maior do que o investimento que é feito. Por isso, uma das soluções é, de facto, abrir um procedimento no sentido de resolvermos esta situação.

Relativamente ao Senhor Deputado *Pedro Beato*, e as questões relacionadas com o Património Histórico de todas as Freguesias, não posso concordar mais.

Relativamente aos contentores de lixo, isto é uma questão que vamos colocar à Resíduos do Nordeste, julgo que o procedimento que está a ser feito atualmente tem a ver com a facilidade que os próprios funcionários da Resíduos do Nordeste têm em deslizar o equipamento para o camião, mas é uma situação que poderemos certamente colocar. E se há algumas zonas em que não existe esse perigo porque são zonas onde não é uma estrada com muito movimento, há outras que existe essa situação realmente.

Dizer-vos também que a Universidade Sénior e o Rotary Club vai ter uma nova sede, já estão a decorrer as obras de pintura da nova sede, que é na Escola do Pinheiro, que vai ser cedida a nível de Protocolo com a Universidade Sénior, ficando desta forma, também, mais capacitada para ter um espaço único para desenvolver as suas atividades.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pontes*, eu espero sinceramente que durante este mandato consigamos a água para Vila Boa, é um investimento que é importante, que é prioritário. Era bom que já pudéssemos ter avançado mais a este nível, mas ainda não foi possível chegar a uma conclusão, mas certamente que esta e as outras obras estruturais como todos imaginam, temos 30 Freguesias, 108 aldeias, temos muito ainda por fazer. Às vezes situações básicas como é o abastecimento de água, saneamento, e também rodovias onde a Europa pensa que nós já temos tudo investido, a verdade é que não, nós temos ainda muito por fazer no nosso território e não temos ajudas Comunitárias, tem tudo que ser pago pelos fundos Municipais e como o dinheiro não se multiplica temos sempre que fazer um esforço grande para dar para todos e fazer uma redistribuição equitativa para todos, não esquecendo também que há áreas prioritárias, como é a Educação, a Cultura tudo aquilo que os nossos jovens têm que ter para poder crescer e para poder aceder com igualdade de oportunidades com os jovens do Litoral ou das áreas urbanas.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, eu julgo que não querendo estar a citar o passado e a referir-me à possível má gestão que houve a nível da Associação Comercial e Industrial de Mirandela. Até porque não me compete a mim avaliar essa situação, de qualquer forma os seus associados certamente poderão fazer assembleias gerais em que podem debater estas questões e porque não avaliar sob a forma de Auditoria ou qualquer outra situação tudo aquilo que aconteceu na Associação Comercial e Industrial de Mirandela para chegarem a uma situação de rotura financeira e também pondo em causa os recursos humanos de excelência que têm nesta Associação. A nossa responsabilidade política é realmente apoiar estas instituições, é apoiar a forma com trabalham, mas também no interesse dos comerciantes e dos industriais. Acolhemos com satisfação a sugestão relativamente ao palco do Parque da Ribeira e dizer-vos que é uma questão que podemos verificar junto dos Serviços Técnicos para ver se há essa possibilidade, não sei se a estrutura é por módulos se é uma estrutura compacta que possa dar alguns problemas na deslocação da mesma. Existem alguns palcos, eu estou-me a lembrar de um palco em Vale de Salgueiro que tem uma dimensão enorme para a própria localidade, são projetos que foram feitos na altura com uma projeção e uma dinâmica, mas também temos a obrigação de dinamizar estes espaços com Associações e entidades.

Para já é tudo Senhor Presidente, espero ter respondido a todas as vossas questões.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhora Presidente.

Não sei se alguém tem algum comentário ou alguma questão a colocar mais à Senhora Presidente? Não?



Sendo assim temos o último ponto que é a 2.º Período de Intervenção do Público.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pergunto ao Público se alguém quer intervir?

Senhor *Garrido*, faz favor.

----- **O Senhor *Garrido* disse:** Muito boa noite Senhora Presidente, Executivo. É muito rápido, um dirigido ao Senhor Presidente, no anúncio das Sessões da Assembleia Municipal se era possível incorporar a Ordem de Trabalhos, para que a população saiba que tipo de discussão é que se vai ter para poder vir ou não vir. A outra é uma sugestão ao Município porque há um estacionamento condicionado e reservado, a farmácias, a deficientes, que aquilo a minha sugestão é que todos esses estacionamentos fossem pintados de amarelo. Eu sei que há a Lei das Estradas, tem um nome técnico... mas ali assim a farmácia na rua em frente à Praça, fui lá multado porque estacionei no lugar ad farmácia apesar de ter pago o *ticket*, porque há agentes que dizem que o estacionamento é para traz do sinal e outros dizem que é para a frente do sinal, o que diz a Lei é que é para a frente do sinal, de facto. Só que aqui em frente ao Auditório o sinal que lá está ao contrário, está para trás, portanto. E há ali assim junto à Câmara Municipal também há lugar para deficientes, não sei se são um se são dois, se quantos são. Dentro das possibilidades de marcar os locais que são, quer para a farmácia, quer para deficientes, quer para os Serviços Camarários, etc. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor *Garrido*, em relação à questão que me colocou, logo que a Mesa articula com o Executivo a data, fazemos de facto o Edital, para com o máximo tempo possível avisar a população. A Ordem de Trabalhos surge muitas vezes bastante mais tarde, ou seja, com a antecedência legal são oito dias, no entanto deve estar no *site* da Câmara. Quem for lá vê isso. Vamos tentar corrigir e dentro do possível sempre que vá a convocatória ir também já com a Ordem do Dia. Vamos ter isso em consideração, com certeza. Senhora Presidente quer dizer-lhe alguma coisa?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Dizer-lhe que todas essas sinaléticas têm que ser avaliadas, tal como está a ser avaliada a questão da Mobilidade com a PSP de Mirandela, uma vez que são eles que depois, também, fazem a fiscalização dos lugares e portanto é uma questão que temos que avaliar com o Senhor Comissário, no sentido de resolvermos essas e outras questões que eles têm feito connosco algum trabalho no âmbito da Mobilidade Reduzida e temos que englobar nesse grupo de trabalho, também, estas sinaléticas necessárias para uma melhor identificação por parte dos condutores a estes lugares reservados para deficientes e também para algumas farmácias e outros estabelecimentos. Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Assim, sendo, damos por terminada esta 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Muito boa noite a todos.

----- A Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 26 de abril foi encerrada, eram 20 horas.

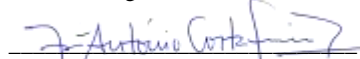
O Presidente da Assembleia Municipal

  
Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário

  
José António Costa Ferreira